

Ministério do Planejamento e Orçamento
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais



Crianças & adolescentes indicadores sociais

ISSN 0103-4448

Crianç. Adolesc. Indic. Soc., Rio de Janeiro, v.5, p. 1-100, 1991

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-4448

© IBGE

Editoração Eletrônica - Divisão de Editoração/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI
Impressão e Acabamento - Divisão de Gráfica/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI
Capa - Carlos Alberto Passos Cabral - IBGE

Crianças e adolescentes : indicadores sociais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. V.1 (1987)- . - Rio de Janeiro : IBGE, 1989.

v.

Anual

ISSN 0103-4448

1. Crianças - Brasil - Estatística. 2. Adolescentes - Brasil - Estatística. I. IBGE. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

IBGE. CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/89-20-rev.

CDU 312.9-053.2/.6
Periódico

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

EQUIPE TÉCNICA

Ana Lúcia Saboia - coordenadora
Rosa Ribeiro
Maria Isabel Coelho Alves
Maria Dolores Bombardelli Kappel
Lilian Miller
Silvia Bregman

Supervisão geral do processamento
João Raposo Belchior

Programadores
Carlos José Caride - **coordenador**
Luiz Otávio Vieira
Liane Cooper Gonçalves
Marcos Ribeiro Mattos

Programação Visual
Maria José Salles Monteiro
Paulo Fernandes

Colaboração de Manuel Rojas Buvinich do UNICEF

Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA



COMISSÃO NACIONAL

Rosa Ribeiro - Secretária Executiva - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Ana Lúcia Saboia - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Jorge Rondelli - Ministério da Educação - MEC

Maria Goretti Pereira F. Medeiros - Ministério da Saúde

Mara Resende e Soleny Alvares Hamu - Ministério do Trabalho

Eliseu Calsing - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

Manoel Rojas Buvinich - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Esta publicação recebeu apoio financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Apresentação



Este boletim é o quinto da série “**Crianças & adolescentes - indicadores sociais**”, cujo principal objetivo é a divulgação de informações e dados estatísticos sobre as condições de vida da população de 0 a 17 anos no Brasil. Trata-se de mais um resultado da colaboração UNICEF/IBGE iniciada no começo da década de oitenta.

Esta publicação apresenta informações do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 1991, fornecendo dados de 1980 e 1991, o que permite efetuar comparações e traçar um perfil evolutivo da situação socioeconômica das crianças e adolescentes brasileiros durante este período.

Rio de Janeiro, RJ, julho de 1995

Tereza Cristina Nascimento Araújo
Diretora de Pesquisas do IBGE

Sumário



_____	11	Introdução	_____
_____	13	Dados Gerais	_____
Rendimento	21	_____	_____
Analfabetismo	35	_____	_____
_____	51	Saneamento Básico	_____
_____	65	Considerações Finais	_____
_____	Anexos	_____	_____
_____	70	1 Conceitos Utilizados	_____
	71	2 Tabelas	_____
_____	99	3 Relação dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas	_____

Introdução



Esta publicação constitui um esforço do IBGE para fornecer à sociedade dados sobre as condições socioeconômicas sob as quais vivem as crianças e os adolescentes brasileiros. As razões para esta iniciativa originaram-se do interesse, em especial, do IBGE e UNICEF em apoiar a formulação de políticas e programas em favor da infância e da adolescência e na necessidade de contar com informações que permitam monitorar os compromissos assumidos pelo Brasil na Cúpula Mundial pela Infância, organizada pelas Nações Unidas, em setembro de 1990. Nessa Cúpula estabeleceram-se metas relativas à saúde, à nutrição e à educação para a infância, assim como metas para melhorar as condições de vida daqueles grupos mais pobres e vulneráveis.

Nesta perspectiva, no ano de 1994, o IBGE e o UNICEF lançaram os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991, em 27 fascículos organizados por estados, contendo dados para todos os municípios do País, para possibilitar não só a identificação de grupos alvos de políticas sociais como também o acompanhamento e avaliação das metas definidas.

O presente volume é o quinto da série "Indicadores Sociais - Crianças e Adolescentes". Esta série tem sido uma das principais fontes de informações estatísticas utilizadas no País quando se quer traçar o perfil socioeconômico da população infanto-juvenil brasileira. Estes boletins são fruto de discussões realizadas pelo SINCA - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, criado em 1989, cujo objetivo principal é manter um sistema integrado de estatísticas básicas e oficiais sobre esta parcela da população. O SINCA é formado por um grupo de trabalho interinstitucional, que conta com uma comissão nacional e uma secretaria executiva a cargo do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais/DEISO do IBGE. Os quatro volumes anteriores trataram de dados originários da PNAD e de outras fontes estatísticas enfocando os anos de 1981 a 1990.

Os dados aqui analisados foram obtidos através do questionário básico do Censo Demográfico de 1991, aplicado a todos os domicílios do País coletando informações sobre características do domicílio. Para as pessoas residentes no domicílio foi investigado o sexo, a idade, a alfabetização e, do chefe do domicílio, a instrução e a renda.

Procurou-se fazer uma comparação com os dados do Censo Demográfico de 1980, com objetivo de apreender algumas mudanças ocorridas na década. Optou-se por analisar principalmente as informações agregadas por macrorregiões e regiões metropolitanas, estas últimas separando as informações por município-núcleo - aquele considerado pelo critério político-administrativo como o da capital do estado onde está localizada a região metropolitana - e municípios periféricos. Esta divisão enriquece a análise, pois permite compreender melhor realidades muito distintas.

Como não seria possível fazer, neste volume, uma análise dos dados sobre todos os municípios brasileiros, tendo em vista o número, a complexidade e heterogeneidade destes, foi feita uma classificação por tamanho, levando em conta o número de habitantes. Esta classificação considerou as exigências da Constituição de 1988 e estudos realizados pela

Diretoria de Geociências do IBGE. Assim, obtiveram-se 5 classes de tamanho: os micromunicípios, com menos de 20 mil habitantes; os pequenos, com população entre 20 e 50 mil; os médios, entre 50 e 250 mil; os grandes, entre 250 e 1 milhão e, finalmente, os megamunicípios, com mais de 1 milhão de pessoas. A análise foi elaborada tomando-se esta classificação. Considerando a importância dos municípios das capitais, alguns indicadores foram analisados no final de cada tema (em quadros).

O estudo está basicamente dividido em quatro temas: dados gerais, rendimento, analfabetismo e saneamento. Ao final encontra-se um anexo com os conceitos e o grupo de tabelas utilizadas, com dados absolutos, e a listagem dos municípios que compõem as regiões metropolitanas.

Quanto ao tema rendimento, é necessário fazer os seguintes esclarecimentos: para aferir as condições socioeconômicas em que vive a população infanto-juvenil brasileira utilizou-se o rendimento médio mensal do principal provedor da família a partir dos dados do Censo Demográfico de 1980 (rendimento da primeira pessoa do questionário da amostra) e de 1991 (rendimento do chefe do domicílio). A análise resultante é apenas uma *proxy* da realidade, podendo esta ser melhor ou pior de acordo com o número de provedores no domicílio e o número total de elementos da família. Para a apresentação sintética dos dados, optou-se por classes de renda do chefe expressas em múltiplos do salário mínimo, considerando 1980 o ano-base. As classes de renda para 1991, para não incorporarem os efeitos da inflação no período, foram obtidas pela correção do salário mínimo de setembro de 1980 para agosto de 1991, pelo INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor, elaborado pelo IBGE, e agregadas da mesma forma que as de 1980. Escolheram-se quatro classes de renda baseadas em dois critérios: primeiro, optou-se por focalizar a população infanto-juvenil nas classes de rendimento mais baixo (até 1/2 salário, de 1/2 a 3/4 do salário); segundo, procurou-se agregar as classes com comportamento similar (de 3/4 a 3 salários) e finalmente destacou-se a classe de rendimentos mais elevados (mais de 3 salários).

Em relação à questão do saneamento, foi possível verificar a situação de inadequação da infra-estrutura de saneamento dos domicílios urbanos para as crianças de até 5 anos de idade. No caso do abastecimento de água, incluiu-se a comparação com os dados do Censo de 1980; quanto ao esgoto, não foi possível, porque as informações dos dois censos não eram compatíveis; e, quanto ao destino do lixo, não existia este tipo de informação no Censo de 1980. Cabe ainda ressaltar que na elaboração do plano tabular sobre condições de saneamento do domicílio foram processadas as informações desagregadas para as faixas etárias de 0 a 1 ano e de 0 a 5 anos. Entretanto, verificou-se que a proporção de crianças em domicílios com saneamento inadequado, nestes dois grupos de idade, era praticamente a mesma. Nesta medida, optou-se por apresentar somente os resultados referentes ao grupo de 0 a 5 anos, faixa etária mais ampla que contempla não só o grupo de maior risco para a questão da mortalidade infantil como, também, aquele que frequenta creche ou pré-escola.

Ao reunir, analisar e divulgar este conjunto de informações o IBGE, através do SINCA e com apoio do UNICEF, espera contribuir efetivamente para tornar cada vez mais objetiva a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em favor das crianças e adolescentes brasileiros.

Dados Gerais

Ainda podendo ser considerado um País jovem no final deste segundo milênio, o último Censo Demográfico do IBGE revela que o Brasil contava, em 1991, com 41% de sua população constituída por pessoas de 0 a 17 anos. O Nordeste e o Norte do País continuam a ser as regiões com maior concentração de crianças e adolescentes.



**Proporção de crianças e adolescentes
Grandes Regiões - Brasil-1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico 1991; Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Malha Digital do Brasil, 1991; Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Elaboração Mapa Temático.

A massa de população jovem é significativa no Brasil



Dados
Gerais

No final do segundo milênio, 41,0% da população brasileira é ainda constituída por crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos de idade. O Censo Demográfico de 1991 revela que, em relação ao ano de 1980, esta proporção sofreu um decréscimo de 9,5%. A diminuição da proporção de crianças e adolescentes ocorrida entre 1980 e 1991 deve-se, basicamente, à queda dos níveis de fecundidade. Este fenômeno vem sendo apontado em diversos estudos demográficos. Os boletins "CRIANÇAS E ADOLESCENTES-INDICADORES SOCIAIS", nos volumes anteriores, já identificavam estas tendências de redução da população jovem.

A comparação dos dados brasileiros com os de outros países permite dizer que o Brasil ainda pode ser considerado um País de estrutura etária jovem. De acordo com o Demographic Year Book, divulgado pelas Nações Unidas em 1993, há três categorias para classificar a fase em que se encontram os diversos países em relação à fecundidade: 1ª - "pré-declínio" - países que, em 1990, ainda não tinham registrado um declínio significativo em suas taxas de fecundidade, estando aí os países mais pobres, do Terceiro Mundo, a maioria da África e Ásia; 2ª - "declínio tardio" - os países que se encontram neste estágio são aqueles que começaram a registrar quedas em seus níveis de fecundidade entre 1950 e 1990. Neste caso incluem-se a maioria dos países da América do Sul, alguns da Ásia e América Central; e finalmente a 3ª, denominada "declínio precoce", é aquela formada por países que, antes de 1950, deram início a um importante movimento de declínio da fecundidade. Este fenômeno ocorreu basicamente nos países do Primeiro Mundo com algumas exceções na

América Latina. Segundo a classificação da ONU, o Brasil encontra-se no grupo de países que estão passando pelo estágio de "declínio tardio".

O peso relativo de crianças e adolescentes em relação ao conjunto da população destes países (32,0%, em média, para a população de até 15 anos), cotejado com o brasileiro para o mesmo grupo etário, permite concluir que o Brasil pode ainda receber a denominação de País jovem, pois conta com 38,0% de sua população constituída de pessoas de menos de 15 anos de idade.

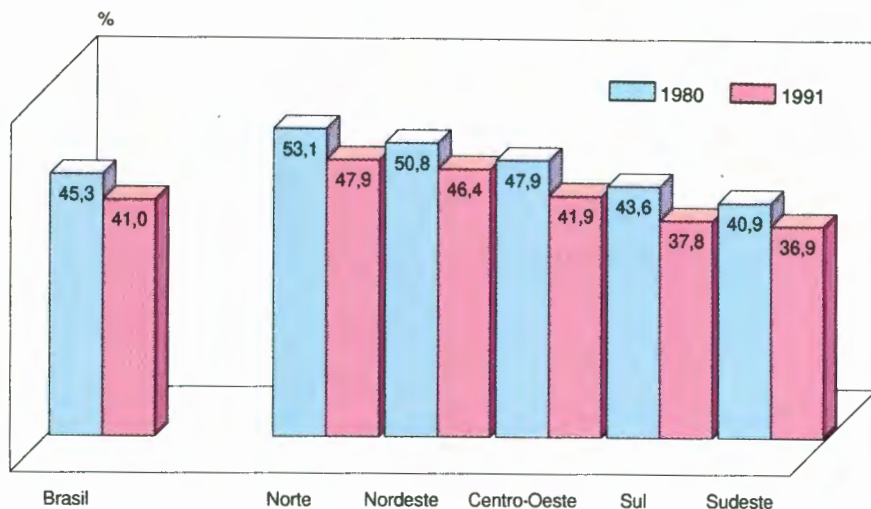
Os dados do Censo Demográfico de 1991, comparados com os do Censo de 1980 relativos às Grandes Regiões, revelam que o Norte e o Nordeste do País são as regiões que continuam a apresentar maior concentração de população jovem, entre 47,9 e 46,4% em 1991 (Gráfico 1). Observa-se, ainda, que as Regiões Sudeste e Sul, ao contrário, apresentavam a menor proporção de crianças e adolescentes (36,9% e 37,8%, respectivamente). Em todas as Grandes Regiões ocorreu, durante o período, redução da população de crianças e adolescentes em diferentes níveis. As variações constatadas devem ser atribuídas, sobretudo, à diversidade dos padrões de fecundidade. Na Região Sudeste, por exemplo, a queda dos níveis de fecundidade vem ocorrendo desde a década de 60, ao passo que no Norte e no Nordeste, este fenômeno intensifica-se apenas a partir dos anos 80, quando o declínio da fecundidade generaliza-se por todas as regiões e classes sociais, atingindo, inclusive, as populações rurais.

A análise das taxas de fecundidade no Brasil e nas Grandes Regiões relativas aos anos de 1980 e 1991, permite visualizar a queda de 37,2% na taxa de fecundidade brasileira

(Gráfico 2). As mulheres em idade reprodutiva das Regiões Norte e Nordeste tinham, em 1980, uma média pouco superior a 6 filhos. Em 1991, esta média reduziu-se para 4

filhos por mulher. As famílias de menor tamanho encontravam-se nas Regiões Sul e Sudeste (2,3 e 2,4 filhos por mulher, respectivamente).

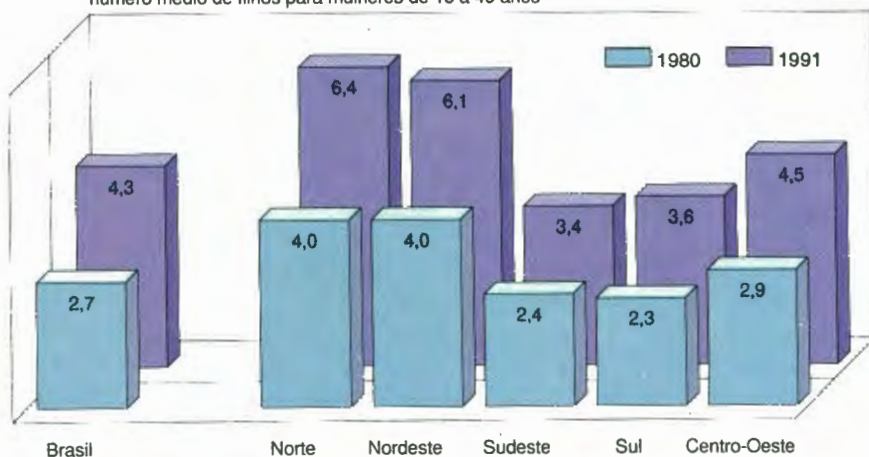
1 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

2 - Taxa de fecundidade Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991

número médio de filhos para mulheres de 15 a 49 anos



FONTE - IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1993.

Entre 1980 e 1991 cresce a população de crianças e adolescentes nas cidades

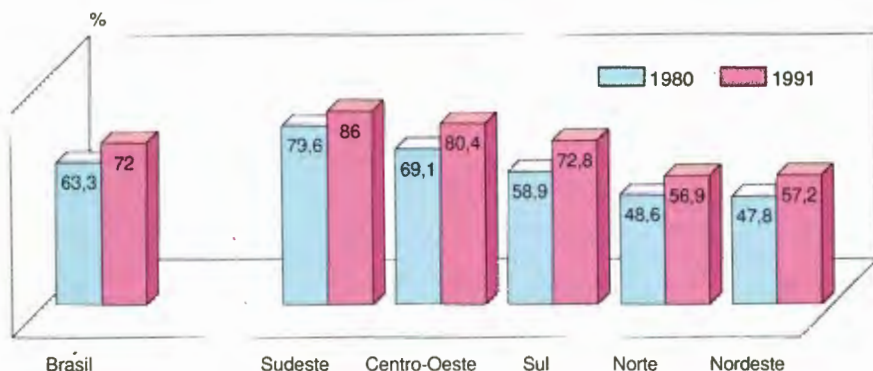


Dados
Gerais

Segundo informações do Censo Demográfico de 1991, a maioria (72,0%) das crianças e adolescentes brasileiras residia nas áreas urbanas e apenas 28,0% em áreas rurais (Gráficos 3 e 4). Esta concentração de

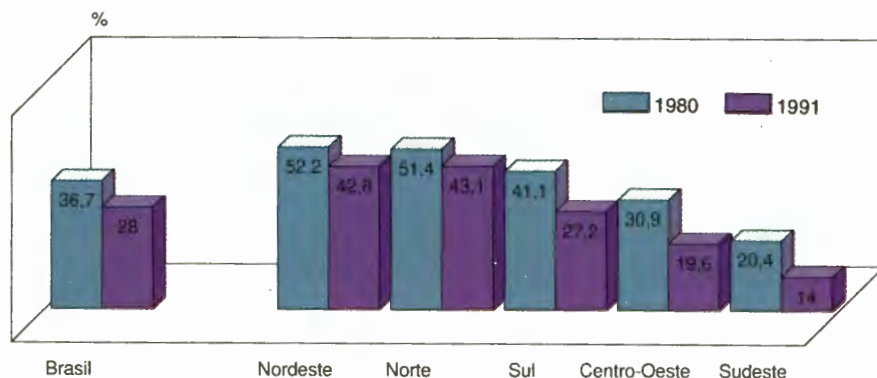
população jovem nas cidades reflete a distribuição da população como um todo. O processo de urbanização que teve início em meados do século, especialmente na Região Sudeste, intensifica-se nas últimas décadas,

**3 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade na área urbana
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**4 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade na área rural
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



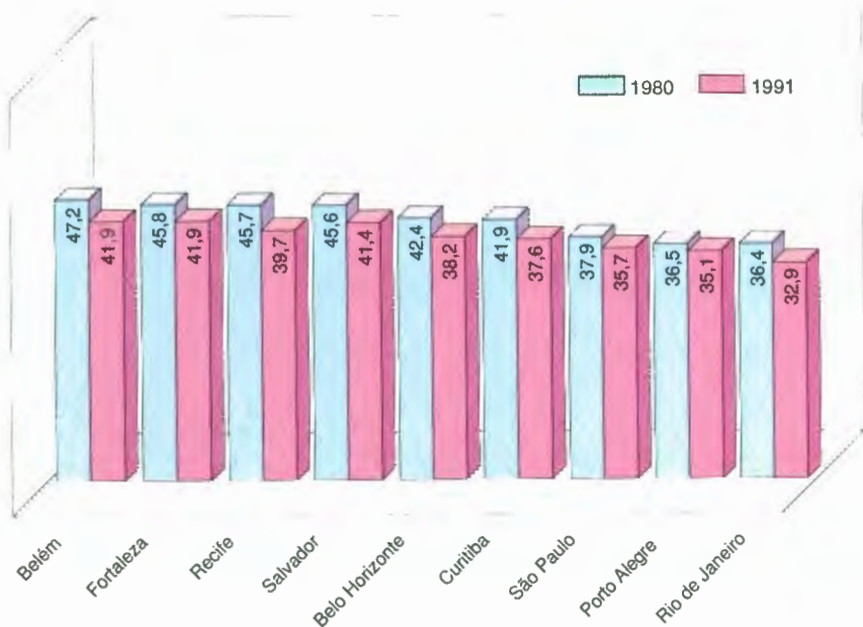
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

atingindo também as outras regiões do País. O Gráfico 3 mostra o aumento da concentração da população jovem nas áreas urbanas, no período analisado (63,3% em 1980 para 72,0% em 1991). O crescimento urbano menos expressivo ocorre no Sudeste, o que pode ser atribuído, em parte, às novas tendências migratórias nos anos 80: reduz-se o fluxo migratório com destino às cidades da Região Sudeste, que deixam de ser pólo de atração com a crise econômica dos anos 80.

De acordo com o "Relatório de Indicadores Sociais, uma análise para a década de 80", realizado pelo IBGE, em contraste com a continuidade do crescimento urbano para o período, a proporção de pessoas residentes nas nove regiões metropolitanas não sofreu nenhuma alteração significativa, mantendo-se

estável, crescendo à taxa semelhante à da população brasileira (1,98% ao ano). Vale ainda ressaltar que as duas principais Regiões Metropolitanas do País, São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a receber menos migrantes, diminuindo relativamente sua participação no conjunto da população do País. O Gráfico 5 indica, inclusive, um pequeno decréscimo na proporção da população infanto-juvenil nas Regiões Metropolitanas, no período entre 1980 e 1991. Verificou-se, entretanto, um certo incremento desta população nas periferias das metrópoles, o que evidencia o esgotamento da capacidade de crescimento dos municípios-núcleos (capitais), e suas limitações no sentido do atendimento das demandas sociais do grupo de crianças e adolescentes.

5 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991

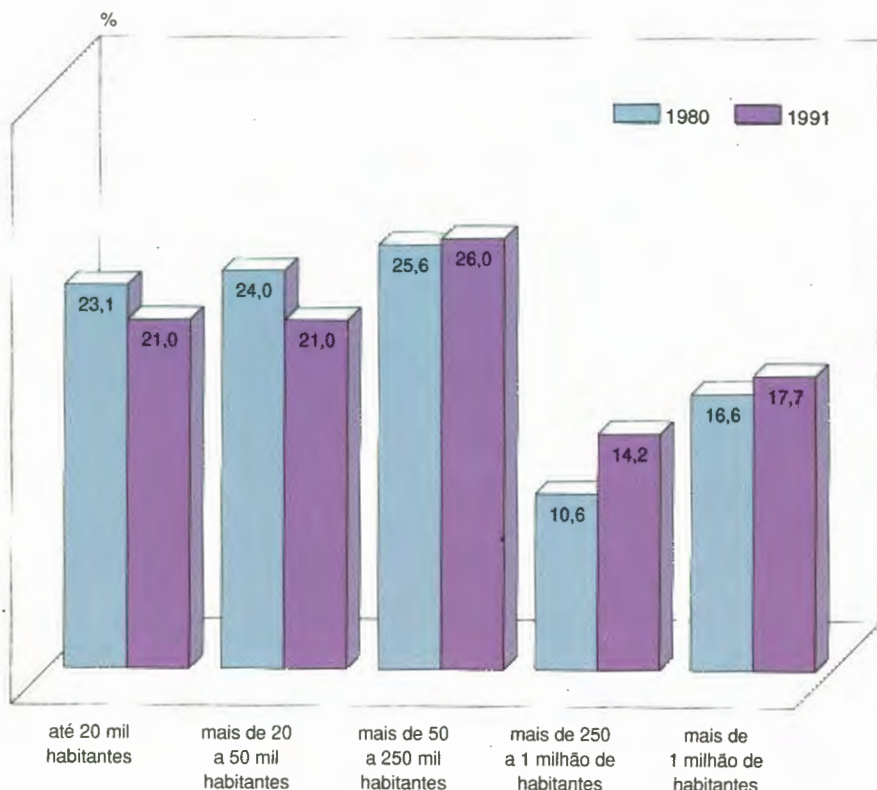


FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Quando se examina a proporção de população jovem por tamanho de município, classificado por número de habitantes (Gráfico 6), constata-se que é nos municípios pequenos e médios, aqueles com menos de 250 mil pessoas, que se encontra a maior proporção desta população, em contraposição aos grandes e megamunicípios. De fato, esta tendência é um reflexo do fluxo migratório da população adulta, especialmente a masculina, em direção às cidades médias e grandes. Outro aspecto a ser levado em consideração diz respeito ao fato de que os municípios pequenos, em geral mais ruralizados, costumam apresentar taxas

de fecundidade mais altas e, por conseguinte, maiores proporções de população infanto-juvenil. A década de 80 consolidou comportamentos regionais específicos, sobretudo em termos de fluxos migratórios, níveis de urbanização e metropolização. Nesta medida, observa-se que, em 1991, 42,0% de crianças e adolescentes residiam em municípios pequenos, registrando-se, no entanto, um declínio de quase 11,0% desta proporção para o período analisado. Nos municípios maiores verificou-se um ligeiro aumento da proporção de população jovem.

**6 - Proporção de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, por tamanho do município
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Rendimento

No período 1980-1991, agravou-se a situação econômica da população infanto-juvenil brasileira, aumentando a participação relativa desta em domicílios cujos chefes recebiam menos de 1 salário mínimo. Este fato processou-se em todo o País, tanto no campo quanto nas cidades. No setor rural do Nordeste, a situação é muito séria: para 50,8% das crianças e adolescentes, o provedor principal da família recebe mensalmente no máximo 1/2 salário mínimo. Nas regiões metropolitanas, o maior foco de pobreza foi verificado na periferia de Fortaleza. Houve notável aumento da população de crianças e adolescentes vivendo em domicílios chefiados por mulheres.



**Crianças e adolescentes em domicílios urbanos de chefes com
rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo
Grandes Regiões - Brasil - 1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico 1991; Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Malha Digital do Brasil, 1991; Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Elaboração Mapa Temático.

Entre 1980 e 1991, aumentou a população infanto-juvenil urbana vivendo em famílias cujos chefes ganhavam menos que 1 salário mínimo

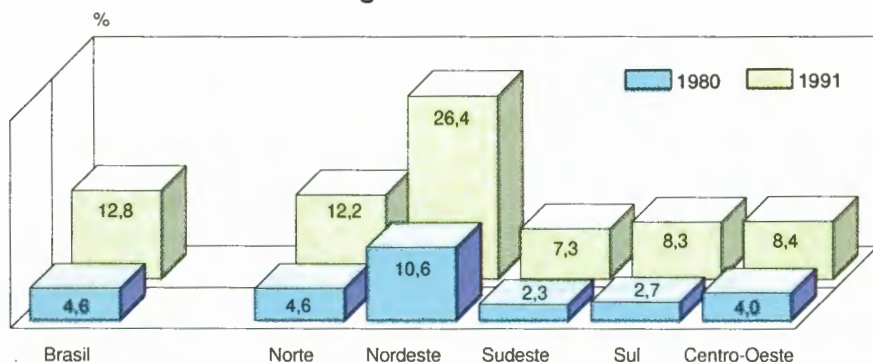


Rendimento

A proporção da população infanto-juvenil urbana vivendo em domicílios cujos chefes recebiam até 75% do salário mínimo aumentou significativamente, no período considerado. O mais grave, contudo, é

que os acréscimos foram mais elevados na classe de até meio salário mínimo, na qual se observou aumento de 178,3% (Gráficos 7 e 8). Por outro lado, as classes de rendimento acima de 75% do salário mínimo

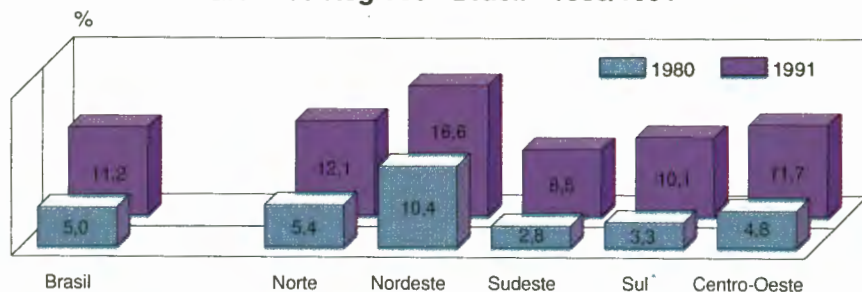
7 - Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾, na área urbana Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

8 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal de 1/2 a 3/4 salário mínimo⁽¹⁾, na área urbana Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

experimentaram decréscimos expressivos, especialmente a de mais de 3 salários mínimos, como pode ser visto no Gráfico 9, que mostra as proporções de crianças e adolescentes que viviam em domicílios de chefes com este rendimento.

A população de crianças e adolescentes cujos chefes do domicílio recebiam até 3/4 do salário mínimo multiplicou-se por 2,4 vezes, chegando, em 1991, ao expressivo percentual de 24% em todo o País (12,8% na classe até 1/2 SM e 11,2% na classe de 1/2 a 3/4 SM). Estes acréscimos verificaram-se em todas as regiões, sendo os menores no Centro-Oeste e no Sudeste (4,8 e 5 pontos percentuais na classe até 1/2 salário mínimo) e o mais elevado no Nordeste (15,8 pontos percentuais na mesma classe). (Tabela 5 em anexo).

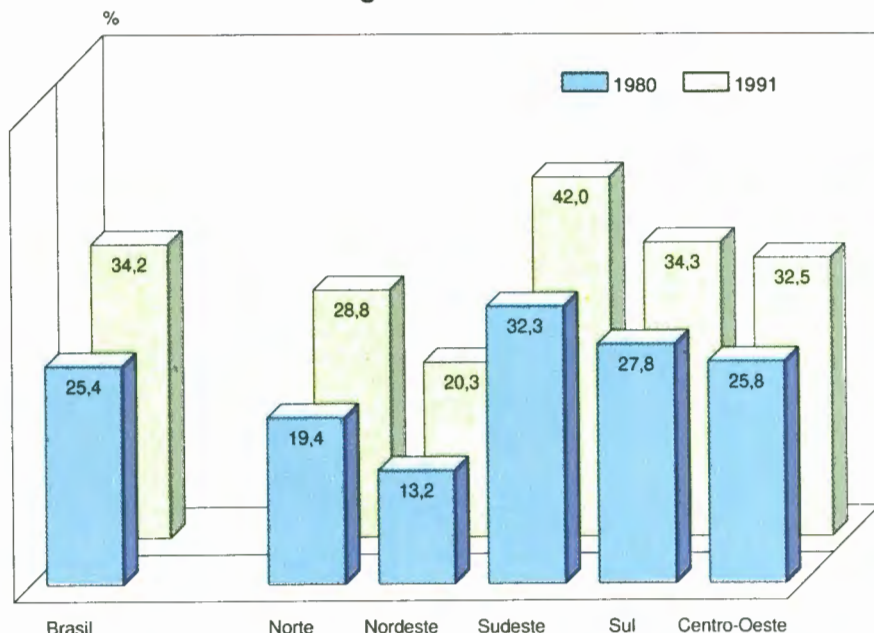
A população de crianças e adolescentes concentrava-se em domicílios cujos chefes recebiam entre mais de 3/4 a 3 SM, sendo que, em

1991, estas participações eram mais elevadas no Sul (50,5%), Centro-Oeste (50,1%), Norte (49,7%) e, mais baixa no Sudeste (47,2%) e no Nordeste (39,1%). Remarca-se que a queda de participação nesta classe foi extremamente acentuada no Nordeste e no Norte (-15,9 e -7,8 pontos percentuais, respectivamente). (Tabela 5 em anexo).

Vale a pena chamar atenção para o fato de que apenas 25,4% das crianças e adolescentes nas cidades viviam, em 1991, em domicílios cujos chefes recebiam mais de 3 salários mínimos. Em 1980, uma parcela maior (34,2%) vivia com este rendimento. Os decréscimos nas participações foram generalizados, atingindo intensamente tanto o Sudeste (-9,7 pontos percentuais), região que detinha a parcela mais expressiva de população nesta faixa (42%, em 1980), quanto o Nordeste (-7,1), que detinha a menor proporção (20,3%, em 1980).

9 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal de mais de 3 salários mínimos⁽¹⁾, na área urbana

Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 (deflator: INPC do IBGE)

A situação econômica das crianças e dos adolescentes agravou-se mais no campo do que nas cidades



Rendimento

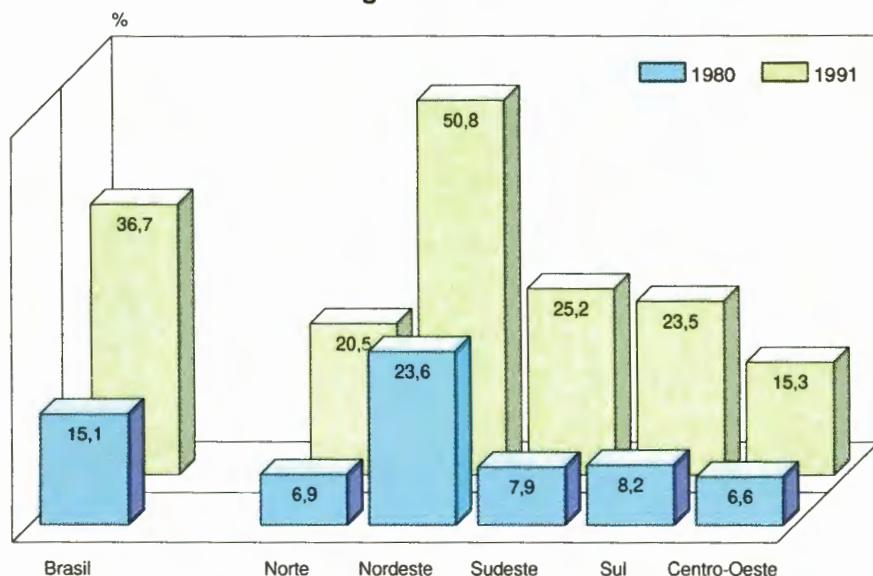
O aumento na proporção de crianças e adolescentes pobres foi muito intenso no setor rural brasileiro, em todas as regiões. A classe de até 1/2 salário mínimo experimentou os aumentos mais expressivos (Norte, 197,1%; Nordeste, 114%; Sudeste, 219%; Sul, 186,6%; Centro-Oeste, 131,8%). Esta mudança, associada à diminuição relativa desta população na classe de mais de 3/4 a 3 SM (em média, -20,1 pontos percentuais) e na classe de mais de 3 SM (em média, -5,1 pontos percentuais), acarretou que, em 1991, a maior parte da população rural de

crianças e adolescentes brasileiros (56,4%) vivia em domicílios cujos provedores principais ganhavam, no máximo, 75% do salário mínimo, e parcela significativa (36,7%) com até meio salário mínimo.

No Nordeste, a proporção da população infanto-juvenil vivendo em domicílios com chefes recebendo até meio salário mínimo, que já era elevada em 1980 (23,6%), cresceu ao ponto de englobar a maioria da população infanto-juvenil rural do Nordeste (50,8%), em 1991 (Gráfico 10).

A tendência repetiu-se nas demais regiões. Contudo, em nenhuma outra

10 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾, na área rural
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

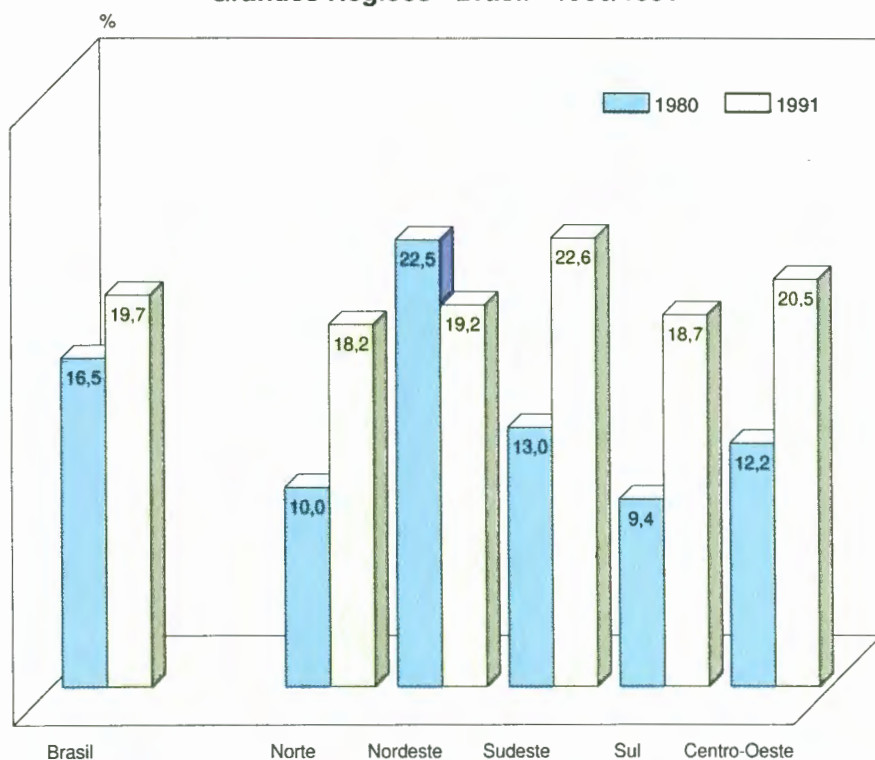
(1) Renda mensal em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

a situação tornou-se tão grave como no Nordeste, pois, em quase todas elas, a frequência na classe de 3/4 a 3 SM era elevada (em torno de 65%) e a forte queda (em torno de 20 pontos percentuais) não foi suficiente para deslocar a maioria da população infanto-juvenil para um quadro de extrema miséria. De qualquer forma, é preocupante verificar-se que 25,2% da população rural infanto-juvenil do Sudeste, 23,5% da do Sul, 20,5% do Norte e 15,3% do Centro-Oeste encontravam-se, em 1991, em famílias cujos chefes recebiam no

máximo meio salário mínimo (Gráfico 10).

Cabe lembrar que a economia rural é menos monetizada que a urbana devido à prática de culturas de subsistência e menor demanda por alguns itens de consumo (vestuário, transporte, etc.). Estes fatores atenuam a pobreza no campo, quando esta é medida apenas em termos de rendimento monetário. Ou seja, a pobreza no campo tem um significado totalmente diverso daquele da cidade.

**11 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal de 1/2 a 3/4 salário mínimo⁽¹⁾, na área rural
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda mensal em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

Houve notável aumento da população de crianças e adolescentes vivendo em domicílios chefiados por mulheres



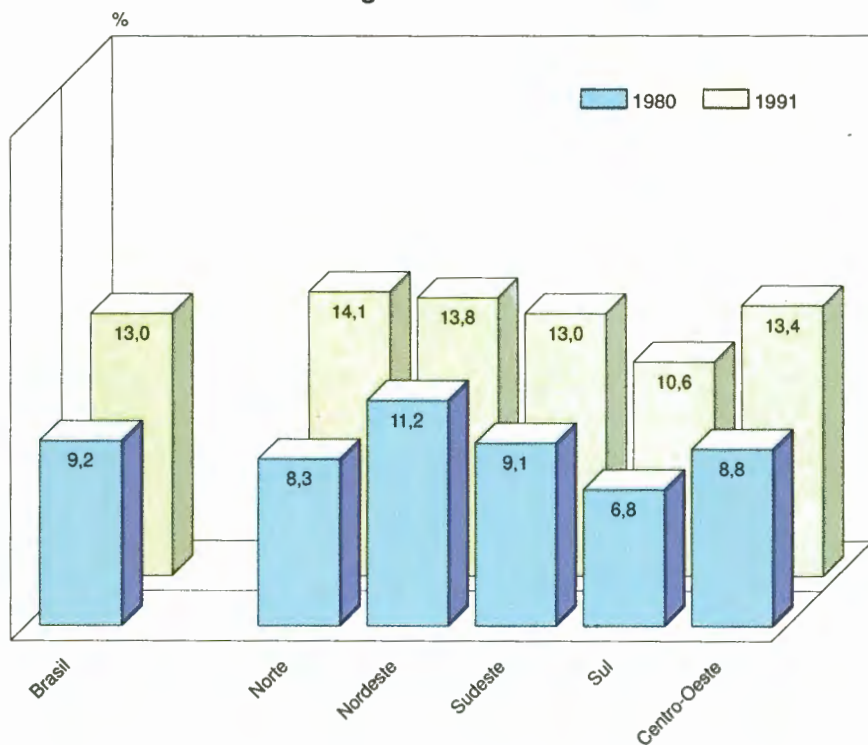
Rendimento

Comparando os dados de 1991 e 1980, verifica-se notável incremento na proporção de crianças e adolescentes vivendo em domicílios chefiados por mulheres. O Gráfico 12 mostra estes aumentos para o conjunto do País e para as grandes regiões. A região onde ocorreu o maior incremento foi a Norte, tendo sua proporção passado de 8,3% em 1980, para 14,1%, em 1991, representando um aumento relativo de

70%. A que apresentou menor aumento foi a Nordeste, em torno de 23%; contudo a proporção de crianças e adolescentes nesta situação manteve-se elevada (13,8%) devido à alta proporção já registrada em 1980.

Este aumento de crianças vivendo em famílias chefiadas por mulheres já foi, inclusive, comentado nos volumes anteriores deste boletim. O fato decorre de uma série de transformações na

**12 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes mulheres
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



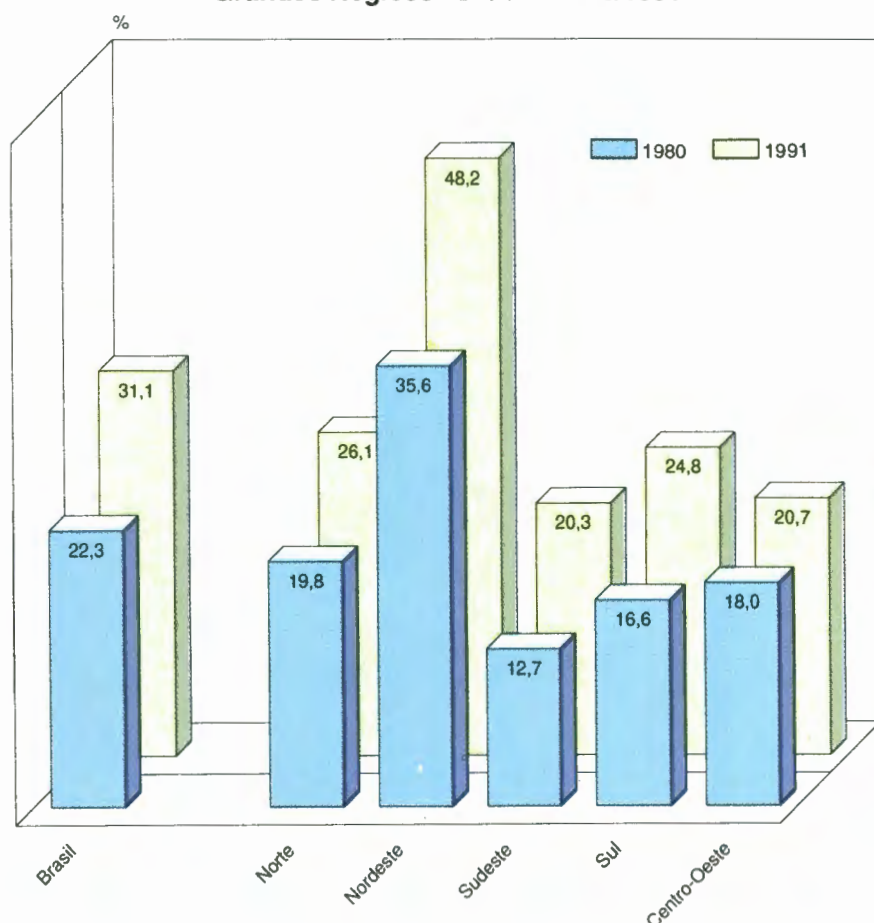
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

composição da família, destacando-se o incremento notável do número de separações conjugais ocorrido nos últimos anos. Outro fator também importante, que ocorreu em paralelo, foi o ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho no período enfocado.

Chama atenção a elevada proporção de crianças e adolescentes que vivem em domicílios chefiados por mulheres

pobres. O Gráfico 13 ilustra o aumento da proporção de crianças nesta situação em todas as grandes regiões do País. A situação mais grave continua sendo a das crianças nordestinas vivendo em domicílios de chefes mulheres: em 1991, quase metade (48,2%) vivia com renda média mensal de no máximo 1/2 salário mínimo.

13 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes mulheres com renda média mensal até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.
Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda mensal em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

As crianças e os adolescentes mais pobres do País viviam em municípios de menos de 50 mil habitantes no Nordeste



Rendimento

Para o total dos municípios do País, em 1991, os perfis de distribuição de crianças e adolescentes por classes de rendimento dos chefes dos domicílios apontaram dois padrões. Todos os municípios apresentaram concentração de crianças e adolescentes na classe de mais de 3/4 a 3 SM; contudo aqueles com até 50 mil habitantes tinham parcela expressiva em famílias com chefes recebendo até 1/2 salário mínimo. Por outro lado, quanto mais populosos, maior a parcela de crianças e adolescentes em famílias de rendimento mais elevado.

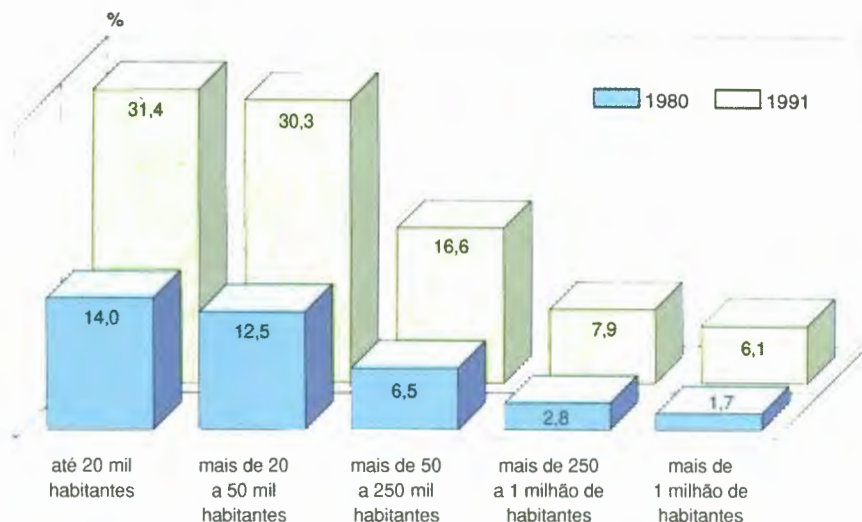
A desigualdade é mais sentida na comparação entre as regiões. No Nordeste, nos micro e pequenos municípios tinha-se uma proporção muito elevada (49,1% e 46%, respectivamente) de crianças e adolescentes em famílias muito pobres (renda do chefe até 1/2 salário); esta participação reduzia-se na classe de 1/2 a 3/4 SM, e elevava-se para a classe de 3/4 a 3 SM (25,9% e 27,9%, respectivamente). Nos municípios médios, a participação de crianças e adolescentes era elevada na classe de 3/4 a 3 SM, mas também na de até 1/2 SM. Nos municípios grandes, tinha-se 53,7% desta população em domicílios com renda do chefe

acima de 3/4 do salário mínimo; nas megalópoles, a população infanto-juvenil em domicílios com chefe ganhando acima de 3/4 do salário mínimo chegava a 65,6%, sendo 23,6% com renda acima de 3 SM.

Nas demais regiões, a população de crianças e adolescentes encontrava-se em situação mais favorável, ainda que a parcela que vivia em domicílios de renda mais baixa fosse expressiva nos micro e pequenos municípios. Nos grandes municípios e megalópoles do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, encontraram-se os maiores percentuais de crianças e adolescentes vivendo em famílias cujos chefes recebiam mais de 3/4 a 3 SM e mais de 3 SM, totalizando, no mínimo, 80% desta população.

Destaca-se, contudo, que a população infanto-juvenil com chefe ganhando até 3/4 do salário mínimo, no período 1980-91, teve sua participação relativa mais que duplicada em todos os municípios, e, que, quanto maior o município, mais elevada a taxa de aumento. Nas megalópoles, esta participação cresceu 259% para a classe de renda até 1/2 salário mínimo e 234% para a classe de 1/2 a 3/4 do salário mínimo (Gráficos 14 e 15).

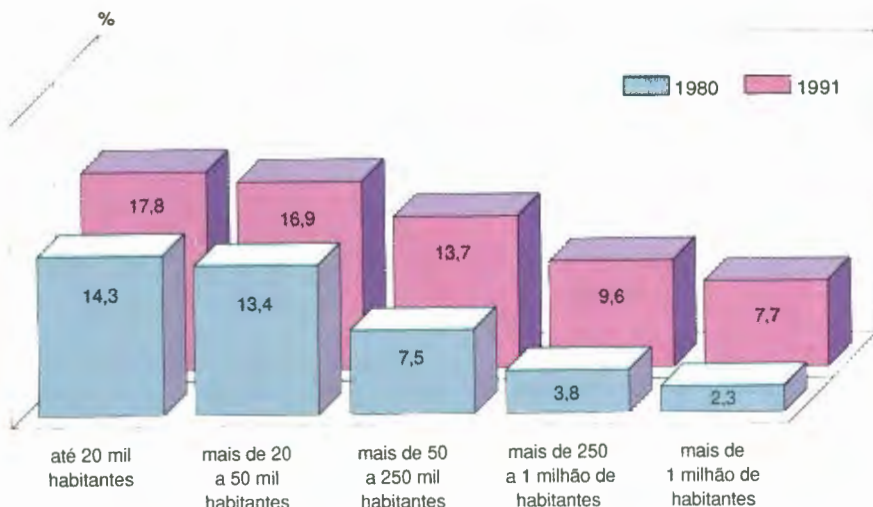
**14 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade,
em domicílios de chefes com renda média mensal
até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾, segundo o tamanho do município
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.
Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

**15 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade,
em domicílios de chefes com renda média mensal
de 1/2 a 3/4 salário mínimo⁽¹⁾, segundo o tamanho do município
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.
Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

A região metropolitana com menor contraste de renda entre núcleo e periferia era São Paulo, a de maior era Curitiba. A periferia de região metropolitana mais pobre do País era a de Fortaleza



Rendimento

Em geral, existe forte desigualdade de renda entre os núcleos e as periferias das regiões metropolitanas, sendo estas bem mais pobres. Neste tópico, a RM de São Paulo destacava-se por ter pequenos diferenciais na participação de crianças e adolescentes para todas as classes de renda do chefe do domicílio. Além disso, comparada às outras regiões metropolitanas, São Paulo tinha a maior percentagem de crianças e adolescentes nas classes de renda mais elevada (48,7%, no núcleo, e 40,3%, na periferia, estavam em domicílios com renda do chefe acima de 3 SM). O aspecto mais negativo na RM de São Paulo referia-se ao percentual de crianças e adolescentes em domicílios cujos chefes não percebiam nenhum rendimento, sendo que este indicador mais que duplicou, em relação a 1980.

As outras RMs do Sudeste possuíam perfis parecidos entre si, sendo que o Rio de Janeiro possuía uma situação levemente melhor. Ressalta-se nas RMs de Belo Horizonte e Rio de Janeiro forte desigualdade entre o núcleo e a periferia das regiões metropolitanas, com apenas 17,3% das crianças e adolescentes na periferia do Rio, e 16,7% na periferia de Belo Horizonte vivendo em domicílios com renda do chefe superior a 3 SM.

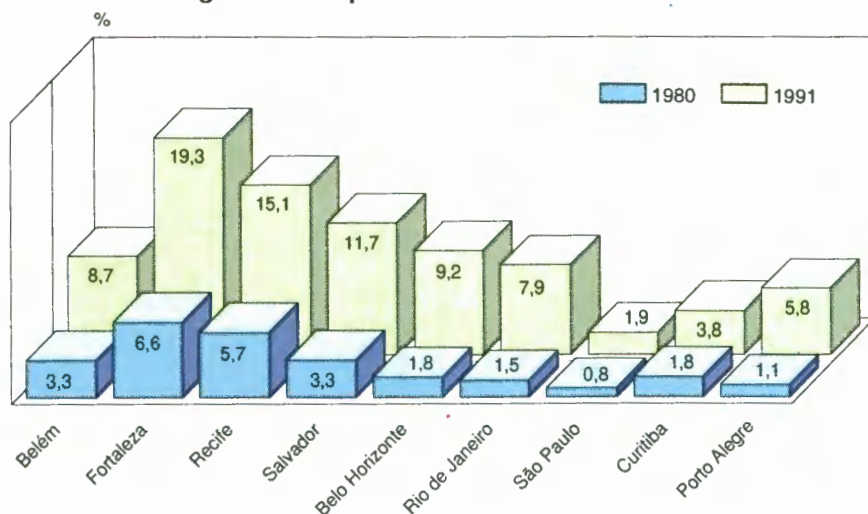
As RMs de Curitiba e Porto Alegre também se assemelhavam em vários pontos. Primeiramente, aponta-se que as estruturas de classes de renda tinham desenho e valores próximos; segundo, ambas apresentavam forte

desigualdade entre núcleo e periferia. A RM de Curitiba apresentava diferença de participação entre núcleo e periferia na classe de mais de 3 SM de 24,5 pontos percentuais, a mais elevada de todas as regiões metropolitanas.

Quanto às RMs nordestinas, ressalta-se que as participações de crianças e adolescentes nas classes superiores a 3/4 SM eram mais baixas do que nas outras RMs do País. Os percentuais de crianças e adolescentes em famílias cujos chefes não tinham qualquer rendimento eram muito elevados em Salvador e Recife, o mais alto do País. Nessas duas RMs, verificou-se fraca desigualdade entre núcleo e periferia, com exceção da classe de renda superior a 3 SM, em ambas, e na de até 1/2 SM, em Salvador. A RM de Fortaleza apresentou a pior situação de renda: 78,9%, no núcleo, e 94,7%, na periferia, das crianças e adolescentes viviam em famílias cuja renda do provedor principal era no máximo igual a 3 SM. Destaca-se, também, a elevada desigualdade de renda entre o núcleo e a periferia desta região metropolitana.

Nos Gráficos 16, 17 e 18 destaca-se o aumento na participação de crianças e adolescentes em domicílios cujos chefes ganhavam até 1/2 salário mínimo. Nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte verificaram-se os maiores acréscimos nesta participação, principalmente nas periferias, onde o percentual multiplicou-se por 5.

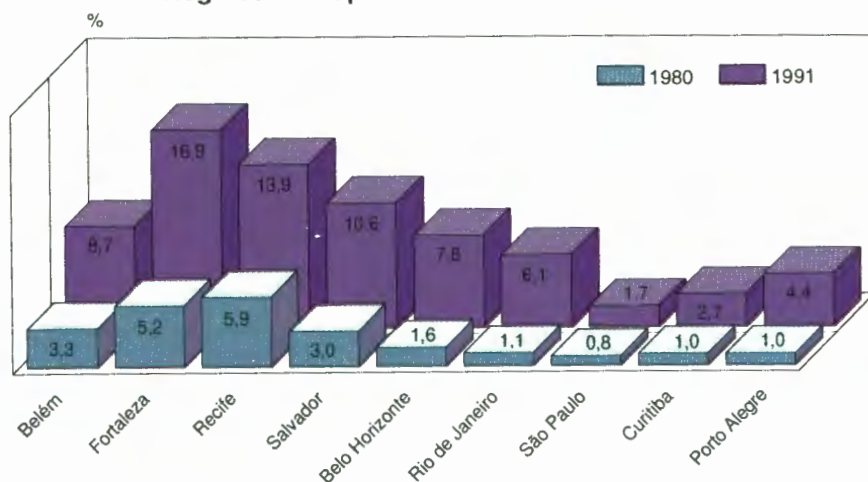
**16 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal de até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

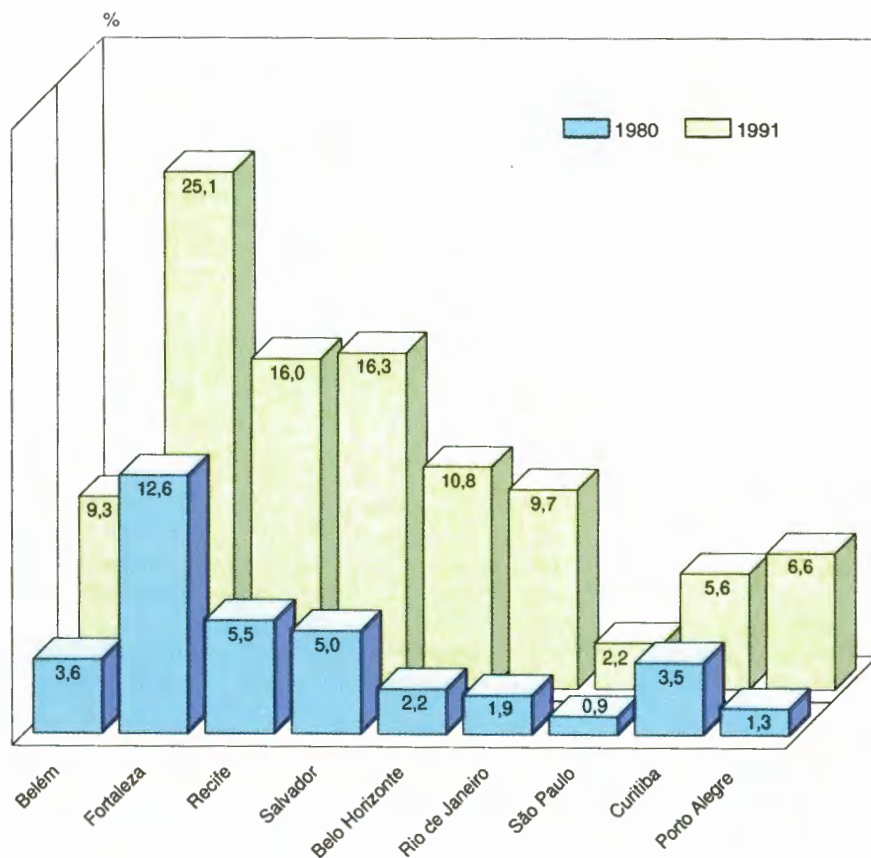
**17 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em domicílios de chefes com renda média mensal de até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾,
nos Municípios-Núcleos
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

**18 - Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos de idade, sem domicílios de chefes com rendimento médio mensal de até 1/2 salário mínimo⁽¹⁾, nos Municípios da Periferia
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos de salário mínimo de setembro de 1980 cujo deflator é o INPC do IBGE.

A situação das crianças em Teresina, Fortaleza e Palmas é a pior entre as capitais com proporções, variando de 68,4% a 62,5%, de crianças que viviam em domicílios cujos chefes ganhavam até 2 salários mínimos por mês. Estes valores são superiores à média para o conjunto do País (60,4%).

Com proporções que variavam de 51,9% a 58,1%, estavam as capitais de Belém, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, São Luís e Rio Branco. Estes valores significam que em cada duas crianças com menos de 6 anos, pelo menos uma vivia em situação de pobreza.

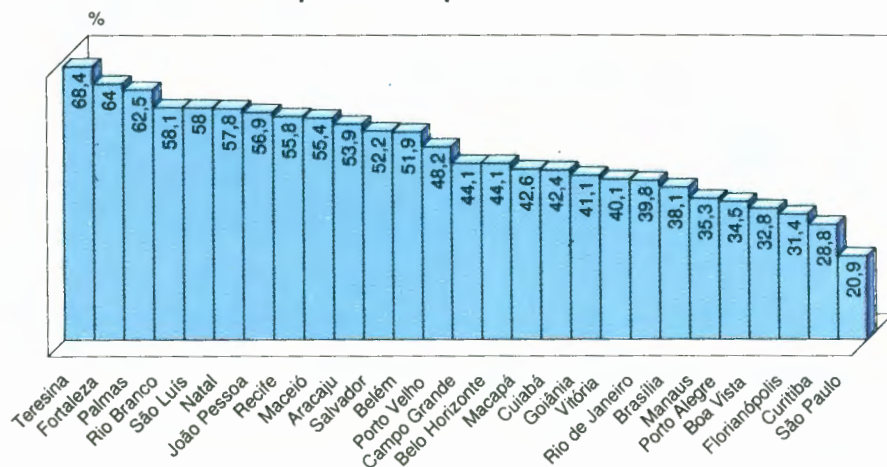
Numa situação um pouco menos ruim mas ainda precária estavam as crianças que viviam nos Municípios de Porto Velho, Campo Grande, Belo Horizonte, Macapá, Cuiabá, Goiânia e Vitória com proporções variando entre 48,2 a 40,1%.

Na faixa de 29% a 41% estavam Florianópolis, Boa Vista, Porto Alegre, Manaus, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba. São Paulo destaca-se por apresentar a menor proporção (20,9%) de crianças pobres.

Deste conjunto de dados, o que mais chama atenção, é que o Município do Rio de Janeiro, o segundo maior do País, teoricamente um dos mais ricos, apresentasse uma proporção tão expressiva de crianças pobres, estando neste aspecto, em situação pior que Manaus e Boa Vista, capitais situadas no Norte do País, região bem menos desenvolvida que o Sudeste.

Outro fato que merece destaque é a enorme diferença entre os dois extremos. Teresina apresentava uma proporção de crianças pobres quatro vezes superior à de São Paulo.

Crianças de 0 a 6 anos de idade, em domicílios de chefes com rendimento mensal de até 2 salários mínimos Municípios das capitais - Brasil - 1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

Analfabetismo

O Censo de 1991 revela que a taxa de analfabetismo de crianças e adolescentes entre 11 e 17 anos reduziu-se bastante em relação a 1980. Não obstante, ainda foi possível registrar, sobretudo no campo e na Região Nordeste, proporções significativas de pessoas nesta faixa etária que declararam não saber ler ou escrever.



**Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade
Grandes Regiões - Brasil - 1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico 1991; Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Malha Digital do Brasil, 1991; Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Elaboração Mapa Temático.

Continuam marcantes as diferenças urbano-rurais quanto ao analfabetismo de crianças e adolescentes



Analfabetismo

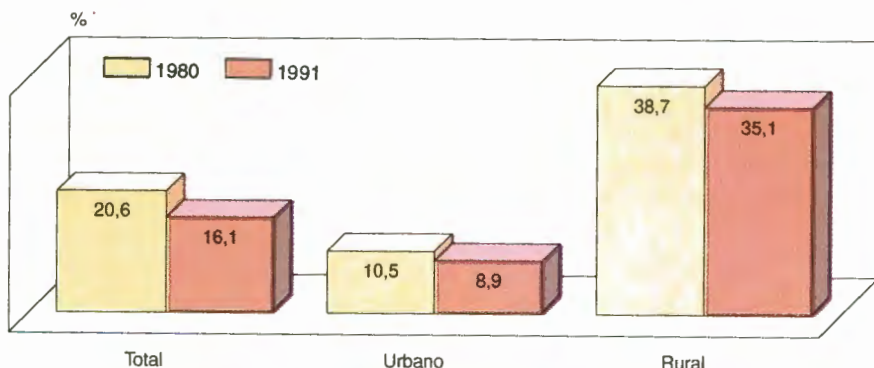
A primeira questão a ser analisada nesta sessão refere-se à dicotomia urbano-rural e os diferenciais por gênero em relação ao analfabetismo infanto-juvenil. Os Gráficos 19, 20, 21 e 22 ilustram como estes fenômenos comportaram-se entre 1980 e 1991.

Nas pesquisas domiciliares do IBGE considera-se analfabeta toda pessoa que tenha declarado não saber ler e escrever um bilhete simples - analfabetismo rudimentar. Apesar das limitações deste critério, os dados do Censo Demográfico de 1991 mostram que 16,1% das pessoas com idade entre 11 e 14 anos permaneciam analfabetas rudimentares, quando, pela legislação em vigor, deveriam ter completado, no mínimo, três séries do ensino básico ou fundamental. Quanto aos adolescentes de 15 a 17 anos, 12,4% deles também eram analfabetos rudimentares. Isto significa dizer que, no início da década de 90, cerca de 2,3 milhões de crianças e 1,3 milhão de adolescentes brasileiros, em plena idade escolar, não sabiam ler e escrever e, possivelmente, parte deste universo populacional estava trabalhando.

Apesar de ter havido um esforço recente, por parte do setor público sobretudo nas esferas estaduais e municipais, de adequação do sistema educacional às características fundamentais da população, notadamente pobre no meio rural e nas periferias urbanas, este não foi suficiente para erradicar de vez o analfabetismo infanto-juvenil. De fato, ocorreu um aumento no atendimento ao ensino básico durante a década, especialmente para o grupo de crianças de 10 a 14 anos. Entretanto, a partir das informações trazidas pelo Censo Demográfico de 1991, torna-se inevitável reconhecer que o sistema escolar brasileiro permanece ineficiente, tendo em vista a existência de altas taxas de analfabetismo infanto-juvenil, com desigualdades marcantes entre o campo e a cidade, refletindo assim os problemas estruturais e conjunturais do País.

O exame dos diferenciais, considerando a situação do domicílio (Gráficos 19 e 20), mostra que as maiores proporções de analfabetismo entre crianças e adolescentes ainda estão na área rural, situação que permanece

**19 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade, por situação do domicílio
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

20 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, por situação do domicílio Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

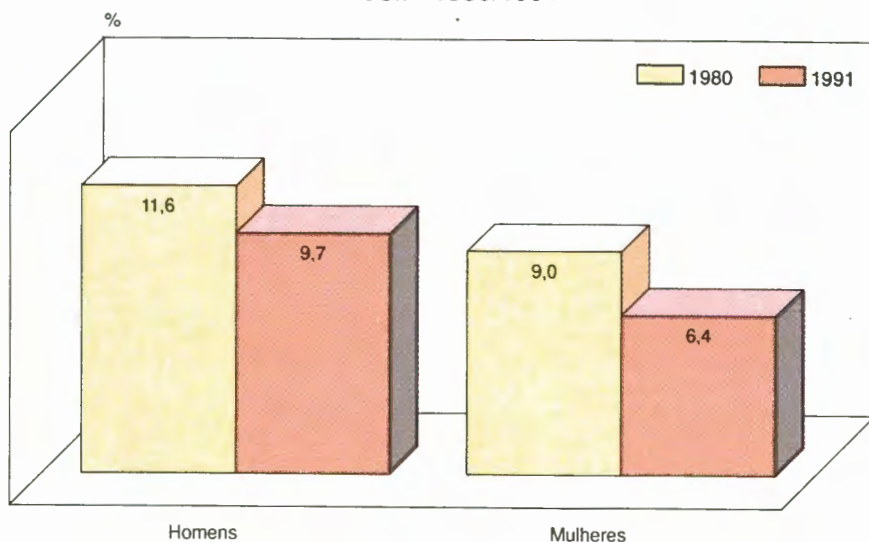
desde 1980. Comparando os dados de 1980 com os de 1991, verifica-se uma redução nas taxas, tanto na área urbana como na rural. Chama atenção a redução nos índices de analfabetismo rural dos adolescentes (de 32,5%, em 1980, para 27,6%, em 1991). Diversas hipóteses podem ser mencionadas para justificar a ocorrência deste decréscimo: a crescente tecnificação do processo produtivo rural; as eventuais revisões nas legislações das municipalidades, incorporando cinturões verdes, antes rurais, às periferias urbanas e o êxodo dos "bóias-frias" do campo para as periferias urbanas, entre outras.

Com relação às diferenciações do analfabetismo por gênero, verifica-se uma proporção significativamente maior de meninos analfabetos do que de

meninas para os dois grupos etários analisados (Gráficos 21 e 22).

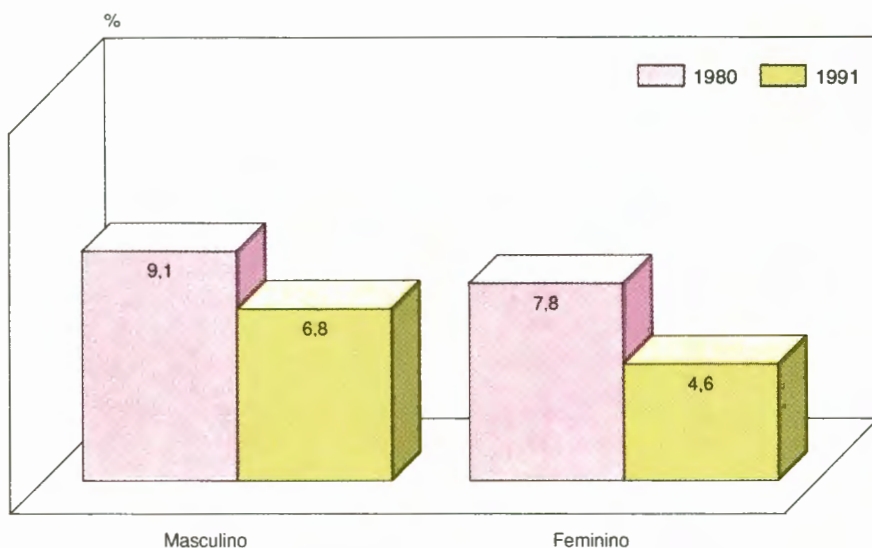
Durante a década de 80, as reduções nas taxas de analfabetismo ocorreram mais intensamente entre as meninas. Isto fez com que, em 1991, as diferenciações por gênero ficassem ainda mais acentuadas. Destacam-se os adolescentes, entre os quais, em 1980, existia uma diferença relativa de 25,3%, mas que, a partir dos dados de 1991, subiu para 41,0%. Tais distanciamentos provavelmente estão vinculados às necessidades familiares de subsistência, que priorizam a entrada precoce dos meninos no mercado de trabalho, enquanto as meninas podem dedicar-se ainda aos estudos, conciliando esta atividade às tarefas domésticas.

**21 - Taxa de analfabetismo das crianças
de 11 a 14 anos de idade, por sexo
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**22 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes
de 15 a 17 anos de idade, por sexo
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

É no Nordeste que se encontram as maiores taxas de analfabetismo entre crianças e adolescentes



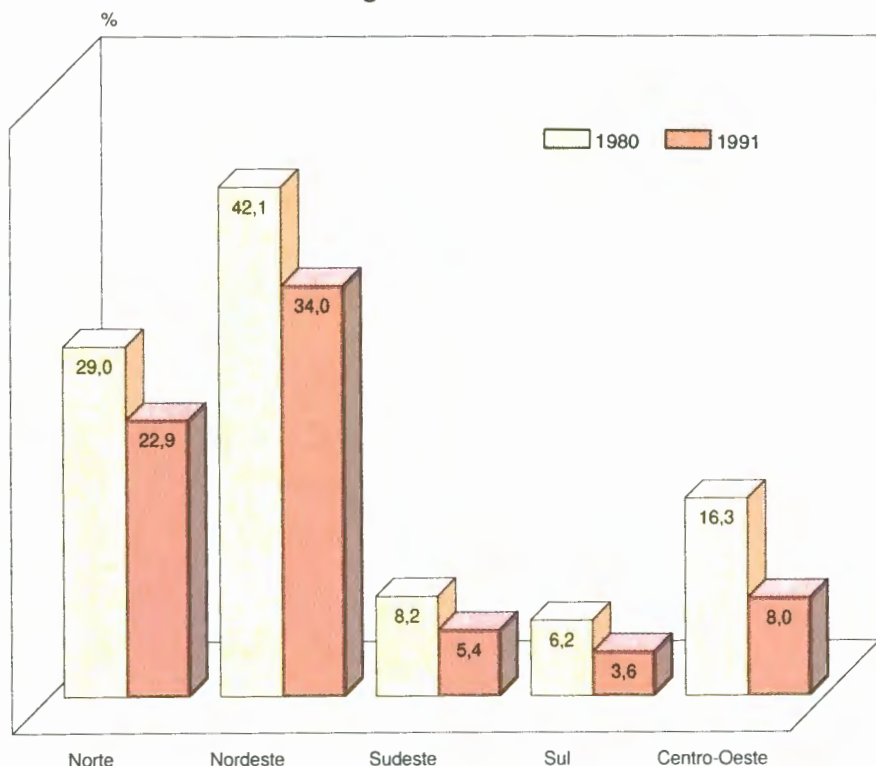
Analfabetismo

Pode-se dizer que as desigualdades educacionais brasileiras ainda continuam marcadas pelo nível de desenvolvimento socioeconômico de cada região. As regiões menos favorecidas economicamente apresentam as piores condições em termos educacionais. Em 1991, enquanto na Região Sul apenas 3,6% das crianças com idade entre 11 e 14 anos permaneciam analfabetas, no Nordeste esta proporção atingia 34,0% das crianças, representando uma diferença comparativa entre elas de nada

menos do que 8,4 vezes (Gráfico 23). Cabe destacar que o analfabetismo infantil está concentrado na Região Nordeste, pois, dos 2,2 milhões de crianças analfabetas existentes no País, 69,2% residiam naquela região.

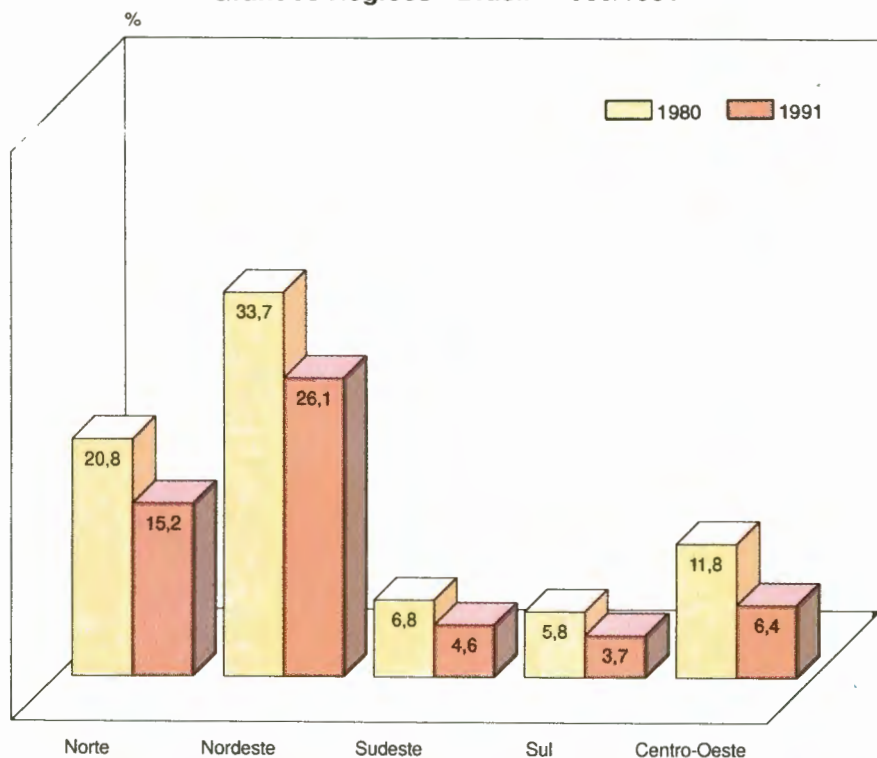
O mesmo comportamento é observado entre os adolescentes (Gráfico 24). Os adolescentes nordestinos eram os que apresentavam os maiores índices de analfabetismo entre seus pares nas demais regiões do País.

**23 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

24 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Comparativamente à média nacional, no Nordeste a taxa de analfabetismo (26,1%) entre os adolescentes é mais do que o dobro do que encontramos para o conjunto do País (12,4%).

A comparabilidade no tempo mostra um decréscimo significativo do analfabetismo infanto-juvenil no Brasil, como já observado anteriormente. As maiores reduções, na década de 80, ocorreram na Região Centro-Oeste, onde as taxas de analfabetismo declinaram em 50,9% entre as crianças e 45,8% entre os adolescentes. Destaca-se aqui a grave situação verificada na Região Nordeste. Além de absorver o maior número de crianças e de adolescentes analfabetos, nesta região ocorreram as menores reduções nos índices de analfabetismo. Portanto, as acentuadas diferenças sociais, econômicas e demográficas

existentes entre as regiões, aliadas às diferentes políticas regionais no setor educacional, evidenciam a necessidade de o Governo brasileiro concentrar esforços para atingir a meta universal de incorporação e permanência no ensino fundamental, principalmente no Nordeste.

A relevância de analisar indicadores sobre analfabetismo está não só em identificar sua incidência por áreas geográficas, mas também dimensionar os riscos de uma exclusão social, econômica e principalmente a exclusão do conhecimento para estas crianças e adolescentes em processo de incorporação à força de trabalho. O cidadão analfabeto sofre um oneroso custo em suas oportunidades de emprego, renda e acesso a bens e serviços.

São grandes os contrastes das taxas de analfabetismo entre o núcleo e a periferia das regiões metropolitanas



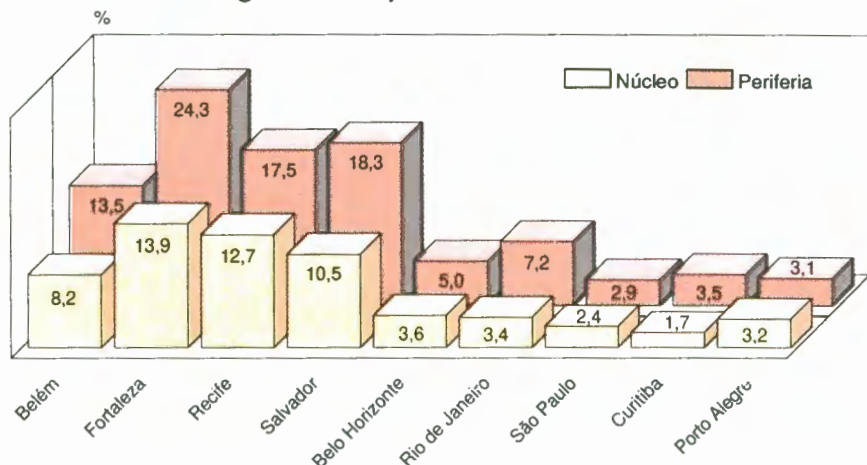
Analfabetismo

O Censo Demográfico de 1991 mostra que o comportamento das taxas de analfabetismo nas Regiões Metropolitanas brasileiras reflete as tendências verificadas nas Grandes Regiões do País. As piores taxas de analfabetismo infanto-juvenil encontram-se nas RMs da Região Nordeste, nos municípios considerados periféricos (Gráficos 25 e 26), embora seja importante registrar, também, a elevada taxa observada na periferia da RM de Belém e a proporção de crianças de 11 a 14 anos de idade analfabetas nos municípios periféricos da RM de Fortaleza, onde esta taxa era duas vezes superior àquela de seu município central (núcleo 13,9%, contra 24,3% na periferia). Desagregando-se as taxas de analfabetismo por núcleo e periferia das RMs pode-se observar, de maneira mais clara, como as condições socioeconômico-culturais das famílias e o acesso aos serviços públicos são fatores determinantes do nível de escolarização.

O nível educacional das crianças é mais favorável nas Regiões Metropolitanas do Sul e do Sudeste, tanto nos municípios-núcleos quanto nos periféricos. Em todas as RMs, com exceção de Porto Alegre, a situação do núcleo é bem melhor que a da periferia. Chama atenção, nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Curitiba, o alto diferencial de analfabetismo infantil entre núcleo e periferia. Entretanto, enquanto os municípios situados na periferia da RM do Rio de Janeiro apresentam os índices mais altos de analfabetismo das Regiões Metropolitanas do Sudeste (7,2%), as taxas mais baixas cabem ao município-núcleo da RM de Curitiba (1,7%).

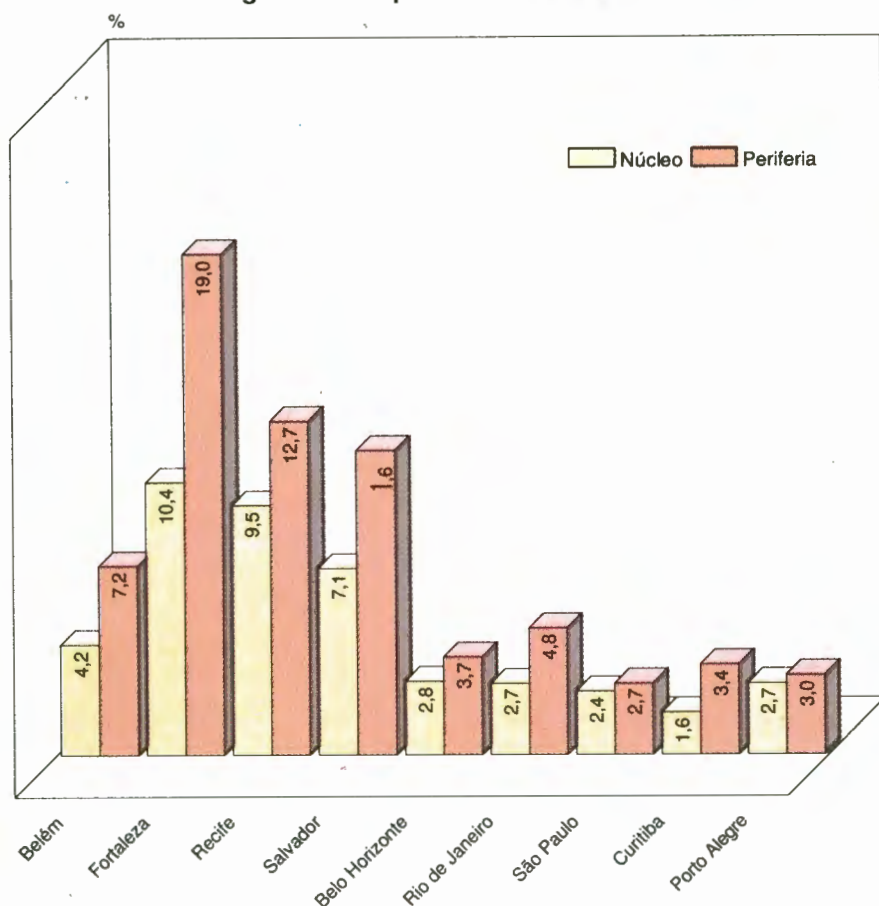
A situação dos adolescentes quanto ao analfabetismo é muito semelhante à das crianças, embora para estas últimas as taxas sejam mais elevadas. O Gráfico 26 mostra que as taxas mais altas são encontradas na periferia de Fortaleza, Recife e Salvador e as mais baixas nas Regiões Metropolitanas do Sudeste e Sul

**25 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

26 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991



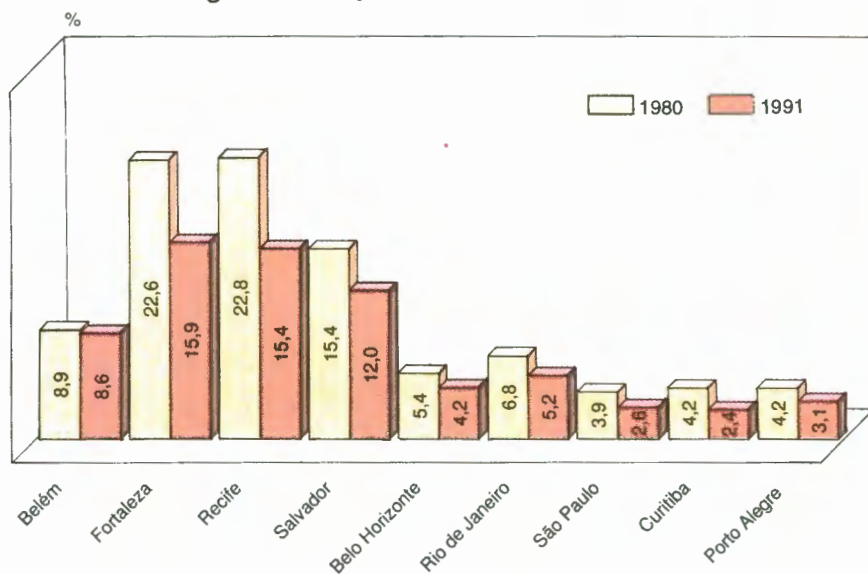
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

do País. Vale a pena chamar atenção para a taxa de analfabetismo dos adolescentes residentes nos municípios periféricos da RM do Rio de Janeiro, bem superior às encontradas para as periferias das outras RMs situadas no Sudeste e Sul.

Os Gráficos 27 e 28 ilustram como se comportou a taxa de analfabetismo de crianças e adolescentes ao longo da década no conjunto das Regiões Metropolitanas. A análise dos dados

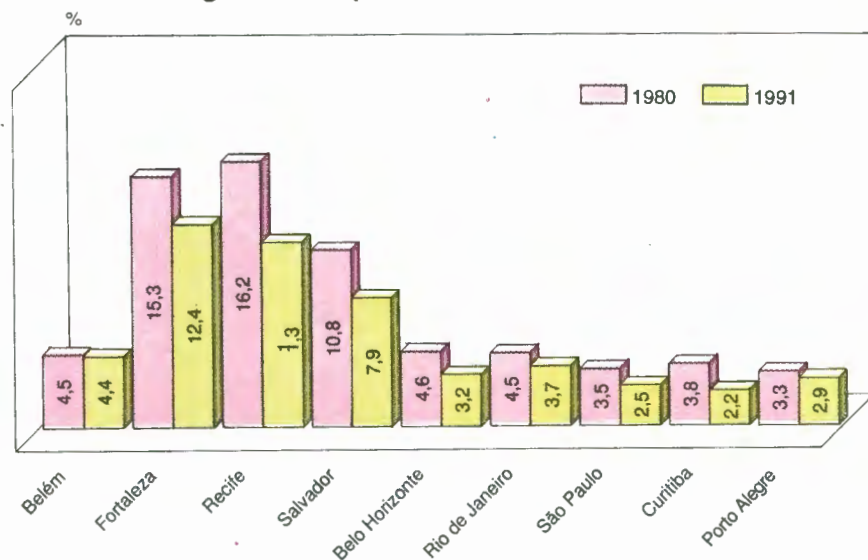
indica que a situação educacional para os dois grupos etários apresentou melhora, porém percebe-se facilmente que há, ainda, um longo percurso a ser feito para erradicar o analfabetismo entre as pessoas de 11 a 17 anos. No caso das crianças (de 11 a 14 anos), não restam dúvidas que o ingresso tardio, associado às condições de repetência e evasão escolares muito influem para elevar as taxas, que acabam por se cristalizarem na adolescência.

27 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

28 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade Regiões Metropolitanas - Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

Nos municípios menores o analfabetismo é maior

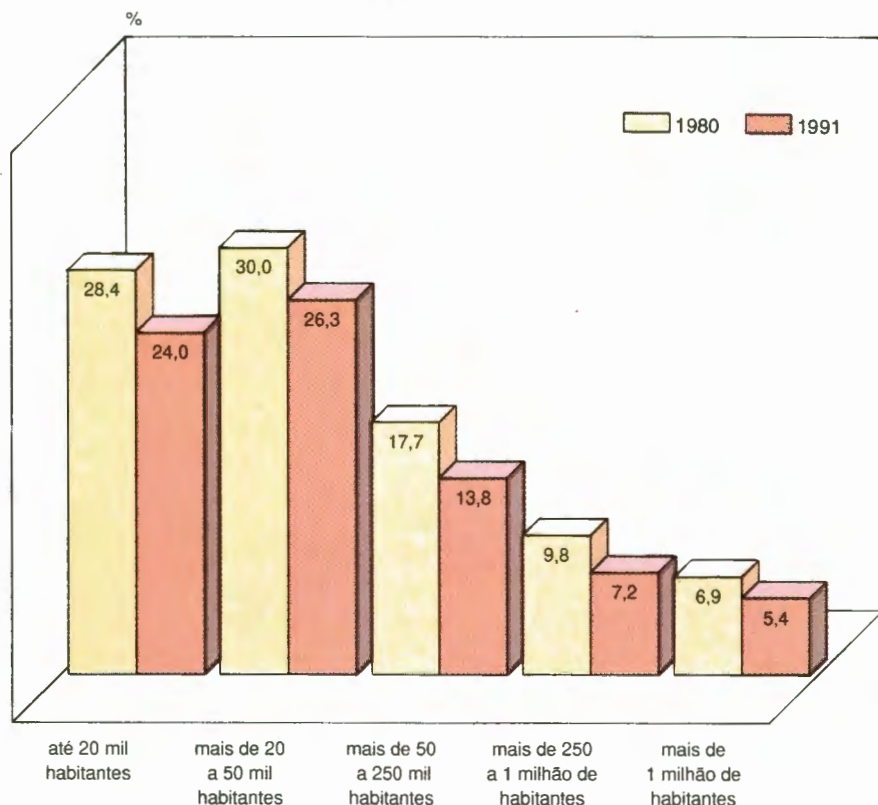


Analfabetismo

Pela análise do analfabetismo infanto-juvenil considerando o tamanho dos municípios, classificado pelo número de habitantes, é possível verificar nitidamente a grande desigualdade educacional existente no Brasil, revelando uma concentração de crianças e de adolescentes analfabetos nos municípios menos populosos, onde as condições de arrecadação, renda gerada, serviços públicos, rede escolar instalada, etc., geralmente são mais

precárias (Gráficos 29 e 30). Parece haver uma associação negativa entre o tamanho do município e o nível de analfabetismo de seus habitantes, isto é, quanto menor o tamanho do município maior é a taxa de analfabetismo das crianças e adolescentes. Entretanto, é necessário relativizar estas informações, dado que, numa mesma classe de tamanho populacional, estão agregados municípios com níveis de analfabetismo diferenciados.

**29 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade, por tamanho de município
Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

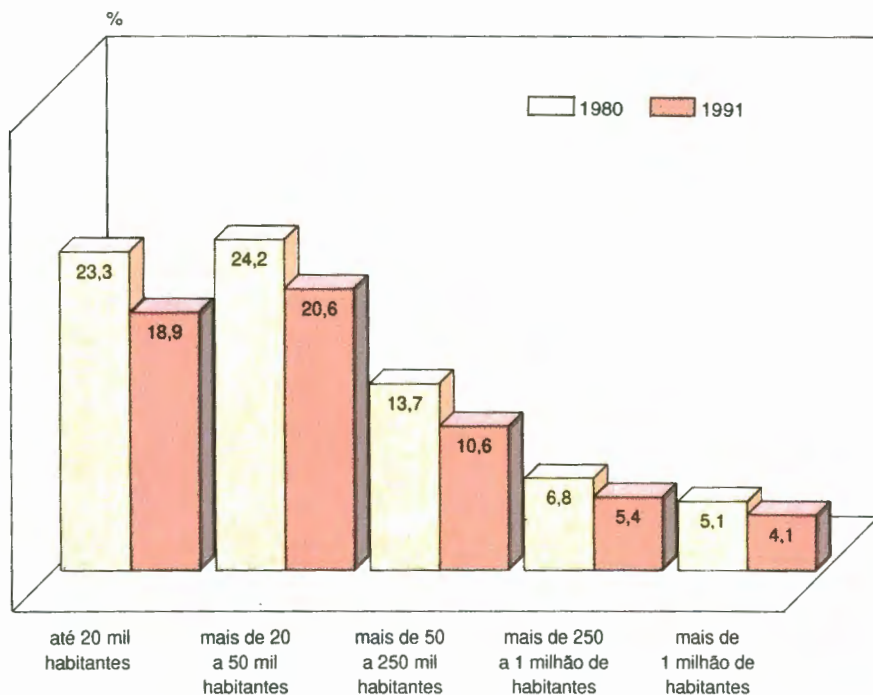
A taxa de analfabetismo encontrada para o grupo etário de 11 a 14 anos, em municípios considerados pequenos (com menos de 50 mil habitantes), varia de 24 a 26,3%. Nos municípios médios, aqueles cuja população está entre 50 e 250 mil, esta taxa cai bastante, quase metade, para 13,8%. Nos mega-municípios (mais de 1 milhão de habitantes), a taxa apresenta um valor consideravelmente inferior, chegando a 7,2%. Para os adolescentes de 15 a 17 anos de idade, ocorre uma situação bastante semelhante à observada para as crianças.

Quando se comparam as taxas de analfabetismo registradas para estes dois grupos etários em 1980 e 1991, verifica-se uma queda nas taxas de analfabetismo infanto-juvenil, fato já observado anteriormente, independente do tamanho populacional dos municípios (Gráficos 29 e 30). As maiores reduções,

no caso das crianças, ocorreram nos municípios considerados grandes (entre 250 mil e 1 milhão de habitantes), cujas taxas sofreram uma redução relativa de 26,0%. Já no grupo de adolescentes, a maior redução ocorreu nos municípios de tamanho populacional médio (entre 50 e 250 mil habitantes).

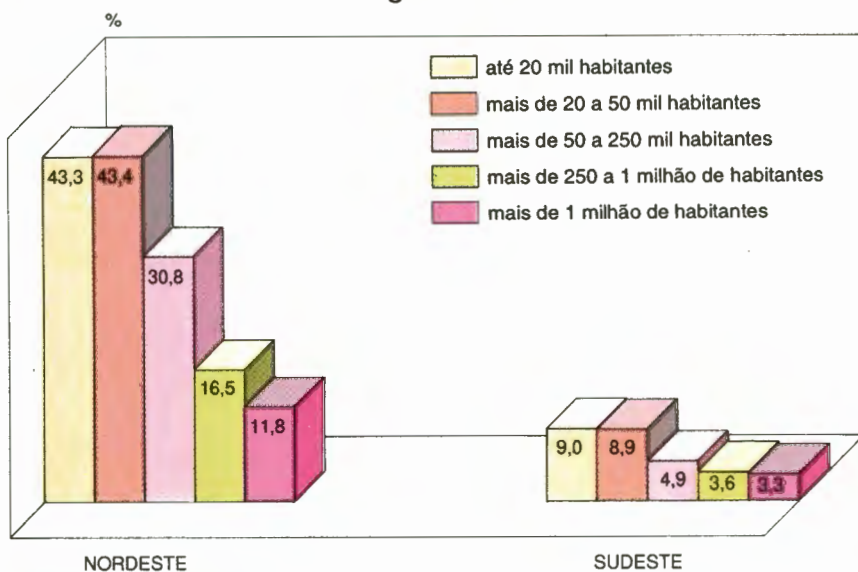
Nas grandes regiões, observa-se a mesma tendência encontrada para o conjunto do País: na medida em que aumenta o tamanho populacional dos municípios, diminui a proporção de crianças analfabetas. Cabe destacar que os percentuais de analfabetismo encontrados para as Regiões Norte e Nordeste são significativamente superiores àqueles da média nacional, sendo que no Nordeste, praticamente em todas as classes de tamanho dos municípios, as taxas quase duplicam quando comparadas à média nacional (Gráficos 31 e 32).

30 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, por tamanho de município Brasil - 1980/1991



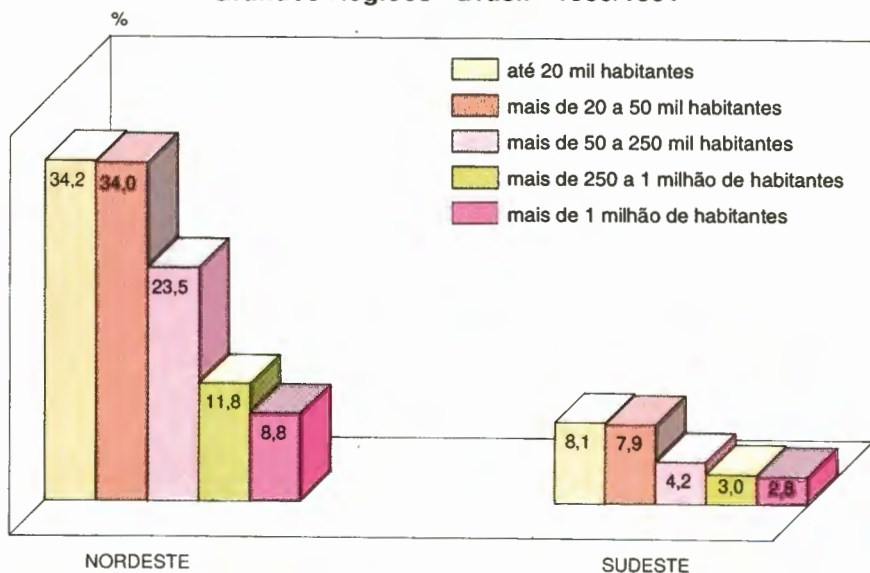
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

**31 - Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade,
por tamanho do município
Grandes Regiões - Brasil - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

**32 - Taxa de analfabetismo dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade,
por tamanho do município
Grandes Regiões - Brasil - 1980/1991**



FONTE - IBGE Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

O nível de educação do chefe da família tem forte impacto sobre o de seus dependentes



Analfabetismo

A escolaridade dos chefes domiciliares afeta de forma substancial o nível de bem-estar de seus familiares. Do ponto de vista socioeducacional, condiciona as chances de escolarização de seus filhos e a própria ambiência cultural da família. Este condicionamento sociocultural dos chefes de domicílios é ressaltado nas avaliações de programas de igualdade de oportunidades escolares implementados pelos governos, que enfatizam ser a "família educógena" geralmente mais importante do que os próprios fatores intra-escolares no processo de desenvolvimento educacional das crianças.

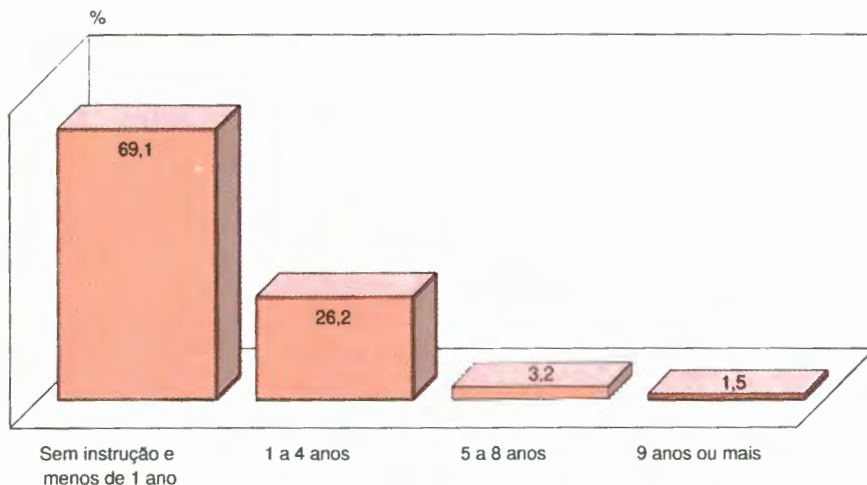
Sob tal ótica, analisando-se as proporções de crianças e de adolescentes analfabetos residentes em domicílios particulares, e considerando-se o nível de instrução do chefe domiciliar, é possível dimensionar, de maneira generalizada, o contingente de jovens que poderão ter maiores problemas no processo de escolarização em razão

especial da ambiência cultural vivenciada na família.

No Brasil, em 1991, do total de crianças de 11 a 14 anos de idade analfabetas, 69,1% residiam em domicílios particulares chefiados por pessoas analfabetas (Gráfico 33). Além destas, verifica-se que 26,2% viviam em domicílios cujo chefe possuía entre 1 e 4 anos de escolaridade, totalizando, assim, 95,3% das crianças analfabetas. Estes dados permitem deduzir que existe uma correlação positiva entre a escolaridade do chefe domiciliar e a educação da criança: quanto maior a escolaridade do chefe do domicílio, maiores as chances de a criança frequentar escola.

Em termos regionais, constata-se poucas diferenciações ao se considerar as proporções de crianças analfabetas cujo chefe domiciliar não tinha nenhuma instrução, ou que, no máximo, chegou a obter 4 anos de escolaridade. Em todas as regiões, mais de 90,0% das crianças estavam nessas condições.

**33 - Crianças de 11 a 14 anos de idade analfabetas, por anos de estudo do chefe domiciliar
Brasil - 1991**

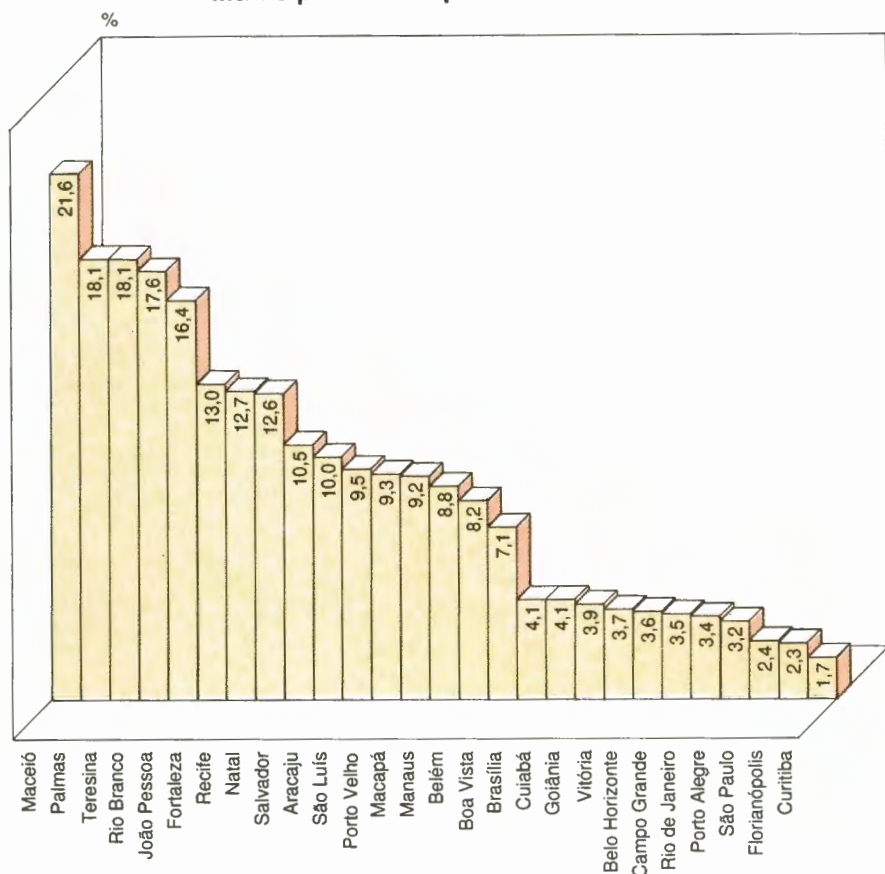


FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

As diferenças das taxas de analfabetismo entre os municípios das capitais do Norte/Nordeste e as do Sudeste/Sul eram expressivas. O Município de Maceió destacava-se por apresentar a maior proporção (21,6%) de crianças de 11 a 14 anos que não sabiam ler e escrever, enquanto Curitiba, Florianópolis e São Paulo eram os que tinham situação significativamente melhor (1,7%, 2,3% e 2,4%, respectivamente).

Maceió é a capital brasileira que apresenta a maior taxa de analfabetismo entre as crianças de 11 a 14 anos

**Taxa de analfabetismo das crianças de 11 a 14 anos de idade
Municípios das capitais - Brasil - 1991**

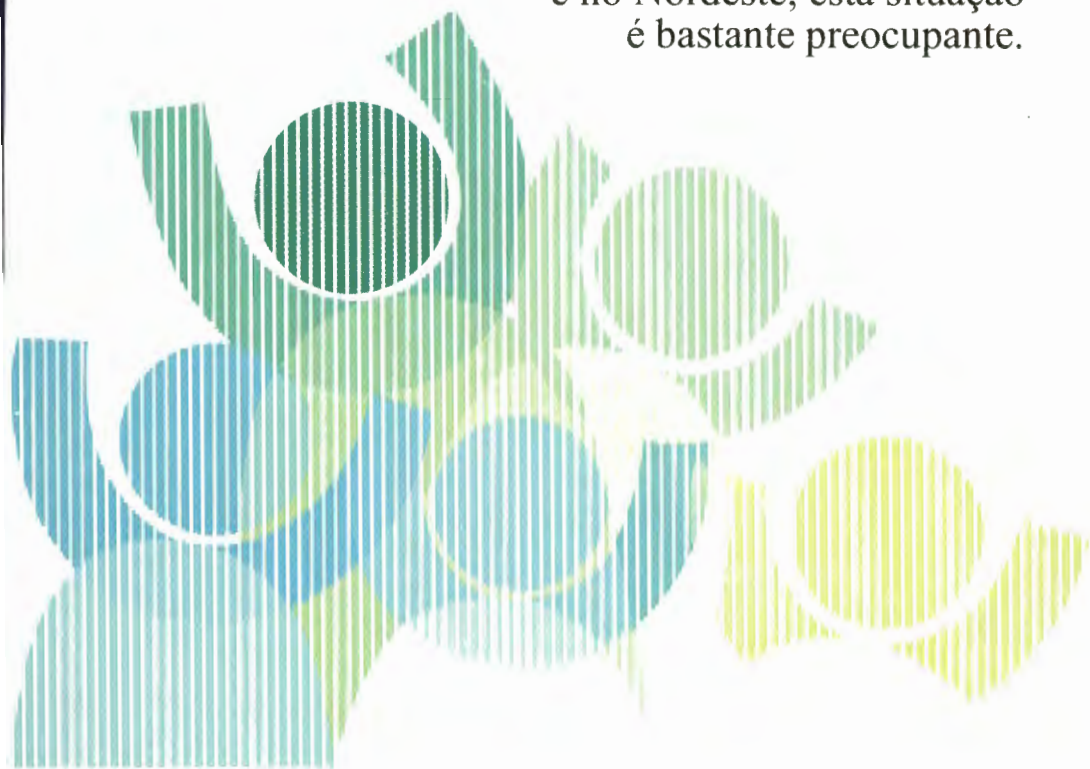


FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

Saneamento Básico

Ao longo da década de 1980 diminuíram os índices de desnutrição e de mortalidade na infância no Brasil. Embora se reconheça que muitos fatores interferiram neste processo, tais como o nível de escolaridade da mãe, o nível de renda da família e as condições habitacionais, grande parte desse progresso pode ser atribuído à melhoria das condições de saneamento básico: à qualidade do abastecimento de água, às condições do esgotamento sanitário e da coleta de lixo.

Entretanto, as informações oriundas do Censo Demográfico de 1991 mostram que há no País, ainda, um expressivo número de crianças menores de 5 anos de idade vivendo em domicílios urbanos sem saneamento adequado. No Norte e no Nordeste, esta situação é bastante preocupante.



**Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos
com abastecimento de água inadequado
Grandes Regiões - Brasil - 1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censo Demográfico 1991; Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia, Malha Digital do Brasil, 1991; Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Elaboração Mapa Temático.

Melhora bastante o abastecimento de água no País, embora tenham aumentado as desigualdades regionais



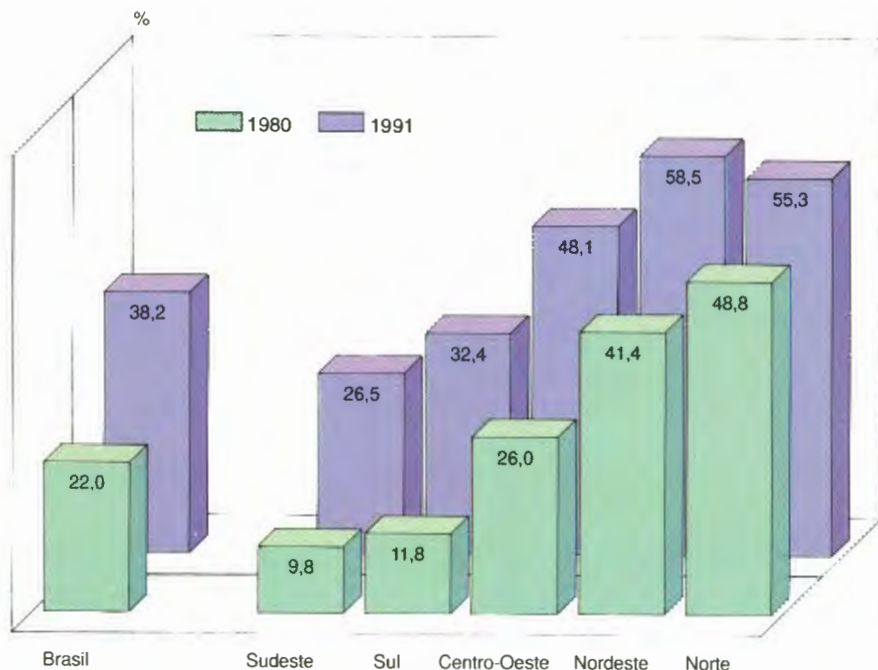
Saneamento
Básico

Comparando-se o ano de 1980 com o de 1991, verifica-se que, no conjunto do País, melhorou substancialmente a situação das crianças de 0 a 5 anos quanto às condições de abastecimento de água de seus domicílios: em 1980, cerca de 40% das crianças desta faixa etária viviam em domicílios urbanos com abastecimento de água inadequado; em 1991, esta proporção foi reduzida para 22%. Apesar da melhora, esta é, ainda, uma situação preocupante, tendo em vista que esta proporção representa um total de aproximadamente 4 milhões e meio de crianças. Além disso, deve-se considerar que estas são crianças que

vivem em áreas urbanas, cujas possibilidades de acesso aos serviços de infra-estrutura são maiores do que aquelas que habitam as áreas rurais.

Em relação à situação nas Grandes Regiões do País, de modo geral, também houve melhora: diminuiu a proporção de crianças em situação desfavorável em todas as regiões, principalmente no Sudeste e Sul do País. Entretanto, as desigualdades aumentaram: as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste mantêm proporções significativamente mais elevadas (26,0%, 48,8% e 41,4%, respectivamente) que o Sudeste (9,8%) e o Sul (11,8%) (Gráfico 34).

**34 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com abastecimento inadequado de água
Brasil - 1980/1991**

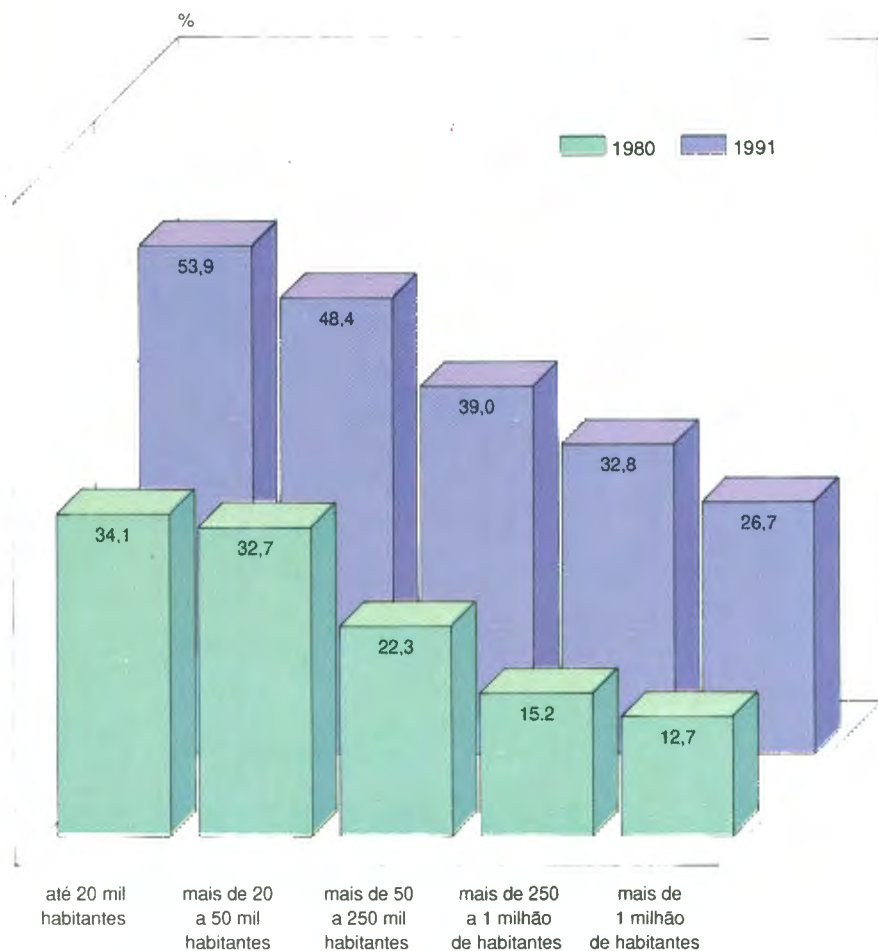


FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

A análise dos dados sobre abastecimento de água dos domicílios levando em consideração o tamanho dos municípios, classificado por número de habitantes, mostrou que, quanto menor o município, pior era a situação de seus moradores, isto é, maiores foram as proporções de crianças de até 5 anos vivendo em domicílios urbanos com abastecimento de água inadequado. À medida que cresce o tamanho do município, melhoram as condições das crianças quanto à adequação. Assim, em 1991, enquanto nos municípios de até 20

mil habitantes a proporção de crianças em situação desfavorável era de 34,1%, nos municípios de mais de 1 milhão de habitantes esta proporção baixava para 12,7%. Esta tendência vem sendo mantida desde 1980, embora as proporções fossem mais elevadas naquele ano. O fato de os municípios menores apresentarem uma situação de abastecimento pior deve-se, principalmente, às condições de arrecadação e renda gerada, geralmente mais precárias nestes municípios do que nos grandes (Gráfico 35).

35 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com abastecimento inadequado de água, por tamanho de município Brasil - 1980/1991



FONTE - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. Censos Demográficos 1980 e 1991.

A Região Metropolitana de Fortaleza era, em 1991, a que apresentava a maior proporção de crianças de 0 a 5 anos que não tinham garantido um abastecimento de água de boa qualidade

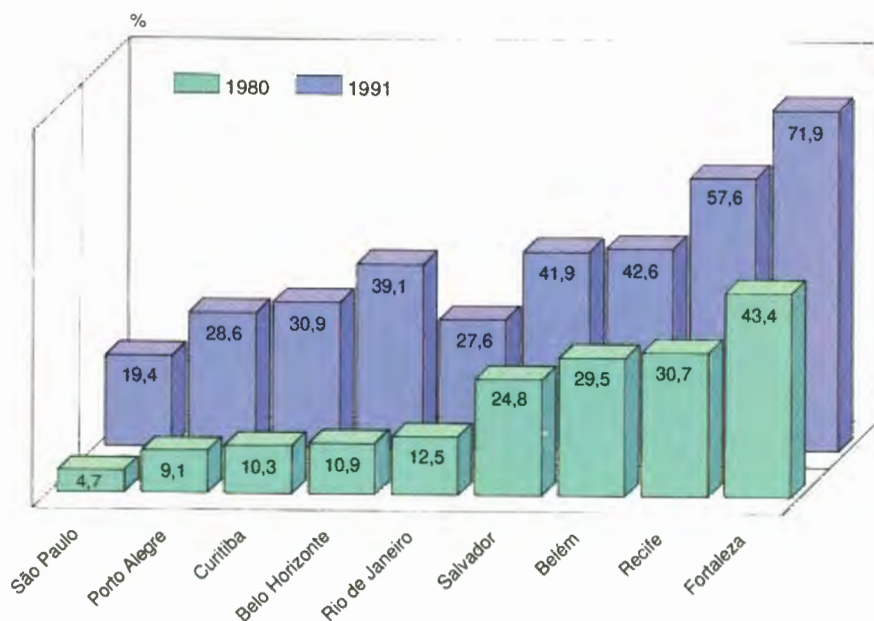


Saneamento
Básico

A comparação dos resultados para o conjunto das RMs brasileiras referente aos anos de 1980 e 1991 é bastante positiva: diminuíram as proporções de crianças em situação desfavorável quanto ao abastecimento de água em todas as Regiões Metropolitanas do País. Entretanto, as do Norte e Nordeste apresentavam, ainda, no ano do Censo Demográfico, proporções extremamente elevadas de crianças residindo em domicílios com abastecimento de água inadequado: na área de Fortaleza, cerca de metade das crianças de 0 a 5 anos (43,4%) não tinha garantido um abastecimento de

água de boa qualidade. As Áreas Metropolitanas localizadas no Sul e Sudeste apresentaram situação bem mais favorável: a de São Paulo era a melhor, com apenas 4,7% de crianças em domicílios com abastecimento inadequado, seguida de Porto Alegre (9,1%), Curitiba (10,3%), Belo Horizonte (10,9%) e Rio de Janeiro (12,5%). Esta última, contudo, relativamente ao ano de 1980, teve um desempenho pior do que as demais: em 1980, colocava-se como a segunda área melhor e, em 1991, passou a ocupar a quinta posição entre as Regiões Metropolitanas (Gráfico 36).

**36 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com abastecimento de água inadequado
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991**



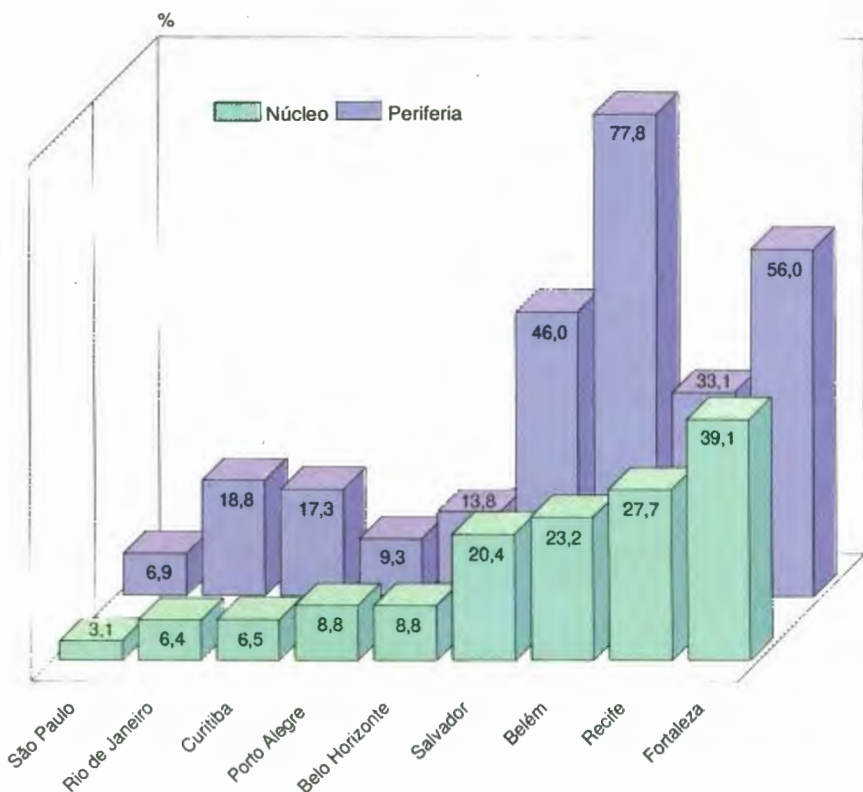
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos 1980 e 1991.

Quando a análise dos dados de saneamento em relação às RMs é feita desagregando os municípios periféricos daqueles considerados núcleos, percebe-se uma nítida diferença, revelando que os municípios-núcleos, capitais dos estados onde as RMs estão localizadas, apresentaram uma situação bem mais vantajosa: verificou-se que a situação das crianças nestes municípios era bem melhor do que a daquelas que moravam nos municípios da periferia (Gráfico 37). Nas RMs de São Paulo, Porto Alegre e Recife as diferenças eram menores, enquanto no Rio de Janeiro e em Curitiba eram mais marcantes: a proporção de crianças em situação de inadequação era três vezes maior na periferia do que no núcleo destas duas RMs.

Chama atenção a periferia de Belém, que apresentou, em 1991, a maior proporção de crianças com abastecimento de água inadequado (cerca de 80%). Em seguida aparece Fortaleza (56%), Salvador (46%) e Recife (33,1%), cujas proporções eram consideradas, ainda, muito elevadas. Os melhores desempenhos foram observados na periferia do Rio de Janeiro (18,8%), Curitiba (17,3%), Belo Horizonte (13,8%), Porto Alegre (9,3%) e São Paulo (6,9%).

A Área Metropolitana de Fortaleza destacou-se por apresentar uma situação desfavorável tanto no município-núcleo quanto nos da periferia, 39,1% e 56%, respectivamente.

37 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com abastecimento de água inadequado
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

A situação das crianças quanto ao esgotamento sanitário é pior nos municípios menores



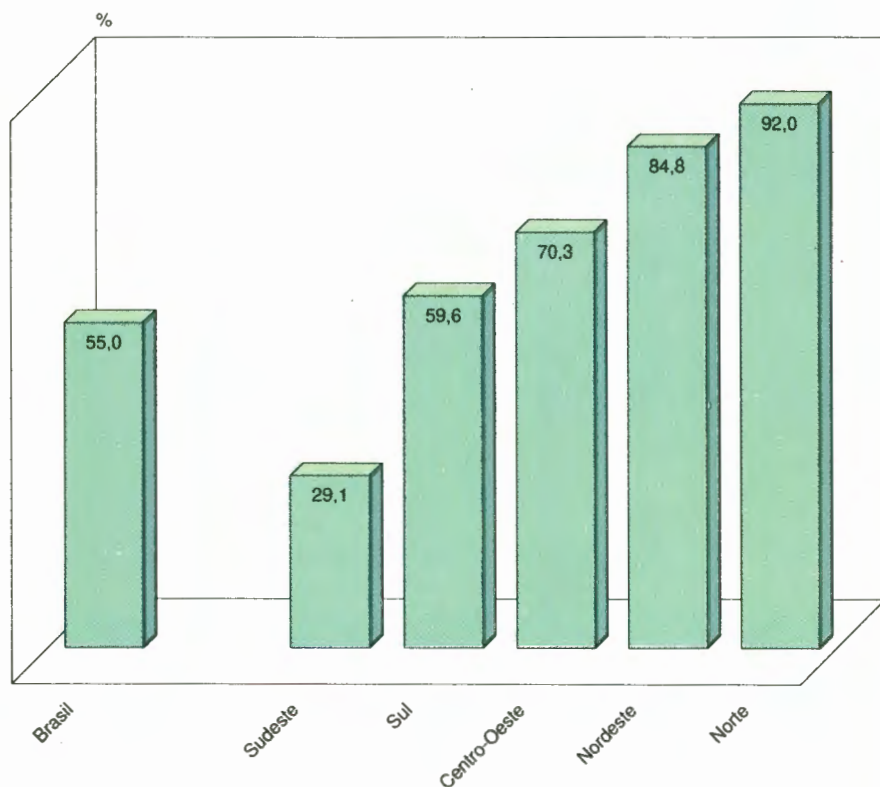
Saneamento
Básico

Mais da metade (55%) das crianças brasileiras de 0 a 5 anos residentes nas cidades vivia em domicílios com esgotamento sanitário inadequado, segundo os dados do Censo Demográfico de 1991. Esta situação é extremamente grave considerando-se que o esgotamento sanitário inadequado é um fator de risco à saúde das crianças, por sua relação com a transmissão de doenças infecciosas e parasitárias. De fato, pode-se qualificar esta situação como uma indicação da baixa qualidade das condições de higiene a que estão submetidas grande

parte das crianças brasileiras residentes nas áreas urbanas.

Mais uma vez, tomando-se as Grandes Regiões, observa-se uma acentuada desigualdade em relação às condições de esgotamento sanitário: as crianças do Sudeste estavam em melhor situação, mas ainda assim cerca de 30% delas não dispunham de esgoto adequado. Em seguida vem o Sul (59,6%) e o Centro-Oeste (70,3%); e em situação extremamente preocupante aparece o Nordeste e o Norte, com proporções de 84% e 92%, respectivamente (Gráfico 38).

**38 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com esgotamento sanitário inadequado
Brasil - 1991**

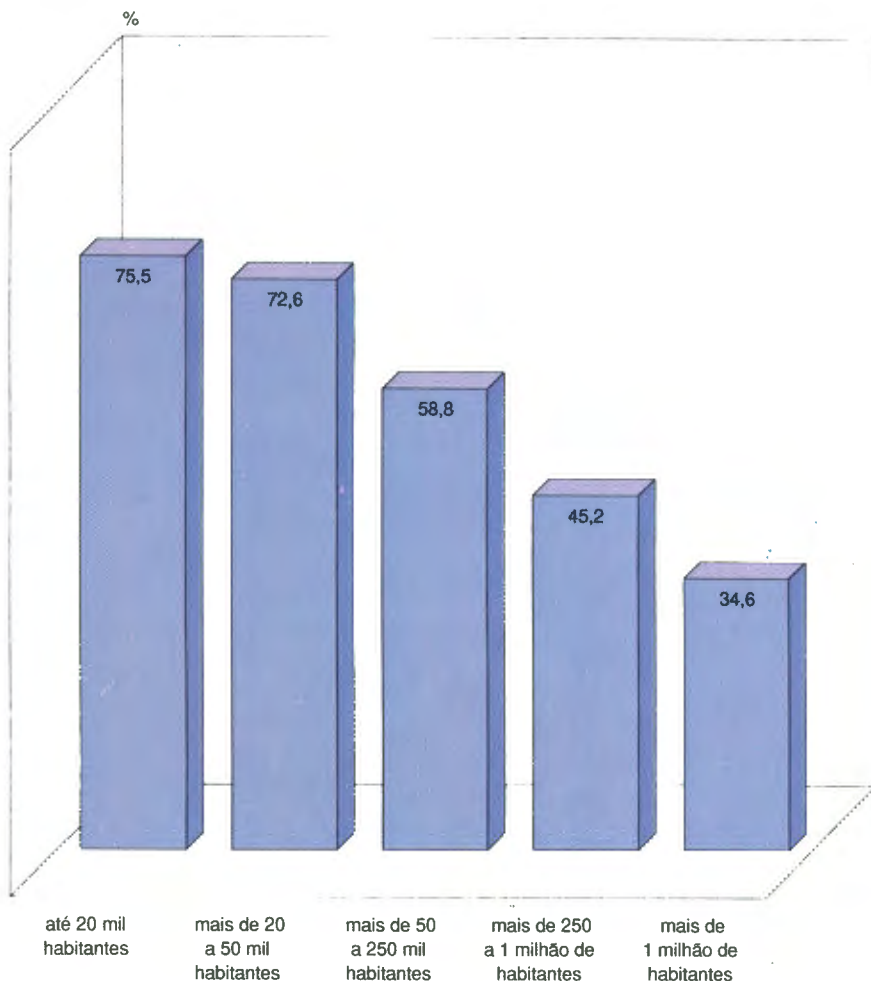


FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

Procedendo-se à análise por tamanho de município (Gráfico 39), verifica-se a mesma tendência observada em relação à água: nos municípios de menor população era maior a proporção de crianças que moravam em domicílios urbanos em condições inadequadas de esgotamento sanitário. Assim, nos municípios com menos de 20 mil habitantes, 75,5% das crianças de 0 a 5 anos habitavam domicílios cuja situação de

esgotamento sanitário era inadequada; esta proporção vai diminuindo à medida que aumenta o tamanho dos municípios, até alcançar 34,6% nos municípios acima de 1 milhão de habitantes. Estes dados mostram, por um lado, a concentração destes serviços nos grandes centros urbanos e, por outro, as dificuldades financeiras a que está submetida a maioria dos municípios de pequeno porte, com menos de 50 mil habitantes.

39 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com esgotamento sanitário inadequado por tamanho de município Brasil - 1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

As crianças metropolitanas paulistas são as que têm melhor situação em termos de esgotamento sanitário de seus domicílios



Saneamento
Básico

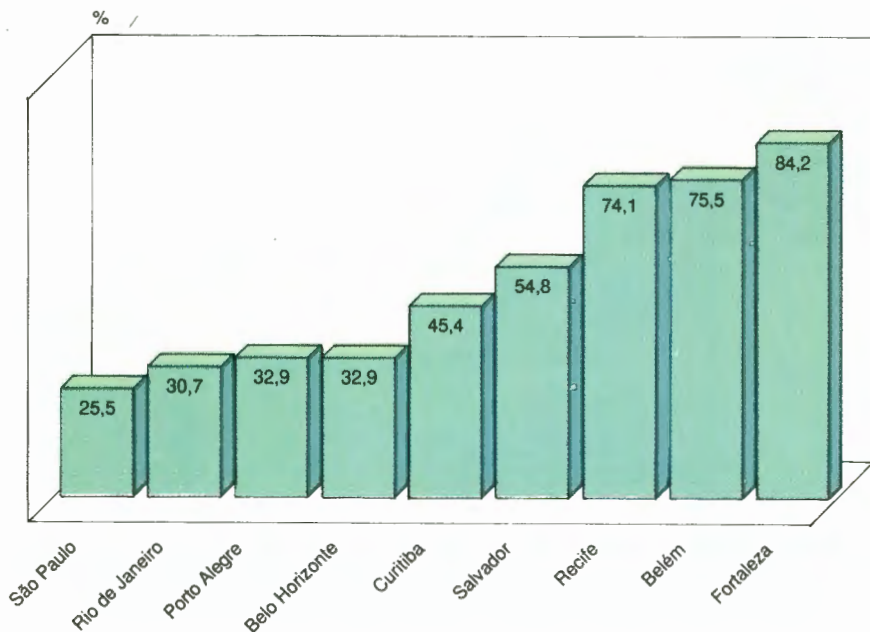
Entre as Regiões Metropolitanas, a que apresentou a menor proporção de crianças em situação desfavorável quanto ao esgotamento sanitário foi a de São Paulo, que, mesmo assim, apresentava, em 1991, 25,5% de crianças nestas condições. Mais uma vez, a pior situação é a da Região Metropolitana de Fortaleza (84,2%), seguida por Belém (75,5%), Recife (74,1%) e Salvador (54,8%). Curitiba também apresentou um desempenho pouco favorável (45,4%) e as demais, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro, ficaram em torno de 30% (Gráfico 40).

Analisando os dados da região metropolitana por núcleo e periferia,

observou-se que, na maioria dos casos, a situação das crianças nos municípios que compõem a periferia era bem pior do que as que residiam no núcleo. Conforme pode ser visto no Gráfico 41, as maiores diferenças ocorreram em Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. No caso da periferia de Belém, aproximadamente 100% das crianças de 0 a 5 anos não tinham acesso a esgotamento sanitário adequado.

A Região Metropolitana de Fortaleza possuía características que a diferiam das demais: a situação das crianças moradoras do Município de Fortaleza (núcleo) era um pouco pior do que a

40 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com esgotamento sanitário inadequado
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991



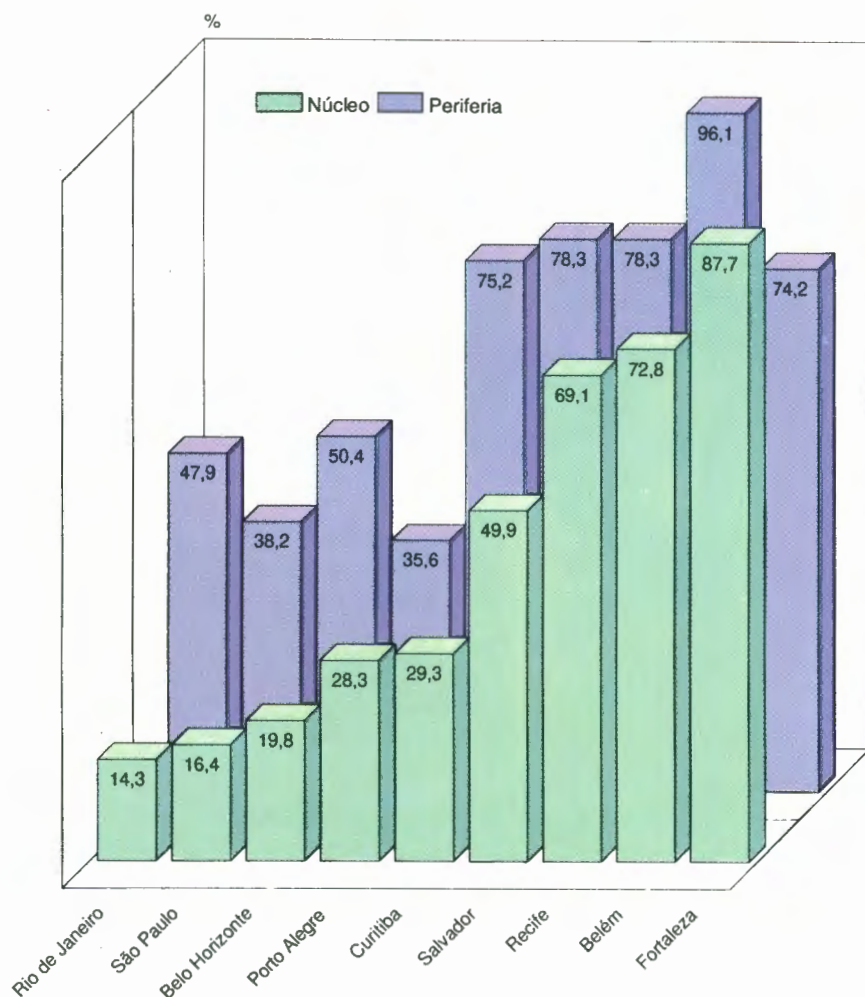
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

daquelas dos municípios da periferia (87,7% e 74,2%, respectivamente). Este fenômeno é, provavelmente, efeito do tamanho dos municípios que compõem a periferia da Área Metropolitana de Fortaleza: Aquiraz, Maranguape e Pacatuba são municípios relativamente pequenos (em torno de 60 mil habitantes) e todos eles apresentaram quase 100% das crianças vivendo em domicílios com esgotamento inadequado; Caucaia, por sua vez,

apresentou um desempenho melhor, e, por ser um município de porte médio, com cerca de 165 mil habitantes, este fator certamente influenciou para abaixar a média da periferia. A comparação dos municípios-núcleos das RMs revelou que o de Fortaleza apresentou a mais alta proporção de crianças sem esgotamento adequado (Gráfico 41).

No Brasil, em 1991, 27,3% das crianças de 0 a 5 anos viviam em

41 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com esgotamento sanitário inadequado Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

No Norte, mais da metade das crianças não tem coleta de lixo adequada em seus domicílios



Saneamento
Básico

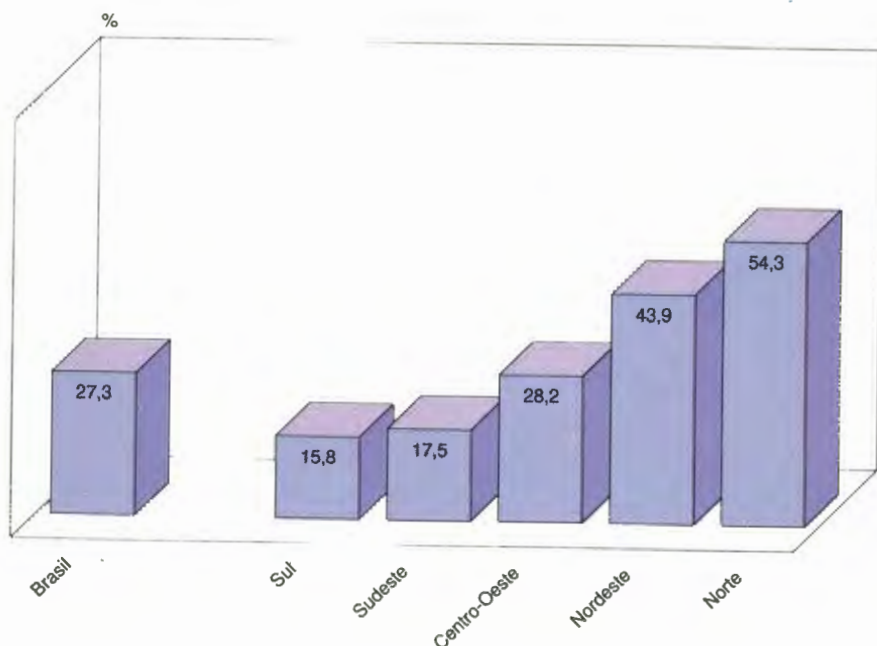
domicílios urbanos sem coleta de lixo adequada. Na Região Norte esta proporção alcançava 54,3%, seguida do Nordeste, com 43,9%, e o Centro-Oeste, com 28,2%, situação lamentável quando se considera que as condições de saneamento, sobretudo a coleta do lixo, são fundamentais para a saúde de todos, em especial das crianças menores de 5 anos de idade. As crianças residentes no Sul e Sudeste estavam em uma situação bem melhor, apresentando as menores proporções, 15,8% e 17,5%, respectivamente, entre as regiões do País (Gráfico 42).

As crianças dos municípios de até 50 mil habitantes também contavam com as

piores condições quanto à coleta de lixo, e cerca de 40% delas não dispunham deste serviço em seus domicílios. A medida que aumenta o tamanho dos municípios a situação da coleta de lixo melhora. Nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, apenas 13,4% das crianças desta faixa etária residiam em domicílios urbanos com coleta de lixo inadequada (Gráfico 43).

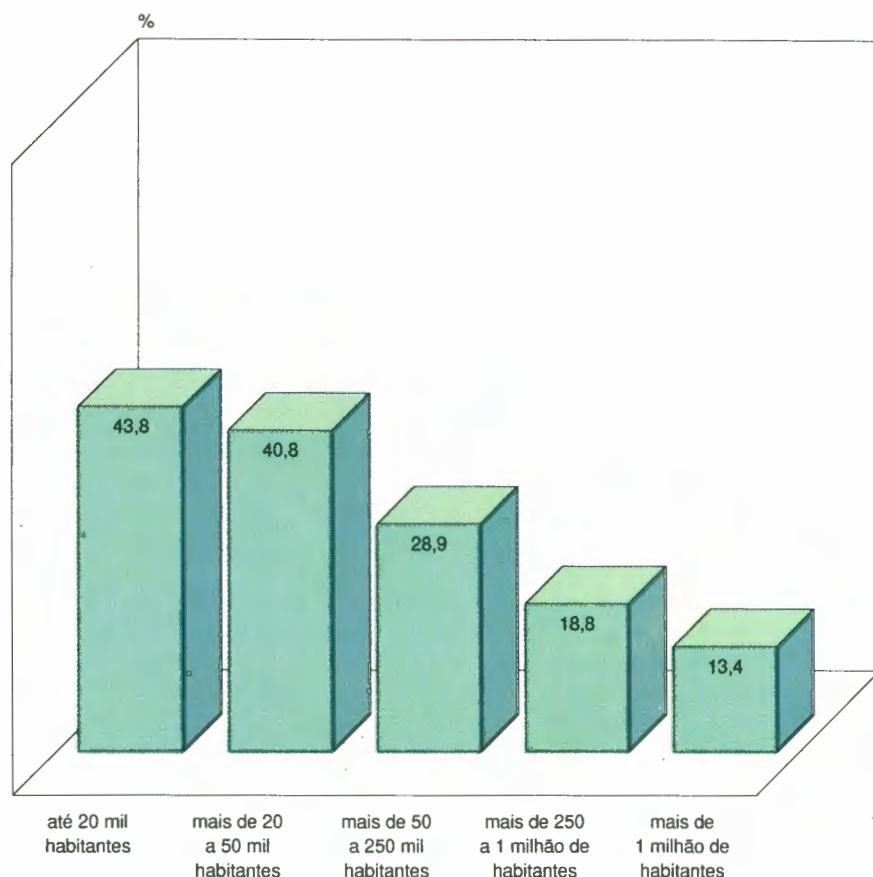
Nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba, menos de 10% das crianças não contavam com coleta de lixo adequada em seus domicílios, enquanto nas demais esta proporção elevava-se, chegando a 33% na Região Metropolitana de Recife.

**42 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com coleta inadequada de lixo
Brasil - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

43 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos com coleta inadequada de lixo, por tamanho de município Brasil - 1991



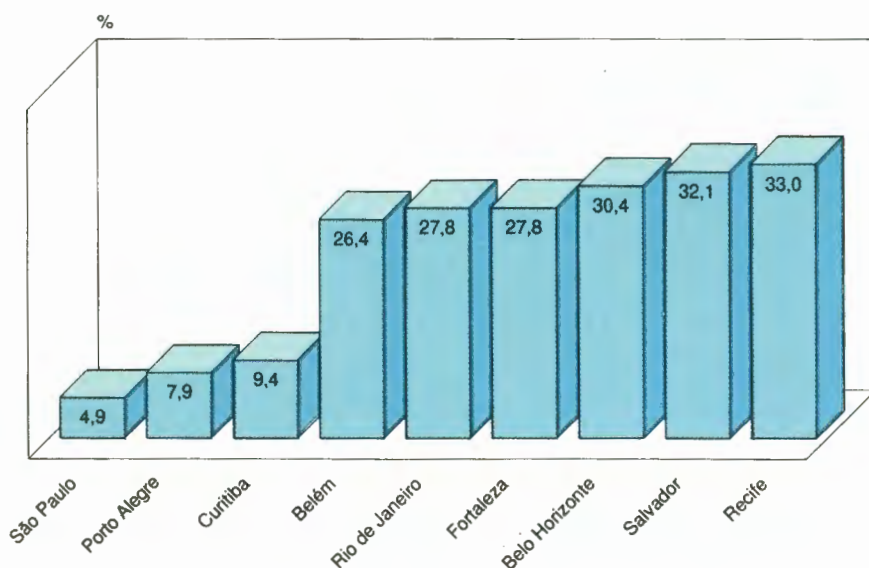
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

Destacaram-se, entre as piores, a RM do Rio de Janeiro e a de Belo Horizonte, com 27,8% e 30,4% de suas crianças, nesta mesma faixa etária, sem coleta de lixo em seus domicílios. Estes dados surpreendem, na medida em que estas duas RMs estão localizadas no Sudeste, uma das regiões economicamente mais desenvolvidas do País (Gráfico 44).

Procedendo-se à análise por núcleo e periferia, observa-se que a situação nos municípios que compõem a periferia era bem pior do que a do núcleo, chegando a

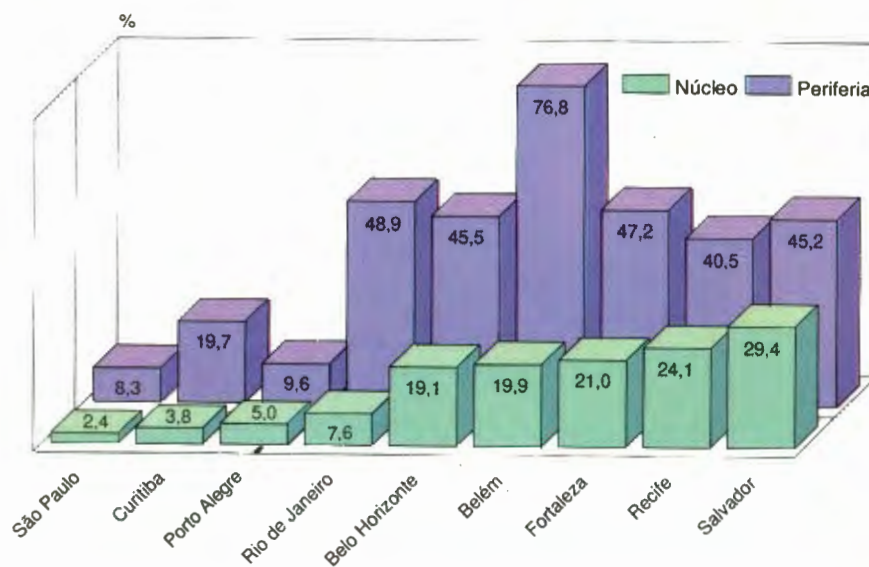
proporção de crianças sem coleta de lixo nos domicílios, em alguns casos, a ser cerca de cinco vezes maior na periferia do que no núcleo. Esta era, por exemplo, a situação da RM do Rio de Janeiro, que apresentava 7,6% de crianças sem coleta de lixo no município-núcleo e 48,9% nos municípios da periferia. Outro caso que chama atenção é o da RM de Curitiba, cuja diferença entre o núcleo (3,8%) e a periferia (19,7%) era bastante expressiva (Gráfico 45).

**44 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos
com coleta inadequada de lixo
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991

**45 - Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos
com coleta de lixo inadequada
Regiões Metropolitanas - Brasil - 1991**



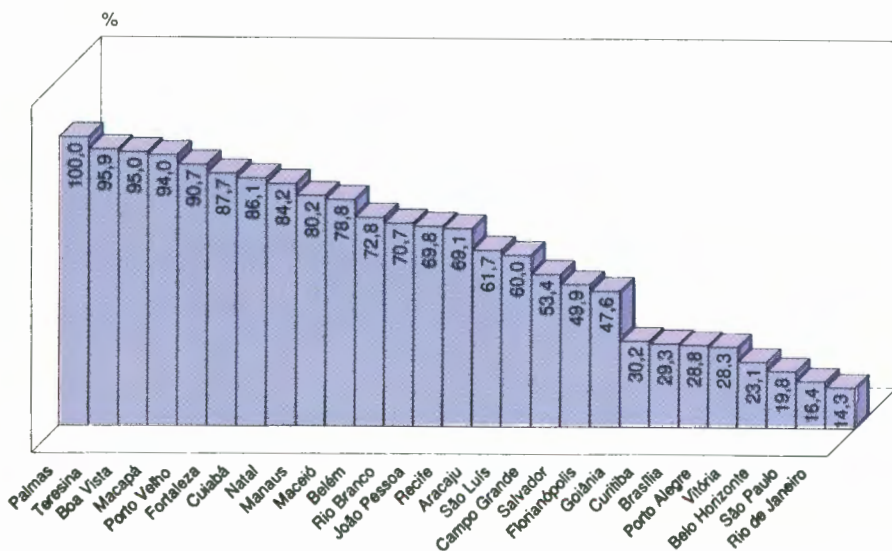
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

O gráfico mostra a proporção de crianças de 0 a 5 anos, nos municípios das capitais, que viviam em domicílios cujas condições de esgotamento sanitário eram inadequadas. Mais uma vez, os dados revelam que a região geográfica das capitais é realmente o diferenciador entre elas.

Em Palmas a totalidade das crianças (100%) vivia em domicílios sem condições adequadas de esgoto sanitário. Logo em seguida, em situação igualmente precária, encontravam-se Teresina, Boa Vista, Macapá, Porto Velho, Fortaleza, Cuiabá, Natal, Manaus e Maceió com mais de 80% das crianças de menos de 5 anos nestas condições. Numa situação bem melhor estavam Curitiba, Brasília e Porto Alegre com proporções variando de 30,2% a 28,3%. A melhor situação foi encontrada nos municípios das capitais do Sudeste, com proporções que variavam de 14,3% a 23,1% de crianças neste tipo de domicílio.

Das cinco piores capitais em relação à falta de esgotamento sanitário, quatro estão no Norte do País

**Crianças de 0 a 5 anos de idade, em domicílios urbanos
com esgotamento sanitário inadequado
Municípios das capitais - Brasil - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico 1991.

Considerações Finais



À guisa de conclusão, algumas considerações merecem ser feitas sobre os dados apresentados neste Boletim. Com objetivo de sistematizá-las, encontram-se organizadas por temas: dados gerais, rendimento, analfabetismo e saneamento.

- A tendência ao envelhecimento da população brasileira, fenômeno já verificado na década anterior, continua a se acentuar no período de 1980 a 1991. A acelerada queda da taxa de fecundidade - que passa de um número médio de 4,3 para 2,7 filhos por mulher - aliada ao aumento da expectativa de vida da população, que salta de 62 para 65,5 anos, fez com que a proporção de população infanto-juvenil (entre 0 e 17 anos de idade) diminuísse de 45% para 41%. Esse fato fez com que o contingente de maiores de 65 anos aumentasse de 4,0% para 4,8% no mesmo período, isto é, houve uma mudança na relação idosos/crianças - enquanto em 1980 havia 10 idosos para cada grupo de 100 crianças, em 1991 esta relação passava a ser de 12 para 100. Embora a proporção de crianças e adolescentes tenha diminuído neste período, o Brasil, em termos comparativos com outros países, ainda pode ser considerado um país jovem - 38% de sua população, ou 62,2 milhões de pessoas, têm menos de 15 anos.

Esta tendência é, também, observada em todas as Grandes Regiões do País, mas a diversidade dos padrões na queda da fecundidade resulta em proporções de crianças e adolescentes significativamente diferentes, criando grandes contrastes entre o Norte e Nordeste com o Sudeste e o Sul.

Outro fato a ser destacado neste período é a tendência à concentração de crianças e adolescentes em áreas urbanas. Para o conjunto do País, registra-se, entre 1980 e 1991, um aumento expressivo na proporção de população de 0 a 17 anos residindo em cidades - passa de 63% para 72%. Entre as Grandes Regiões, os maiores aumentos relativos observados foram no Sul, Centro-Oeste e Nordeste - de 58,9% para 72,8%, de 69,1% para 80,4% e de 47,8% para 57,2%, respectivamente. Neste sentido, pode-se dizer que a Região Sudeste deixa de ser pólo de atração para fluxos migratórios apresentando um aumento de menos de 7 pontos percentuais na proporção de crianças e adolescentes vivendo em áreas urbanas - em 1980, a proporção era de 79,6% passando para 86% em 1991. Tendo como parâmetro o tamanho populacional do município, o maior aumento relativo da população infanto-juvenil urbana ocorreu nos municípios de porte médio e grande (250 mil e 1 milhão de habitantes), diminuindo nos núcleos das principais metrópoles do País.

- A crescente concentração de renda e o aumento na desigualdade social e regional acirraram-se na década de 80. Enquanto em 1980 a proporção de crianças e adolescentes residindo em domicílios cujo chefe tinha um rendimento médio mensal de até 1/2 salário mínimo era de 4,6%, esta proporção chegou a 12,8% em 1991. Embora o empobrecimento da população infanto-juvenil e de suas famílias tenha afetado todas as regiões

do País, seu ritmo registra diferenças importantes. Na Região Nordeste, por exemplo, que, em 1980, apresentava 11 em cada 100 crianças vivendo em domicílios cujo chefe ganhava mensalmente até esse patamar de renda, em 1991 este número subia para 26, ou seja, um aumento de 136%. No Sul e Sudeste, o aumento relativo registrado foi ainda maior, na ordem dos 166% - o número médio de crianças nesta situação saltava de 3 para 8. Desta forma, em 1991, pode-se dizer que aproximadamente 8 milhões de crianças residiam em domicílios cujo chefe tinha uma renda de até 1/2 salário mínimo por mês, e 14.4 milhões em domicílios cujo chefe tinha uma renda ligeiramente superior (75% de 1 salário mínimo). Em todas as regiões, as crianças residentes em áreas rurais foram as mais afetadas, passando de 15 em cada 100 crianças, em 1980, vivendo abaixo deste patamar, para 37 em 1991.

Deve-se ressaltar que grande parte do aumento do número de crianças vivendo com pais ou chefes de domicílios cujo nível de renda é de indigência resulta do agravamento do processo de concentração de renda observado nas últimas décadas. Vale lembrar ainda que, na década de 60, a renda dos 10% mais ricos da população era 34 vezes superior à renda dos 10% mais pobres, enquanto que, em 1990, esta relação chegou a 78 vezes.

- Embora tenha sido possível observar uma redução lenta do analfabetismo infanto-juvenil durante a década de 80, a existência de 22 milhões de analfabetos com 10 ou mais anos de idade representa um enorme desafio. No que diz respeito ao analfabetismo de crianças (11 a 14 anos) e adolescentes (15 a 17 anos), conseguiram-se alguns avanços: a taxa de analfabetismo de crianças obteve uma queda, passando de 20,6% para 16,1% e a dos adolescentes de 15,9% para 12,4%, o que corresponde a um contingente de 3,3 milhões de pessoas de 11 a 17 anos na condição de analfabetos.

Tanto o grau de redução quanto os níveis destas taxas apresentam disparidades entre regiões, estados, municípios, área urbana e rural e, por último, de gênero. Os índices apresentados neste trabalho mostram claramente que as desigualdades educacionais brasileiras continuam a ser marcadas pelo nível de desenvolvimento socioeconômico, num círculo vicioso que precisa ser quebrado.

Em termos relativos, as maiores reduções ocorreram na região Centro-Oeste, onde as taxas de analfabetismo declinaram em quase 51% entre as crianças, e 45,8% entre os adolescentes. Em ordem decrescente, e com percentuais de redução entre 30% e 40%, seguem-se as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, ficando em último lugar a Norte, com uma redução de 21% para as crianças e 27% para os adolescentes.

É importante, ainda, ressaltar que a diferença entre o analfabetismo das crianças do sexo masculino e as do feminino ampliou significativamente na década de 80 a favor das meninas. No início da década, 11,6% dos meninos se declararam analfabetos, em 1991 esta proporção baixava para 9,7%, enquanto para meninas passava de 9,0% para 6,4%, uma redução bem mais acentuada, ou seja, a diferença de 1,9% a favor das meninas aumenta para 2,6% em 1991.

- Houve, em geral, uma melhora nas condições de saneamento dos domicílios brasileiros durante a década de 80, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Enquanto, em 1980, 38% das crianças menores de 5 anos de

idade residentes nas áreas urbanas não tinham abastecimento de água no interior do próprio domicílio, em 1991 esta proporção cai para 22%. Em termos relativos, as Regiões Sul (63,5%), Sudeste (63%) e Centro-Oeste (45,9%) registraram os maiores aumentos de cobertura, seguidas das Regiões Nordeste (29,3%) e Norte (11,3%). Não obstante este aumento, os dados apresentados neste trabalho revelam que o acesso aos serviços de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo continua acentuadamente desigual entre áreas urbanas e rurais e as diferentes regiões, permanecendo ainda inaceitavelmente altos. Em 1991, ainda foi possível encontrar 22 de cada 100 crianças (de 0 a 6 anos) residindo em áreas urbanas que não tinham acesso ao abastecimento de água nos domicílios. Nas áreas rurais este número eleva-se para 76. No caso do esgotamento sanitário a situação é ainda mais grave: 54,9% das crianças residindo nas cidades e 96,7% das que residiam no campo não possuíam aparelhos sanitários ou fossa séptica ligados a uma rede geral ou pluvial.

Os dados apresentados neste boletim apontam para melhorias na redução da taxa de analfabetismo de crianças e adolescentes e na ampliação de domicílios dotados de infra-estrutura adequada de água e esgoto. Por outro lado, a crescente concentração de renda, que, na década passada, repetiu a tendência dos últimos 30 anos, acentuou a magnitude da desigualdade social entre crianças e adolescentes no Brasil, acarretando sérios problemas sociais que se manifestam no incremento do trabalho infantil, prostituição de meninas, maior número de meninos de rua, entre outros.

Os indicadores aqui analisados apontam para a necessidade de uma nova articulação e integração entre políticas sociais e econômicas que efetivamente visem a uma distribuição de renda mais equitativa. O grande desafio das políticas sociais, até então meramente compensatórias, é transformarem-se num instrumento verdadeiro de desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego. Esses dados, também, mostram a necessidade de concentrar ações e recursos em zonas prioritárias, onde a situação é mais crítica. As ações emergenciais devem ser consideradas a partir dos direitos expressos no Estatuto da Criança e Adolescente, vigente desde a Constituição de 1988.

Anexos

1 Conceitos Utilizados

2 Tabelas

3 Relação dos Municípios que
compõem as Regiões Metropolitanas

1 Conceitos Utilizados



Domicílio Particular

Domicílio é o local de moradia estruturalmente independente com um ou mais cômodos com entrada privativa. Domicílio particular é aquele que serve de moradia a uma, duas ou, no máximo, cinco famílias.

Renda do Chefe

Considerou-se renda do chefe o rendimento fixo mensal bruto percebido no mês de agosto de 1991. No caso dos chefes com rendimentos variáveis, considerou-se a média corrigida dos últimos 12 meses. A renda do chefe do domicílio foi expressa em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do IBGE.

Taxa de analfabetismo

É a relação entre o número de analfabetos e o total das pessoas do mesmo grupo etário. Considerou-se analfabeta a pessoa que não é capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

Abastecimento de água inadequado

Foram considerados como tendo abastecimento inadequado aqueles domicílios que não estão servidos por água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos.

Esgotamento sanitário inadequado

Foram considerados como tendo esgotamento sanitário inadequado os domicílios cujos aparelhos sanitários não estejam ligados a uma rede geral de esgoto sanitário ou não possuam uma fossa séptica ligada à rede pluvial.

Lixo inadequado

Foram considerados como tendo lixo inadequado os domicílios que não tenham o lixo coletado diretamente por serviço ou empresa pública ou particular, ou indiretamente, quando o lixo do domicílio é depositado em uma caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço ou empresa pública ou particular.



Tabelas

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 1980/1991

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	1980				
	Total	Grupos de idade			
		Total	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	119 011 052	53 939 271	22 483 862	22 968 515	8 486 894
Norte	6 619 755	3 519 063	1 601 296	1 451 204	466 563
Rondônia	491 025	259 501	116 195	108 339	34 967
Acre	301 276	164 216	74 946	67 890	21 380
Amazonas	1 430 528	776 710	361 191	313 633	101 886
Roraima	79 121	40 444	19 032	15 966	5 446
Pará	3 403 498	1 782 872	806 325	739 481	237 066
Amapá	175 258	98 627	45 774	40 220	12 633
Tocantins	739 049	396 693	177 833	165 675	53 185
Nordeste	34 815 439	17 694 286	7 574 235	7 526 902	2 593 149
Maranhão	3 996 444	2 095 654	945 536	865 082	285 036
Piauí	2 139 196	1 136 980	490 087	479 979	166 914
Ceará	5 288 429	2 660 848	1 100 144	1 144 536	416 168
Rio Grande do Norte	1 898 835	933 822	384 225	401 013	148 584
Pernambuco	2 770 346	1 391 356	582 688	599 187	209 481
Alagoas	6 143 503	3 024 613	1 262 909	1 305 970	455 734
Sergipe	1 982 915	1 029 753	451 306	433 953	144 494
Bahia	1 140 379	590 517	252 221	253 107	85 189
Sudeste	51 737 148	21 160 161	8 681 897	8 970 333	3 507 931
Minas Gerais	13 380 105	6 093 631	2 452 304	2 637 802	1 003 525
Espírito Santo	2 023 338	934 497	385 460	397 320	151 717
Rio de Janeiro	11 291 631	4 263 029	1 701 740	1 821 926	739 363
São Paulo	25 042 074	9 869 004	4 142 393	4 113 285	1 613 326
Sul	19 031 990	8 308 514	3 260 887	3 635 081	1 412 546
Paraná	7 629 849	3 589 743	1 425 099	1 585 946	578 698
Santa Catarina	3 628 292	1 648 534	643 329	722 070	283 135
Rio Grande do Sul	7 773 849	3 070 237	1 192 459	1 327 065	550 713
Centro-Oeste	6 806 720	3 257 247	1 365 547	1 384 995	506 705
Mato Grosso do Sul	1 369 769	661 251	273 378	284 421	103 452
Mato Grosso	1 138 918	573 939	248 599	242 105	83 235
Goiás	3 121 125	1 492 711	611 583	645 700	235 428
Distrito Federal	1 176 908	529 346	231 987	212 769	84 590

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL, – 1980/1991

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	1991				
	Total	Grupos de idade			
		Total	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	146 825 475	60 218 089	23 376 852	27 611 580	9 229 657
Norte	10 030 556	4 980 814	2 019 004	2 248 157	713 653
Rondônia	1 132 692	536 556	216 887	240 934	78 735
Acre	417 718	213 992	86 698	97 569	29 725
Amazonas	2 103 243	1 072 919	430 620	489 666	152 633
Roraima	217 583	98 394	41 866	43 097	13 431
Pará	4 950 060	2 456 371	1 001 426	1 103 503	351 442
Amapá	289 397	152 419	63 864	67 489	21 066
Tocantins	919 863	450 163	177 643	205 899	66 621
Nordeste	42 497 540	19 739 724	7 735 015	9 010 532	2 994 177
Maranhão	4 930 253	2 513 612	1 033 003	1 140 823	339 786
Piauí	2 582 137	1 251 156	490 461	568 612	192 083
Ceará	6 366 647	2 893 981	1 176 871	1 284 224	432 886
Rio Grande do Norte	2 415 567	1 062 752	426 169	475 482	161 101
Paraíba	3 201 114	1 443 356	559 151	654 553	229 652
Pernambuco	7 127 855	3 130 362	1 202 385	1 426 880	501 097
Alagoas	2 514 100	1 197 202	473 875	538 390	184 937
Sergipe	1 491 876	690 120	271 893	312 554	105 673
Bahia	11 867 991	5 557 183	2 101 207	2 609 014	846 962
Sudeste	62 740 401	23 187 990	8 847 395	10 737 330	3 603 265
Minas Gerais	15 743 152	6 316 096	2 406 387	2 929 155	980 554
Espírito Santo	2 600 618	1 068 357	411 615	495 158	161 584
Rio de Janeiro	12 807 706	4 330 672	1 619 133	2 014 960	696 579
São Paulo	31 588 925	11 472 865	4 410 260	5 298 057	1 764 548
Sul	22 129 377	8 356 909	3 253 080	3 811 860	1 291 969
Paraná	8 448 713	3 349 895	1 290 961	1 523 248	535 686
Santa Catarina	4 541 994	1 772 329	702 030	801 552	268 747
Rio Grande do Sul	9 138 670	3 234 685	1 260 089	1 487 060	487 536
Centro-Oeste	9 427 601	3 952 652	1 522 358	1 803 701	626 593
Mato Grosso do Sul	1 780 373	750 132	295 128	340 815	114 189
Mato Grosso	2 027 231	902 782	357 600	406 931	138 251
Goiás	4 018 903	1 654 491	624 156	758 977	271 358
Distrito Federal	1 601 094	645 247	245 474	296 978	102 795

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População residente		
	1980		
	Total		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	119 011 052	80 437 327	38 573 725
Até 20 000	25 361 396	9 747 971	15 613 425
Mais de 20 000 a 50 000	26 244 838	12 289 421	13 955 417
Mais de 50 000 a 250 000	30 170 504	22 471 745	7 698 759
Mais de 250 000 a 1 000 000	13 433 872	12 364 043	1 069 829
Mais de 1 000 000	23 800 442	23 564 147	236 295
Norte	6 619 755	3 329 439	3 290 316
Até 20 000	1 358 202	376 337	981 865
Mais de 20 000 a 50 000	1 688 575	559 707	1 128 868
Mais de 50 000 a 250 000	2 006 315	957 147	1 049 168
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 566 663	1 436 248	130 415
Mais de 1 000 000	—	—	—
Nordeste	34 815 439	17 568 001	1 724 738
Até 20 000	9 325 059	2 776 383	6 548 676
Mais de 20 000 a 50 000	10 706 695	3 746 208	6 960 487
Mais de 50 000 a 250 000	7 599 588	4 253 940	3 345 648
Mais de 250 000 a 1 000 000	3 170 589	2 800 886	369 703
Mais de 1 000 000	4 013 508	3 990 584	22 924
Sudeste	51 737 148	42 841 793	8 895 355
Até 20 000	8 208 054	4 088 451	4 119 603
Mais de 20 000 a 50 000	7 119 220	4 590 985	2 528 235
Mais de 50 000 a 250 000	12 824 672	11 199 754	1 624 918
Mais de 250 000 a 1 000 000	7 125 634	6 667 865	457 769
Mais de 1 000 000	16 459 568	16 294 738	164 830
Sul	19 031 990	11 876 780	7 155 210
Até 20 000	4 685 303	1 683 813	3 001 490
Mais de 20 000 a 50 000	5 107 739	2 523 164	2 584 575
Mais de 50 000 a 250 000	6 526 800	5 058 224	1 468 576
Mais de 250 000 a 1 000 000	561 690	471 748	89 942
Mais de 1 000 000	2 150 458	2 139 831	10 627
Centro-Oeste	6 806 720	4 821 314	1 985 406
Até 20 000	1 784 778	822 987	961 791
Mais de 20 000 a 50 000	1 622 609	869 357	753 252
Mais de 50 000 a 250 000	1 213 129	1 002 680	210 449
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 009 296	987 296	22 000
Mais de 1 000 000	1 176 908	1 138 994	37 914

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1980/1991

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População residente		
	1980		
	De 0 a 17 anos		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	53 939 271	34 156 212	19 783 059
Até 20 000	12 481 377	4 527 334	7 954 043
Mais de 20 000 a 50 000	12 934 719	5 688 848	7 245 871
Mais de 50 000 a 250 000	13 833 444	9 891 836	3 941 608
Mais de 250 000 a 1 000 000	5 720 050	5 192 889	527 161
Mais de 1 000 000	8 969 681	8 855 305	114 376
Norte	3 519 063	1 711 655	1 807 408
Até 20 000	750 036	207 936	542 100
Mais de 20 000 a 50 000	930 177	307 880	622 297
Mais de 50 000 a 250 000	1 083 225	508 685	574 540
Mais de 250 000 a 1 000 000	755 625	687 154	68 471
Mais de 1 000 000	-	-	-
Nordeste	17 694 286	8 457 700	9 236 586
Até 20 000	4 911 460	1 411 535	3 499 925
Mais de 20 000 a 50 000	5 629 849	1 888 224	3 741 625
Mais de 50 000 a 250 000	3 898 276	2 105 765	1 792 511
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 490 616	1 299 586	191 030
Mais de 1 000 000	1 764 085	1 752 590	11 495
Sudeste	21 160 161	16 838 309	4 321 852
Até 20 000	3 750 771	1 761 744	1 989 027
Mais de 20 000 a 50 000	3 219 193	1 969 685	1 249 508
Mais de 50 000 a 250 000	5 479 876	4 692 498	787 378
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 812 319	2 594 722	217 597
Mais de 1 000 000	5 898 002	5 819 660	78 342
Sul	8 308 514	4 897 041	3 411 473
Até 20 000	2 175 297	736 671	1 438 626
Mais de 20 000 a 50 000	2 346 159	1 099 077	1 247 082
Mais de 50 000 a 250 000	2 788 310	2 106 422	681 888
Mais de 250 000 a 1 000 000	220 500	181 122	39 378
Mais de 1 000 000	778 248	773 749	4 499
Centro-Oeste	3 257 247	2 251 507	1 005 740
Até 20 000	893 813	409 448	484 365
Mais de 20 000 a 50 000	809 341	423 982	385 359
Mais de 50 000 a 250 000	583 757	478 466	105 291
Mais de 250 000 a 1 000 000	440 990	430 305	10 685
Mais de 1 000 000	529 346	509 306	20 040

TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População residente		
	1991		
	Total		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	146 825 475	110 990 990	35 834 485
Até 20 000	28 673 965	13 758 230	14 915 735
Mais de 20 000 a 50 000	28 191 796	16 165 064	12 026 732
Mais de 50 000 a 250 000	37 586 180	30 777 298	6 808 882
Mais de 250 000 a 1 000 000	22 350 855	21 014 526	1 336 329
Mais de 1 000 000	30 022 679	29 275 872	746 807
Norte	10 030 556	5 922 574	4 107 982
Até 20 000	1 889 471	718 576	1 170 895
Mais de 20 000 a 50 000	2 430 807	1 069 015	1 361 792
Mais de 50 000 a 250 000	2 901 492	1 869 405	1 032 087
Mais de 250 000 a 1 000 000	552 596	409 806	142 790
Mais de 1 000 000	2 256 190	1 855 772	400 418
Nordeste	42 497 540	25 776 279	16 721 261
Até 20 000	10 342 239	3 935 034	6 407 205
Mais de 20 000 a 50 000	11 845 005	5 276 318	6 568 687
Mais de 50 000 a 250 000	9 898 876	6 903 276	2 995 600
Mais de 250 000 a 1 000 000	5 269 281	4 521 275	748 006
Mais de 1 000 000	5 142 139	5 140 376	1 763
Sudeste	62 740 401	55 225 983	7 514 418
Até 20 000	8 253 513	4 936 648	3 316 865
Mais de 20 000 a 50 000	7 706 416	7 706 416	5 612 803
Mais de 50 000 a 250 000	15 511 630	13 961 635	1 549 995
Mais de 250 000 a 1 000 000	12 824 024	12 513 626	310 398
Mais de 1 000 000	18 444 818	18 201 271	243 547
Sul	22 129 377	16 403 032	5 726 345
Até 20 000	5 806 046	2 747 708	3 058 338
Mais de 20 000 a 50 000	4 436 980	2 931 010	1 505 970
Mais de 50 000 a 250 000	7 454 120	6 419 765	1 034 355
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 853 793	1 741 985	111 808
Mais de 1 000 000	2 578 438	2 562 564	15 874
Centro-Oeste	9 427 601	7 663 122	1 764 479
Até 20 000	2 382 696	1 420 264	962 432
Mais de 20 000 a 50 000	1 772 588	1 275 918	496 670
Mais de 50 000 a 250 000	1 820 062	1 623 217	196 845
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 851 161	1 827 834	23 327
Mais de 1 000 000	1 601 094	1 515 889	85 205

TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População residente		
	1991		
	De 0 a 17 anos		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	60 218 089	43 328 680	16 889 409
Até 20 000	12 637 390	5 755 440	6 881 950
Mais de 20 000 a 50 000	12 669 015	6 832 021	5 836 994
Mais de 50 000 a 250 000	15 694 712	12 478 779	3 215 933
Mais de 250 000 a 1 000 000	8 566 260	7 951 680	614 580
Mais de 1 000 000	10 650 712	10 310 760	339 952
Norte	4 980 814	2 833 316	2 147 498
Até 20 000	1 002 559	377 321	625 238
Mais de 20 000 a 50 000	1 271 573	543 524	728 049
Mais de 50 000 a 250 000	1 457 795	923 393	534 402
Mais de 250 000 a 1 000 000	272 466	196 821	75 645
Mais de 1 000 000	976 421	792 257	184 164
Nordeste	19 739 724	11 289 302	8 450 422
Até 20 000	5 051 470	1 831 626	3 219 844
Mais de 20 000 a 50 000	5 816 063	2 455 314	3 360 749
Mais de 50 000 a 250 000	4 605 851	3 091 480	1 514 371
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 234 435	1 879 692	354 743
Mais de 1 000 000	2 031 905	2 031 190	715
Sudeste	23 187 990	19 940 015	3 247 975
Até 20 000	3 293 642	1 886 803	1 406 839
Mais de 20 000 a 50 000	3 096 289	2 172 096	924 193
Mais de 50 000 a 250 000	6 008 595	5 332 947	675 648
Mais de 250 000 a 1 000 000	4 658 982	4 527 218	131 764
Mais de 1 000 000	6 130 482	6 020 951	109 531
Sul	8 356 909	6 087 816	2 269 093
Até 20 000	2 254 669	1 046 657	1 208 012
Mais de 20 000 a 50 000	1 725 621	1 118 119	607 502
Mais de 50 000 a 250 000	2 843 235	2 438 416	404 819
Mais de 250 000 a 1 000 000	666 727	624 542	42 185
Mais de 1 000 000	866 657	860 082	6 575
Centro-Oeste	3 952 652	3 178 231	774 421
Até 20 000	1 035 050	613 033	422 017
Mais de 20 000 a 50 000	759 469	542 968	216 501
Mais de 50 000 a 250 000	779 236	692 543	86 693
Mais de 250 000 a 1 000 000	733 650	723 407	10 243
Mais de 1 000 000	645 247	606 280	38 967

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR NÚCLEO E PERIFERIA (1), SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS BRASIL - 1980/1991

Regiões Metropolitanas	População residente			
	1980			
	Total	0 a 17 anos		
		Total	Núcleo	Periferia
Belém	999 158	471 944	437 640	34 304
Fortaleza	1 580 069	723 452	582 334	141 118
Recife	2 347 001	1 072 497	513 757	558 740
Salvador	1 766 724	805 690	667 994	137 696
Belo Horizonte	2 609 547	1 106 638	716 217	390 421
Rio de Janeiro	8 772 277	3 191 446	1 651 399	1 540 047
São Paulo	12 588 745	4 765 857	3 045 249	1 720 608
Curitiba	1 440 633	604 120	406 314	197 806
Porto Alegre	2 280 026	832 449	371 934	460 515

Regiões Metropolitanas	População residente			
	1991			
	Total	0 a 17 anos		
		Total	Núcleo	Periferia
Belém	1 332 840	558 964	517 119	41 845
Fortaleza	2 307 017	967 138	713 142	253 996
Recife	2 874 555	1 140 683	485 801	654 882
Salvador	2 496 521	1 034 550	832 962	201 588
Belo Horizonte	3 436 060	1 311 678	718 477	593 201
Rio de Janeiro	9 814 574	3 227 943	1 652 109	1 575 834
São Paulo	15 444 941	5 522 380	3 263 398	2 258 982
Curitiba	2 000 805	752 846	463 951	288 895
Porto Alegre	3 026 819	1 063 454	402 706	660 748

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da capital e periferia dos demais municípios da Região Metropolitana.

**TABELA 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS
BRASIL – 1980/1991**

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	População residente					
	1980					
	Total			De 0 a 17 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	119 011 052	59 142 833	59 868 219	53 939 271	27 133 109	26 806 162
Norte	6 619 755	3 367 976	3 251 779	3 519 063	1 772 147	1 746 916
Nordeste	34 815 439	17 043 570	17 771 869	17 694 286	8 848 896	8 845 390
Sudeste	51 737 148	25 735 943	26 001 205	21 160 161	10 665 701	10 494 460
Sul	19 031 990	9 534 287	9 497 703	8 308 514	4 205 110	4 103 404
Centro-Oeste	6 806 720	3 461 057	3 345 663	3 257 247	1 641 255	1 615 992
Regiões Metropolitanas						
Belém	999 158	477 258	521 900	471 944	232 113	239 831
Fortaleza	1 580 069	742 750	837 319	723 452	353 754	369 698
Recife	2 347 001	1 117 203	1 229 798	1 072 497	535 150	537 347
Salvador	1 766 724	847 275	919 449	805 690	398 351	407 339
Belo Horizonte	2 609 547	1 269 059	1 340 488	1 106 638	552 783	553 855
Rio de Janeiro	8 772 277	4 258 547	4 513 730	3 191 446	1 604 017	1 587 429
São Paulo	12 588 745	6 223 834	6 364 911	4 765 857	2 389 717	2 376 140
Curitiba	1 440 633	707 771	732 862	604 120	302 852	301 268
Porto Alegre	2 280 026	1 107 199	1 172 827	832 449	420 282	412 167
Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	População residente					
	1991					
	Total			De 0 a 17 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	146 825 475	72 485 122	74 340 353	60 218 089	30 384 653	29 833 436
Norte	10 030 556	5 097 408	4 933 148	4 980 814	2 515 469	2 465 345
Nordeste	42 497 540	20 783 292	21 714 248	19 739 724	9 916 918	9 822 806
Sudeste	62 740 401	30 892 531	31 847 870	23 187 990	11 715 180	11 472 810
Sul	22 129 377	10 979 573	11 149 804	8 356 909	4 241 614	4 115 295
Centro-Oeste	9 427 601	4 732 318	4 695 283	3 952 652	1 995 472	1 957 180
Regiões Metropolitanas						
Belém	1 332 840	634 014	698 826	558 964	274 532	284 432
Fortaleza	2 307 017	1 086 438	1 220 579	967 138	477 308	489 830
Recife	2 874 555	1 364 939	1 509 616	1 140 683	572 716	567 967
Salvador	2 496 521	1 188 472	1 308 049	1 034 550	514 550	520 000
Belo Horizonte	3 436 060	1 658 027	1 778 033	1 311 678	658 474	653 204
Rio de Janeiro	9 814 574	4 695 781	5 118 793	3 227 943	1 626 178	1 601 765
São Paulo	15 444 941	7 536 129	7 908 812	5 522 380	2 770 739	2 751 641
Curitiba	2 000 805	976 084	1 024 721	752 846	379 752	373 094
Porto Alegre	3 026 819	1 462 893	1 563 926	1 063 454	539 334	524 120

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**TABELA 5 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
BRASIL – 1980/1991**

(continua)

Grandes Regiões e situação do domicílio	População de 0 a 17 anos de idade						
	1980						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendi- mento	Sem decla- ração de rendi- mento
Brasil	53 730 013	4 562 189	4 960 688	28 950 711	13 584 240	1 481 705	190 480
Urbana	33 976 402	1 570 357	1 703 051	18 098 579	11 622 288	852 899	129 228
Rural	19 753 611	2 991 832	3 257 637	10 852 132	1 961 952	628 806	61 252
Norte	3 506 612	203 652	272 044	2 190 289	727 467	101 507	11 653
Urbana	1 703 148	78 862	92 172	979 894	491 181	53 544	7 495
Rural	1 803 464	124 790	179 872	1 210 395	236 286	47 963	4 158
Nordeste	17 659 011	3 073 348	2 955 569	8 785 890	2 078 208	689 241	76 755
Urbana	8 427 446	891 787	878 576	4 637 397	1 712 795	267 221	39 670
Rural	9 231 565	2 181 561	2 076 993	4 148 493	365 413	422 020	37 085
Sudeste	21 047 188	717 384	1 026 842	11 185 262	7 597 874	451 813	68 013
Urbana	16 737 765	377 557	466 915	8 442 663	7 022 346	371 151	57 133
Rural	4 309 423	339 827	559 927	2 742 599	575 528	80 662	10 880
Sul	8 275 228	412 952	477 267	4 895 377	2 323 105	145 019	21 508
Urbana	4 868 783	132 980	158 359	2 797 836	1 668 087	95 484	16 037
Rural	3 406 445	279 972	318 908	2 097 541	655 018	49 535	5 471
Centro-Oeste	3 241 974	154 853	228 966	1 893 893	857 586	94 125	12 551
Urbana	2 239 260	89 171	107 029	1 240 789	727 879	65 499	8 893
Rural	1 002 714	65 682	121 937	653 104	129 707	28 626	3 658

**TABELA 5 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
BRASIL – 1980/1991**

(conclusão)

Grandes Regiões e situação do domicílio	População de 0 a 17 anos de idade						
	1991						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendi- mento	Sem decla- ração de rendi- mento
Brasil	60 115 398	11 733 078	8 184 334	25 737 256	11 769 234	2 500 573	190 923
Urbana	43 242 667	5 537 032	4 854 222	19 861 100	10 967 293	1 860 189	162 831
Rural	16 872 731	6 196 046	3 330 112	5 876 156	801 941	640 384	28 092
Norte	4 971 845	782 553	731 453	2 428 999	693 033	322 096	13 711
Urbana	2 828 387	343 813	340 975	1 406 316	547 893	180 737	8 653
Rural	2 143 458	438 740	390 478	1 022 683	145 140	141 359	5 058
Nordeste	19 719 425	7 268 303	3 454 560	6 444 522	1 675 389	847 260	29 391
Urbana	11 271 598	2 978 593	1 831 413	4 403 596	1 489 139	548 110	20 747
Rural	8 447 827	4 289 710	1 623 147	2 040 926	186 250	299 150	8 644
Sudeste	23 138 559	2 260 081	2 428 834	10 756 562	6 639 548	930 215	123 319
Urbana	19 895 785	1 443 752	1 694 566	9 393 825	6 420 438	829 034	114 170
Rural	3 242 774	816 329	734 268	1 362 737	219 110	101 181	9 149
Sul	8 341 886	1 037 260	1 039 258	4 118 762	1 889 838	240 345	16 423
Urbana	6 075 147	503 913	615 222	3 068 257	1 690 068	184 560	13 127
Rural	2 266 739	533 347	424 036	1 050 505	199 770	55 785	3 296
Centro-Oeste	3 943 683	384 881	530 229	1 988 411	871 426	160 657	8 079
Urbana	3 171 750	266 961	372 046	1 589 106	819 755	117 748	6 134
Rural	771 933	117 920	158 183	399 305	51 671	42 909	1 945

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980, cujo deflator é o INPC do IBGE.

**TABELA 6 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES E SEXO DO CHEFE
DO DOMICÍLIO – BRASIL – 1980/1991**

(continua)

Grandes Regiões e sexo do chefe	População de 0 a 17 anos de idade						
	1980						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem decla- ração de rendi- mento
Brasil	53 730 013	4 562 189	4 960 688	28 950 711	13 584 240	1 481 705	190 480
Homens	48 882 577	3 482 227	4 292 240	27 085 057	13 143 900	746 717	132 436
Mulheres	4 847 436	1 079 962	668 448	1 865 654	440 340	734 988	58 044
Norte	3 506 612	203 652	272 044	2 190 289	727 467	101 507	11 653
Homens	3 215 672	146 166	232 560	2 076 474	705 203	47 540	7 729
Mulheres	290 940	57 486	39 484	113 815	22 264	53 967	3 924
Nordeste	17 659 011	3 073 348	2 955 569	8 785 890	2 078 208	689 241	76 755
Homens	15 883 903	2 441 287	2 666 475	8 297 727	1 996 920	428 211	53 283
Mulheres	1 775 108	632 061	289 094	488 163	81 288	261 030	23 472
Sudeste	21 047 188	717 384	1 026 842	11 185 262	7 597 874	451 813	68 013
Homens	19 117 677	472 403	799 095	10 283 144	7 350 908	165 859	46 268
Mulheres	1 929 511	244 981	227 747	902 118	246 966	285 954	21 745
Sul	8 275 228	412 952	477 267	4 895 377	2 323 105	145 019	21 508
Homens	7 707 636	318 748	396 454	4 644 552	2 264 565	67 487	15 830
Mulheres	567 592	94 204	80 813	250 825	58 540	77 532	5 678
Centro-Oeste	3 241 974	154 853	228 966	1 893 893	857 586	94 125	12 551
Homens	2 957 689	103 623	197 656	1 783 160	826 304	37 620	9 326
Mulheres	284 285	51 230	31 310	110 733	31 282	56 505	3 225

**TABELA 6 - POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES E SEXO DO CHEFE
DO DOMICÍLIO - BRASIL - 1980/1991**

(conclusão)

Grandes Regiões e sexo do chefe	População de 0 a 17 anos de idade						
	1991						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem decla- ração de rendi- mento
Brasil	60 115 398	11 733 078	8 184 334	25 737 256	11 769 234	2 500 573	190 923
Homens	52 346 806	9 319 099	7 011 731	23 080 497	11 013 025	1 755 253	167 201
Mulheres	7 768 592	2 413 979	1 172 603	2 656 759	756 209	745 320	23 722
Norte	4 971 845	782 553	731 453	2 428 999	693 033	322 096	13 711
Homens	4 356 457	621 976	643 088	2 196 407	639 263	243 638	12 085
Mulheres	615 388	160 577	88 365	232 592	53 770	78 458	1 626
Nordeste	19 719 425	7 268 303	3 454 560	6 444 522	1 675 389	847 260	29 391
Homens	16 991 882	5 954 318	3 048 422	5 840 438	1 544 272	579 145	25 287
Mulheres	2 727 543	1 313 985	406 138	604 084	131 117	268 115	4 104
Sudeste	23 138 559	2 260 081	2 428 834	10 756 562	6 639 548	930 215	123 319
Homens	20 125 924	1 649 466	1 989 935	9 495 397	6 236 804	645 889	108 433
Mulheres	3 012 635	610 615	438 899	1 261 165	402 744	284 326	14 886
Sul	8 341 886	1 037 260	1 039 258	4 118 762	1 889 838	240 345	16 423
Homens	7 456 811	817 752	891 719	3 765 773	1 790 043	177 171	14 353
Mulheres	885 075	219 508	147 539	352 989	99 795	63 174	2 070
Centro-Oeste	3 943 683	384 881	530 229	1 988 411	871 426	160 657	8 079
Homens	3 415 732	275 587	438 567	1 782 482	802 643	109 410	7 043
Mulheres	527 951	109 294	91 662	205 929	68 783	51 247	1 036

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980, cujo deflator é o INPC do IBGE.

**TABELA 7 - POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO
DOS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1980/1991**

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 17 anos de idade		
	1980		
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)		
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4
Brasil	53 730 013	4 562 189	4 960 688
Até 20 000	12 453 651	1 744 833	1 779 481
Mais de 20 000 a 50 000	12 901 362	1 609 807	1 723 207
Mais de 50 000 a 250 000	13 779 421	891 297	1 035 983
Mais de 250 000 a 1 000 000	5 689 928	161 023	217 450
Mais de 1 000 000	8 905 651	155 229	204 567
Norte	3 506 612	203 652	272 044
Até 20 000	747 744	69 503	85 505
Mais de 20 000 a 50 000	927 440	55 875	81 435
Mais de 50 000 a 250 000	1 079 302	56 580	77 317
Mais de 250 000 a 1 000 000	752 126	21 694	27 787
Mais de 1 000 000	-	-	-
Nordeste	17 659 011	3 073 348	2 955 569
Até 20 000	4 906 555	1 198 695	1 044 783
Mais de 20 000 a 50 000	5 622 667	1 152 760	1 114 913
Mais de 50 000 a 250 000	3 890 826	556 593	596 929
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 484 980	85 674	109 283
Mais de 1 000 000	1 753 983	79 626	89 661
Sudeste	21 047 188	717 384	1 026 842
Até 20 000	3 739 700	266 618	395 332
Mais de 20 000 a 50 000	3 206 514	198 907	272 085
Mais de 50 000 a 250 000	5 453 050	153 308	209 218
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 794 432	36 586	56 631
Mais de 1 000 000	5 853 492	61 965	93 576
Sul	8 275 228	412 952	477 267
Até 20 000	2 170 074	150 081	164 592
Mais de 20 000 a 50 000	2 338 678	150 987	172 525
Mais de 50 000 a 250 000	2 775 924	98 416	117 536
Mais de 250 000 a 1 000 000	219 336	5 812	9 621
Mais de 1 000 000	771 216	7 656	12 993
Centro-Oeste	3 241 974	154 853	228 966
Até 20 000	889 578	59 936	89 269
Mais de 20 000 a 50 000	806 063	51 278	82 249
Mais de 50 000 a 250 000	580 319	26 400	34 983
Mais de 250 000 a 1 000 000	439 054	11 257	14 128
Mais de 1 000 000	526 960	5 982	8 337

**TABELA 7 - POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO
DOS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1980/1991**

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 17 anos de idade			
	1980			
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)			
	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem declaração de rendimento
Brasil	28 950 711	13 584 240	1 481 705	190 480
Até 20 000	6 830 416	1 645 964	410 335	42 622
Mais de 20 000 a 50 000	7 167 506	1 960 584	398 608	41 650
Mais de 50 000 a 250 000	7 812 925	3 634 851	359 830	44 535
Mais de 250 000 a 1 000 000	3 014 413	2 148 489	125 174	23 379
Mais de 1 000 000	4 125 451	4 194 352	187 758	38 294
Norte	2 190 289	727 467	101 507	11 653
Até 20 000	477 163	88 535	25 298	1 740
Mais de 20 000 a 50 000	617 787	149 684	20 003	2 656
Mais de 50 000 a 250 000	669 709	233 160	38 520	4 016
Mais de 250 000 a 1 000 000	425 630	256 088	17 686	3 241
Mais de 1 000 000	-	-	-	-
Nordeste	8 785 890	2 078 208	689 241	76 755
Até 20 000	2 159 093	250 990	228 585	24 409
Mais de 20 000 a 50 000	2 695 493	397 652	238 899	22 950
Mais de 50 000 a 250 000	2 103 778	480 242	138 122	15 162
Mais de 250 000 a 1 000 000	873 178	370 096	40 314	6 435
Mais de 1 000 000	954 348	579 228	43 321	7 799
Sudeste	11 185 262	7 597 874	451 813	68 013
Até 20 000	2 312 190	669 829	87 108	8 623
Mais de 20 000 a 50 000	1 928 470	725 435	72 487	9 130
Mais de 50 000 a 250 000	3 048 451	1 910 373	116 485	15 215
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 347 801	1 289 457	53 152	10 805
Mais de 1 000 000	2 548 350	3 002 780	122 581	24 240
Sul	4 895 377	2 323 105	145 019	21 508
Até 20 000	1 329 876	484 426	37 175	3 924
Mais de 20 000 a 50 000	1 436 185	533 527	40 877	4 577
Mais de 50 000 a 250 000	1 639 144	861 946	50 678	8 204
Mais de 250 000 a 1 000 000	134 072	65 128	3 890	813
Mais de 1 000 000	356 100	378 078	12 399	3 990
Centro-Oeste	1 893 893	857 586	94 125	12 551
Até 20 000	552 094	152 184	32 169	3 926
Mais de 20 000 a 50 000	489 571	154 286	26 342	2 337
Mais de 50 000 a 250 000	351 843	149 130	16 025	1 938
Mais de 250 000 a 1 000 000	233 732	167 720	10 132	2 085
Mais de 1 000 000	266 653	234 266	9 457	2 265

**TABELA 7 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO
DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991**

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 17 anos de idade		
	1991		
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)		
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4
Brasil	60 115 398	11 733 078	8 184 334
Até 20 000	12 620 832	3 968 467	2 252 187
Mais de 20 000 a 50 000	12 651 287	3 833 510	2 143 968
Mais de 50 000 a 250 000	15 668 706	2 601 393	2 141 806
Mais de 250 000 a 1 000 000	8 550 512	676 396	824 698
Mais de 1 000 000	10 624 061	653 312	821 675
Norte	4 971 845	782 553	731 453
Até 20 000	1 000 169	215 928	171 564
Mais de 20 000 a 50 000	1 268 979	245 407	221 064
Mais de 50 000 a 250 000	1 455 109	220 680	227 643
Mais de 250 000 a 1 000 000	272 180	37 514	38 328
Mais de 1 000 000	975 408	63 024	72 854
Nordeste	19 719 425	7 268 303	3 454 560
Até 20 000	5 048 192	2 479 964	923 487
Mais de 20 000 a 50 000	5 811 739	2 676 031	1 063 704
Mais de 50 000 a 250 000	4 601 100	1 499 493	838 016
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 230 380	337 032	335 129
Mais de 1 000 000	2 028 014	275 783	294 224
Sudeste	23 138 559	2 260 081	2 428 834
Até 20 000	3 288 595	677 367	616 239
Mais de 20 000 a 50 000	3 089 988	530 712	474 676
Mais de 50 000 a 250 000	5 996 979	556 036	648 295
Mais de 250 000 a 1 000 000	4 649 906	233 878	337 329
Mais de 1 000 000	6 113 091	262 088	352 295
Sul	8 341 886	1 037 260	1 039 258
Até 20 000	2 252 141	442 447	363 784
Mais de 20 000 a 50 000	1 722 764	279 107	261 067
Mais de 50 000 a 250 000	2 837 987	252 996	316 727
Mais de 250 000 a 1 000 000	665 399	32 750	50 021
Mais de 1 000 000	863 595	29 960	47 659
Centro-Oeste	3 943 683	384 881	530 229
Até 20 000	1 031 735	152 761	177 113
Mais de 20 000 a 50 000	757 817	102 253	123 457
Mais de 50 000 a 250 000	777 531	72 188	111 125
Mais de 250 000 a 1 000 000	732 647	35 222	63 891
Mais de 1 000 000	643 953	22 457	54 643

**TABELA 7 - POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS
DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO
DOS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1980/1991**

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 17 anos de idade			
	1991			
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (1)			
	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem declaração de rendimento
Brasil	25 737 256	11 769 234	2 500 573	190 923
Até 20 000	4 863 497	1 038 159	478 772	19 750
Mais de 20 000 a 50 000	4 931 583	1 263 177	454 367	24 682
Mais de 50 000 a 250 000	7 309 677	2 923 300	641 422	51 108
Mais de 250 000 a 1 000 000	3 946 893	2 677 561	394 329	30 635
Mais de 1 000 000	4 685 606	3 867 037	531 683	64 748
Norte	2 428 999	693 033	322 096	13 711
Até 20 000	445 998	72 988	90 609	3 082
Mais de 20 000 a 50 000	619 047	112 323	68 247	2 891
Mais de 50 000 a 250 000	720 462	194 221	88 352	3 751
Mais de 250 000 a 1 000 000	139 850	44 659	10 866	963
Mais de 1 000 000	503 642	268 842	64 022	3 024
Nordeste	6 444 522	1 675 389	847 260	29 391
Até 20 000	1 307 289	151 959	179 379	6 114
Mais de 20 000 a 50 000	1 621 619	229 773	213 139	7 473
Mais de 50 000 a 250 000	1 687 195	371 528	198 869	5 999
Mais de 250 000 a 1 000 000	976 713	444 269	133 621	3 616
Mais de 1 000 000	851 706	477 860	122 252	6 189
Sudeste	10 756 562	6 639 548	930 215	123 319
Até 20 000	1 505 642	384 989	99 377	4 981
Mais de 20 000 a 50 000	1 449 959	529 216	95 759	9 666
Mais de 50 000 a 250 000	2 998 061	1 525 564	234 443	34 580
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 138 631	1 718 690	198 303	23 075
Mais de 1 000 000	2 664 269	2 481 089	302 333	51 017
Sul	4 118 762	1 889 838	240 345	16 423
Até 20 000	1 080 821	308 072	54 191	2 826
Mais de 20 000 a 50 000	847 977	281 884	49 740	2 989
Mais de 50 000 a 250 000	1 490 714	685 745	86 508	5 297
Mais de 250 000 a 1 000 000	323 659	235 027	22 256	1 686
Mais de 1 000 000	375 591	379 110	27 650	3 625
Centro-Oeste	1 988 411	871 426	160 657	8 079
Até 20 000	523 747	120 151	55 216	2 747
Mais de 20 000 a 50 000	392 981	109 981	27 482	1 663
Mais de 50 000 a 250 000	413 245	146 242	33 250	1 481
Mais de 250 000 a 1 000 000	368 040	234 916	29 283	1 295
Mais de 1 000 000	290 398	260 136	15 426	893

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980, cujo deflator é o INPC do IBGE.

TABELA 8 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, NÚCLEO E PERIFERIA (1) – BRASIL – 1980/1991

(continua)

Regiões Metropolitanas, núcleo e periferia	População de 0 a 17 anos de idade						
	1980						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (2)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem declaração de rendimento
Belém	469 146	15 575	20 610	275 964	144 152	10 673	2 172
Núcleo	435 192	14 345	18 935	253 426	136 803	9 709	1 974
Periferia	33 954	1 230	1 675	22 538	7 349	964	198
Fortaleza	720 892	47 576	63 207	420 360	169 978	16 836	2 935
Núcleo	580 007	29 882	36 982	337 425	159 847	13 398	2 473
Periferia	140 885	17 694	26 225	82 935	10 131	3 438	462
Recife	1 067 859	60 499	64 369	649 894	265 090	24 667	3 340
Núcleo	510 474	30 073	29 040	284 421	154 066	11 655	1 219
Periferia	557 385	30 426	35 329	365 473	111 024	13 012	2 121
Salvador	800 838	26 580	31 487	416 233	297 629	23 459	5 450
Núcleo	663 502	19 671	23 639	332 502	265 315	18 268	4 107
Periferia	137 336	6 909	7 848	83 731	32 314	5 191	1 343
Belo Horizonte	1 101 634	20 086	28 929	587 122	440 032	22 446	3 019
Núcleo	712 902	11 411	16 234	342 568	327 756	13 085	1 848
Periferia	388 732	8 675	12 695	244 554	112 276	9 361	1 171
Rio de Janeiro	3 170 891	47 499	74 931	1 672 674	1 297 478	63 427	14 882
Núcleo	1 636 913	18 602	29 876	722 088	826 369	31 524	8 454
Periferia	1 533 978	28 897	45 055	950 586	471 109	31 903	6 428
São Paulo	4 734 140	39 234	58 965	1 937 281	2 576 135	104 751	17 774
Núcleo	3 019 537	23 608	34 089	1 161 657	1 720 305	67 978	11 900
Periferia	1 714 603	15 626	24 876	775 624	855 830	36 773	5 874
Curitiba	599 703	11 044	14 946	331 604	228 917	11 319	1 873
Núcleo	402 674	4 094	5 994	195 409	188 843	6 993	1 341
Periferia	197 029	6 950	8 952	136 195	40 074	4 326	532
Porto Alegre	827 701	9 392	17 183	437 919	345 717	12 928	4 562
Núcleo	368 542	3 562	6 999	160 691	189 235	5 406	2 649
Periferia	459 159	5 830	10 184	277 228	156 482	7 522	1 913

TABELA 8 – POPULAÇÃO DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, EM DOMICÍLIOS DE CHEFE COM RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, NÚCLEO E PERIFERIA (1) – BRASIL – 1980/1991

(conclusão)

Regiões Metropolitanas, núcleo e periferia	População de 0 a 17 anos de idade						
	1991						
	Classes de rendimento médio mensal do chefe (salário mínimo) (2)						
	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 3/4	Mais de 3/4 a 3	Mais de 3	Sem rendimento	Sem declaração de rendimento
Belém	558 334	48 651	60 871	287 778	141 351	18 929	754
Núcleo	516 612	44 751	53 380	265 664	135 016	17 091	710
Periferia	41 722	3 900	7 491	22 114	6 335	1 838	44
Fortaleza	965 957	186 787	166 053	414 065	163 417	33 220	2 415
Núcleo	712 141	120 455	112 046	301 369	149 919	26 289	2 063
Periferia	253 816	66 332	54 007	112 696	13 498	6 931	352
Recife	1 139 130	172 402	179 990	472 227	217 352	94 291	2 868
Núcleo	484 750	67 467	77 266	182 778	119 987	36 393	859
Periferia	654 380	104 935	102 724	289 449	97 365	57 898	2 009
Salvador	1 032 236	120 605	135 800	461 920	235 512	74 736	3 663
Núcleo	831 123	87 861	104 912	367 559	207 954	59 570	3 267
Periferia	201 113	32 744	30 888	94 361	27 558	15 166	396
Belo Horizonte	1 308 929	119 890	171 045	628 221	345 393	41 264	3 116
Núcleo	716 729	55 698	78 078	313 171	246 277	21 436	2 069
Periferia	592 200	64 192	92 967	315 050	99 116	19 828	1 047
Rio de Janeiro	3 221 257	253 158	360 568	1 572 291	861 290	158 262	15 688
Núcleo	1 647 381	99 957	136 839	739 498	588 311	73 500	9 276
Periferia	1 573 876	153 201	223 729	832 793	272 979	84 762	6 412
São Paulo	5 508 083	106 656	131 959	2 408 421	2 493 971	310 579	56 497
Núcleo	3 252 877	56 427	68 668	1 335 981	1 584 447	170 255	37 099
Periferia	2 255 206	50 229	63 291	1 072 440	909 524	140 324	19 398
Curitiba	750 870	28 411	44 046	383 584	262 509	28 400	3 920
Núcleo	462 425	12 276	18 894	207 852	205 162	15 814	2 427
Periferia	288 445	16 135	25 152	175 732	57 347	12 586	1 493
Porto Alegre	1 061 253	61 428	86 213	547 093	331 228	32 932	2 359
Núcleo	401 170	17 684	28 765	167 739	173 948	11 836	1 198
Periferia	660 083	43 744	57 448	379 354	157 280	21 096	1 161

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da Capital e periferia, dos demais municípios da Região Metropolitana. (2) Renda real em múltiplos do salário mínimo de setembro de 1980, cujo deflator é o INPC do IBGE.

TABELA 9 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 11 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPO DE IDADE E SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – BRASIL – 1980/1991

Grandes Regiões e situação do domicílio	Taxa de analfabetismo					
	1980					
	11 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	20,6	11,6	9,0	15,9	9,1	6,8
Urbana	10,5	5,9	4,6	7,8	4,3	3,6
Rural	38,7	21,8	16,9	32,5	19,0	13,4
Norte	29,0	16,3	12,7	20,8	11,7	9,1
Urbana	13,5	7,6	6,0	8,2	4,5	3,8
Rural	45,5	25,6	19,9	35,7	20,4	15,4
Nordeste	42,1	23,7	18,5	33,7	19,5	14,2
Urbana	24,4	13,7	10,7	18,2	10,1	8,1
Rural	59,6	33,5	26,1	51,0	30,1	20,9
Sudeste	8,2	4,7	3,6	6,8	3,8	3,0
Urbana	5,2	2,9	2,3	4,2	2,3	2,0
Rural	20,1	11,5	8,6	18,2	10,7	7,5
Sul	6,2	3,4	2,9	5,8	3,1	2,7
Urbana	4,1	2,1	1,9	3,7	1,9	1,8
Rural	9,2	5,1	4,1	8,8	4,9	3,9
Centro-Oeste	16,3	9,2	7,0	11,8	6,8	5,0
Urbana	9,8	5,5	4,3	6,9	3,8	3,1
Rural	32,0	18,3	13,7	25,0	14,9	10,2

Grandes Regiões e situação do domicílio	Taxa de analfabetismo					
	1991					
	11 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	16,1	9,7	6,4	12,4	7,8	4,6
Urbana	8,9	5,5	3,5	6,9	4,2	2,7
Rural	35,1	21,0	14,1	27,6	17,7	10,0
Norte	22,9	13,5	9,3	15,2	9,1	6,1
Urbana	12,5	7,6	4,9	7,5	4,5	3,0
Rural	37,8	22,1	15,7	27,4	16,4	11,0
Nordeste	34,0	20,5	13,5	26,1	16,6	9,5
Urbana	21,0	12,8	8,2	15,7	9,7	6,0
Rural	52,3	31,2	21,1	41,8	27,0	14,8
Sudeste	5,4	3,3	2,0	4,6	2,9	1,8
Urbana	3,9	2,4	1,5	3,4	2,0	1,3
Rural	14,4	8,9	5,5	12,7	8,2	4,5
Sul	3,6	2,2	1,4	3,7	2,2	1,5
Urbana	2,8	1,7	1,2	2,9	1,7	1,2
Rural	5,6	3,4	2,2	5,8	3,5	2,3
Centro-Oeste	8,0	4,9	3,1	6,4	4,0	2,4
Urbana	5,7	3,5	2,2	4,6	2,8	1,8
Rural	18,1	11,1	7,0	14,6	9,4	5,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

**TABELA 10 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 11 A 17 ANOS
DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES
E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991**

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	Taxa de analfabetismo			
	1980		1991	
	11 a 14 anos	15 a 17 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	20,6	15,9	16,1	12,4
Até 20 000	28,4	23,3	24,0	18,9
Mais de 20 000 a 50 000	30,0	24,2	26,3	20,6
Mais de 50 000 a 250 000	17,7	13,7	13,8	10,6
Mais de 250 000 a 1 000 000	9,8	6,8	7,2	5,4
Mais de 1 000 000	6,9	5,1	5,4	4,1
Norte	29,0	20,8	22,9	15,2
Até 20 000	43,6	33,2	33,8	24,2
Mais de 20 000 a 50 000	37,2	28,1	31,5	22,6
Mais de 50 000 a 250 000	26,4	19,6	20,5	13,7
Mais de 250 000 a 1 000 000	9,9	5,4	11,8	6,6
Mais de 1 000 000	–	–	8,5	4,4
Nordeste	42,1	33,7	34,0	26,1
Até 20 000	50,6	42,5	43,3	34,2
Mais de 20 000 a 50 000	50,2	41,7	43,4	34,0
Mais de 50 000 a 250 000	40,5	32,7	30,8	23,5
Mais de 250 000 a 1 000 000	19,0	14,0	16,5	11,8
Mais de 1 000 000	16,8	11,2	11,8	8,8
Sudeste	8,2	6,8	5,4	4,6
Até 20 000	12,8	11,5	9,0	8,1
Mais de 20 000 a 50 000	13,7	11,8	8,9	7,9
Mais de 50 000 a 250 000	6,9	5,7	4,9	4,2
Mais de 250 000 a 1 000 000	5,5	4,1	3,6	3,0
Mais de 1 000 000	4,5	3,6	3,3	2,8
Sul	6,2	5,8	3,6	3,7
Até 20 000	7,0	6,8	4,4	4,8
Mais de 20 000 a 50 000	7,5	6,9	4,5	4,7
Mais de 50 000 a 250 000	5,3	5,0	3,1	3,2
Mais de 250 000 a 1 000 000	4,5	3,7	2,2	2,2
Mais de 1 000 000	3,5	2,7	2,4	2,1
Centro-Oeste	16,3	11,8	8,0	6,4
Até 20 000	23,6	17,9	12,4	10,2
Mais de 20 000 a 50 000	20,5	16,0	9,9	8,1
Mais de 50 000 a 250 000	15,4	10,7	7,4	5,7
Mais de 250 000 a 1 000 000	7,7	4,6	3,8	2,8
Mais de 1 000 000	4,8	4,0	4,1	3,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 11 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 11 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, NÚCLEO E PERIFERIA (1), SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS – BRASIL – 1980/1991

Regiões Metropolitanas	Taxa de analfabetismo					
	1980					
	11 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Núcleo	Periferia	Total	Núcleo	Periferia
Belém	8,9	8,3	17,6	4,5	4,2	8,3
Fortaleza	22,6	19,1	37,8	15,3	12,4	30,7
Recife	22,8	18,8	26,7	16,2	12,4	20,2
Salvador	15,4	13,1	28,0	10,8	9,1	21,4
Belo Horizonte	5,4	4,3	7,4	4,6	3,8	6,2
Rio de Janeiro	6,8	4,4	9,3	4,5	3,3	5,9
São Paulo	3,9	3,6	4,5	3,5	3,3	3,9
Curitiba	4,2	2,9	6,9	3,8	2,6	6,7
Porto Alegre	4,2	4,1	4,2	3,3	2,9	3,6

Regiões Metropolitanas	Taxa de analfabetismo					
	1991					
	11 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Núcleo	Periferia	Total	Núcleo	Periferia
Belém	8,6	8,2	13,5	4,4	4,2	7,2
Fortaleza	15,9	13,0	24,3	12,4	10,4	19,0
Recife	15,4	12,7	17,5	11,3	9,5	12,7
Salvador	12,0	10,5	18,3	7,9	7,1	11,6
Belo Horizonte	4,2	3,6	5,0	3,2	2,8	3,7
Rio de Janeiro	5,2	3,4	7,2	3,7	2,7	4,8
São Paulo	2,6	2,4	2,9	2,5	2,4	2,7
Curitiba	2,4	1,7	3,5	2,2	1,6	3,4
Porto Alegre	3,1	3,2	3,1	2,9	2,7	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da capital e periferia dos demais municípios da região metropolitana.

TABELA 12 – PESSOAS DE 11 A 14 ANOS DE IDADE ANALFABETAS, EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – BRASIL – 1991

Grandes Regiões e situação do domicílio	Total de pessoas de 11 a 14 anos de idade, analfabetas	Nível de instrução do chefe			
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 anos
Brasil	2 155 959	1 489 335	565 453	69 792	31 379
Urbana	869 232	487 052	297 025	57 146	28 009
Rural	1 286 727	1 002 283	268 428	12 646	3 370
Norte	246 014	152 849	79 976	9 762	3 427
Urbana	78 980	38 856	30 734	6 707	2 683
Rural	169 717	113 993	49 242	3 055	744
Nordeste	1 494 318	1 118 086	323 132	34 809	18 291
Urbana	537 491	338 465	154 982	27 878	16 166
Rural	972 993	779 621	168 150	6 931	2 125
Sudeste	278 975	146 076	109 183	17 157	6 559
Urbana	174 306	73 284	78 913	15 839	6 270
Rural	110 939	72 792	30 270	1 318	289
Sul	66 192	31 414	29 434	3 917	1 427
Urbana	37 774	15 387	17 733	3 294	1 360
Rural	29 778	16 027	11 701	623	67
Centro-Oeste	70 460	40 910	23 728	4 147	1 675
Urbana	40 681	21 060	14 663	3 428	1 530
Rural	31 309	19 850	9 065	719	145

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

TABELA 13 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS, COM ABASTECIMENTO INADEQUADO DE ÁGUA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1980/1991

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 5 anos de idade			
	1980		1991	
	Total	Residentes em domicílios particulares urbanos, com abastecimento inadequado de água	Total	Residentes em domicílios particulares urbanos, com abastecimento inadequado de água
Brasil	12 036 058	4 593 832	14 085 728	3 096 418
Até 20 000	1 510 983	814 243	1 872 575	637 943
Mais de 20 000 a 50 000	1 947 102	941 497	2 228 679	729 585
Mais de 50 000 a 250 000	3 511 857	1 370 991	4 099 975	915 465
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 861 229	610 714	2 585 807	393 808
Mais de 1 000 000	3 204 887	856 387	3 298 692	419 617
Norte	637 692	352 878	931 350	454 140
Até 20 000	75 893	59 162	125 628	86 185
Mais de 20 000 a 50 000	115 418	77 581	183 340	114 493
Mais de 50 000 a 250 000	193 028	116 419	312 961	164 832
Mais de 250 000 a 1 000 000	253 353	99 716	67 264	29 093
Mais de 1 000 000	-	-	242 157	59 537
Nordeste	2 973 094	1 740 515	3 635 126	1 506 123
Até 20 000	491 801	363 237	594 791	333 359
Mais de 20 000 a 50 000	657 904	419 495	792 451	404 303
Mais de 50 000 a 250 000	745 545	427 915	1 000 450	410 403
Mais de 250 000 a 1 000 000	456 694	207 987	603 862	170 213
Mais de 1 000 000	621 150	321 881	643 572	187 845
Sudeste	5 959 702	1 577 900	6 458 326	630 111
Até 20 000	573 007	208 598	611 971	95 236
Mais de 20 000 a 50 000	670 068	223 059	703 530	102 790
Mais de 50 000 a 250 000	1 669 108	489 586	1 731 021	177 499
Mais de 250 000 a 1 000 000	937 068	225 287	1 470 993	138 407
Mais de 1 000 000	2 110 451	431 370	1 940 811	116 179
Sul	1 678 356	543 683	2 036 750	239 488
Até 20 000	237 965	90 860	349 628	54 223
Mais de 20 000 a 50 000	365 267	137 623	374 718	50 590
Mais de 50 000 a 250 000	733 644	240 888	826 250	96 551
Mais de 250 000 a 1 000 000	62 413	12 610	208 712	17 181
Mais de 1 000 000	279 067	61 702	277 442	20 943
Centro-Oeste	787 214	378 856	1 024 176	266 556
Até 20 000	132 317	92 386	190 557	68 940
Mais de 20 000 a 50 000	138 445	83 739	174 640	57 409
Mais de 50 000 a 250 000	170 532	96 183	229 293	66 180
Mais de 250 000 a 1 000 000	151 701	65 114	234 976	38 914
Mais de 1 000 000	194 219	41 434	194 710	35 113

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 14 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS, COM ABASTECIMENTO INADEQUADO DE ÁGUA, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, NÚCLEO E PERIFERIA (1) – BRASIL – 1980/1991

Regiões Metropolitanas	População de 0 a 5 anos de idade			
	1980		1991	
	Total	Residentes em domicílios particulares urbanos, com abastecimento inadequado de água	Total	Residentes em domicílios particulares urbanos, com abastecimento inadequado de água
Belém	132 215	56 280	112 288	33 128
Núcleo	130 972	55 443	99 412	23 105
Periferia	1 243	837	12 876	10 023
Fortaleza	237 770	171 056	326 574	141 833
Núcleo	200 837	139 844	242 403	94 692
Periferia	36 933	31 212	84 171	47 141
Recife	332 368	191 383	340 144	104 305
Núcleo	170 322	88 954	154 099	42 703
Periferia	162 046	102 429	186 045	61 602
Salvador	292 851	122 584	298 798	74 251
Núcleo	249 991	93 083	247 070	50 450
Periferia	42 860	29 501	51 728	23 801
Belo Horizonte	388 915	151 900	395 542	43 284
Núcleo	258 637	88 830	226 872	20 006
Periferia	130 278	63 070	168 670	23 278
Rio de Janeiro	1 078 023	297 063	1 016 535	127 128
Núcleo	560 591	88 984	519 876	33 529
Periferia	517 432	208 079	496 659	93 599
São Paulo	1 733 185	336 362	1 770 398	82 495
Núcleo	1 118 452	174 237	1 032 526	31 634
Periferia	614 733	162 125	737 872	50 861
Curitiba	197 976	61 153	231 686	23 844
Núcleo	144 319	30 684	150 256	9 774
Periferia	53 657	30 469	81 430	14 070
Porto Alegre	288 879	82 602	342 241	31 100
Núcleo	134 748	31 018	127 186	11 169
Periferia	154 131	51 584	215 055	19 931

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da Capital e periferia, dos demais municípios da Região Metropolitana.

TABELA 15 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS, COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1991

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 5 anos de idade	
	Total	Residentes em domicílios particulares urbanos, com esgotamento sanitário inadequado
Brasil	14 085 728	7 753 331
Até 20 000	1 872 575	1 413 923
Mais de 20 000 a 50 000	2 228 679	1 618 361
Mais de 50 000 a 250 000	4 099 975	2 411 523
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 585 807	1 169 413
Mais de 1 000 000	3 298 692	1 140 111
Norte	931 350	857 077
Até 20 000	125 628	124 746
Mais de 20 000 a 50 000	183 340	180 921
Mais de 50 000 a 250 000	312 961	300 776
Mais de 250 000 a 1 000 000	67 264	63 760
Mais de 1 000 000	242 157	186 874
Nordeste	3 635 126	3 082 329
Até 20 000	594 791	575 362
Mais de 20 000 a 50 000	792 451	739 149
Mais de 50 000 a 250 000	1 000 450	856 959
Mais de 250 000 a 1 000 000	603 862	468 408
Mais de 1 000 000	643 572	442 451
Sudeste	6 458 326	1 879 096
Até 20 000	611 971	234 565
Mais de 20 000 a 50 000	703 530	263 773
Mais de 50 000 a 250 000	1 731 021	563 684
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 470 993	442 407
Mais de 1 000 000	1 940 811	374 667
Sul	2 036 750	1 214 528
Até 20 000	349 628	292 921
Mais de 20 000 a 50 000	374 718	272 286
Mais de 50 000 a 250 000	826 250	497 117
Mais de 250 000 a 1 000 000	208 712	72 135
Mais de 1 000 000	277 442	80 069
Centro-Oeste	1 024 176	720 301
Até 20 000	190 557	186 329
Mais de 20 000 a 50 000	174 640	162 232
Mais de 50 000 a 250 000	229 293	192 987
Mais de 250 000 a 1 000 000	234 976	122 703
Mais de 1 000 000	194 710	56 050

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

TABELA 16 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, NÚCLEO E PERIFERIA (1) – BRASIL – 1980/1991

Regiões Metropolitanas	População de 0 a 5 anos de idade	
	Total	Residentes em domicílios particulares, com esgotamento sanitário inadequado
Belém	112 288	84 800
Núcleo	99 412	72 421
Periferia	12 876	12 379
Fortaleza	326 574	274 961
Núcleo	242 403	212 538
Periferia	84 171	62 425
Recife	340 144	252 145
Núcleo	154 099	106 550
Periferia	186 045	145 595
Salvador	298 798	163 858
Núcleo	247 070	123 365
Periferia	51 728	40 493
Belo Horizonte	395 542	129 951
Núcleo	226 872	45 021
Periferia	168 670	84 930
Rio de Janeiro	1 016 535	312 335
Núcleo	519 876	74 313
Periferia	496 659	238 022
São Paulo	1 770 398	450 993
Núcleo	1 032 526	169 341
Periferia	737 872	281 652
Curitiba	231 686	105 252
Núcleo	150 256	44 054
Periferia	81 430	61 198
Porto Alegre	342 241	112 474
Núcleo	127 186	36 015
Periferia	215 055	76 459

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da Capital e periferia, dos demais municípios da Região Metropolitana.

**TABELA 17 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM
DOMICÍLIOS PARTICULARES, COM LIXO NÃO COLETADO, SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO
DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 1991**

Grandes Regiões e classes de tamanho dos municípios (número de habitantes)	População de 0 a 5 anos de idade	
	Total	Residentes em domicílios particulares, com lixo não coletado
Brasil	14 085 728	3 844 154
Até 20 000	1 872 575	821 067
Mais de 20 000 a 50 000	2 228 679	910 064
Mais de 50 000 a 250 000	4 099 975	1 184 636
Mais de 250 000 a 1 000 000	2 585 807	486 986
Mais de 1 000 000	3 298 692	441 401
Norte	931 350	506 061
Até 20 000	125 628	106 802
Mais de 20 000 a 50 000	183 340	132 330
Mais de 50 000 a 250 000	312 961	171 462
Mais de 250 000 a 1 000 000	67 264	35 706
Mais de 1 000 000	242 157	59 761
Nordeste	3 635 126	1 594 425
Até 20 000	594 791	352 785
Mais de 20 000 a 50 000	792 451	455 071
Mais de 50 000 a 250 000	1 000 450	445 232
Mais de 250 000 a 1 000 000	603 862	180 797
Mais de 1 000 000	643 572	160 540
Sudeste	6 458 326	1 132 336
Até 20 000	611 971	177 106
Mais de 20 000 a 50 000	703 530	170 090
Mais de 50 000 a 250 000	1 731 021	349 647
Mais de 250 000 a 1 000 000	1 470 993	230 475
Mais de 1 000 000	1 940 811	205 018
Sul	2 036 750	322 696
Até 20 000	349 628	97 298
Mais de 20 000 a 50 000	374 718	79 378
Mais de 50 000 a 250 000	826 250	118 075
Mais de 250 000 a 1 000 000	208 712	15 953
Mais de 1 000 000	277 442	11 992
Centro-Oeste	1 024 176	288 636
Até 20 000	190 557	87 076
Mais de 20 000 a 50 000	174 640	73 195
Mais de 50 000 a 250 000	229 293	100 220
Mais de 250 000 a 1 000 000	234 976	24 055
Mais de 1 000 000	194 710	4 090

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

**TABELA 18 – POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS DE IDADE TOTAL E RESIDENTES EM
DOMICÍLIOS PARTICULARES, COM LIXO NÃO COLETADO, SEGUNDO
AS REGIÕES METROPOLITANAS, NÚCLEO E
PERIFERIA (1) – BRASIL – 1980/1991**

Regiões Metropolitanas	População de 0 a 5 anos de idade	
	Total	Residentes em domicílios particulares, com lixo não coletado
Belém	112 288	29 643
Núcleo	99 412	19 753
Periferia	12 876	9 890
Fortaleza	326 574	90 631
Núcleo	242 403	50 899
Periferia	84 171	39 732
Recife	340 144	112 399
Núcleo	154 099	37 121
Periferia	186 045	75 278
Salvador	298 798	95 903
Núcleo	247 070	72 520
Periferia	51 728	23 383
Belo Horizonte	395 542	120 083
Núcleo	226 872	43 374
Periferia	168 670	76 709
Rio de Janeiro	1 016 535	282 263
Núcleo	519 876	39 587
Periferia	496 659	242 676
São Paulo	1 770 398	86 060
Núcleo	1 032 526	24 647
Periferia	737 872	61 413
Curitiba	231 686	21 720
Núcleo	150 256	5 654
Periferia	81 430	16 066
Porto Alegre	342 241	27 090
Núcleo	127 186	6 338
Periferia	215 055	20 752

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Censo Demográfico de 1991.

(1) Foi considerado núcleo o município onde está localizada a sede administrativa da Capital e periferia, dos demais municípios da Região Metropolitana.

3 Relação dos Municípios que compõem as Regiões Metropolitanas¹



RM de Belém

Ananindeua
Belém

RM de Fortaleza

Aquiraz
Caucaia
Euzébio
Fortaleza
Guaiúba
Maracanaú
Maranguape
Pacatuba

RM de Recife

Abreu e Lima
Cabo
Camaragipe
Igarassu
Itamaracá
Itapissuma
Jaboatão
Moreno
Olinda
Paulista
Recife
São Lourenço

RM de Salvador

Camaçari
Candeias
Dias d'Ávila
Itaparica
Lauro de Freitas
Madre de Deus
Salvador
São Francisco
Simões Filho
Vera Cruz

RM de Belo Horizonte

Belo Horizonte
Betim
Brumadinho
Caeté
Contagem
Esmeraldas
Ibirité
Igarapé
Lagoa Santa
Mateus Leme
Nova Lima
Pedro Leopoldo
Raposos
Ribeirão das Neves
Rio Acima
Sabará
Santa Luzia
Vespasiano

RM do Rio de Janeiro

Duque de Caxias
Itaboraí
Itaguaí
Magé
Mangaratiba
Maricá
Nilópolis
Nova Iguaçu
Paracambi
Rio de Janeiro
São Gonçalo
São João de Meriti

RM de São Paulo

Arujá
Baueri
Biritiba-Mirim
Caieiras

¹ Estes municípios faziam parte das RMs quando o Censo Demográfico de 1991 foi a campo entre os meses de setembro a dezembro daquele mesmo ano.

RM de São Paulo (cont.)

Cajamar
Carapicui
Cotia
Diadema
Embu
Embu-Guaçu
Ferraz de Vasconcelos
Francisco Morato
Franco Rocha
Guararema
Guarulhos
Itapeceiri
Itapevi
Itaquaquecetuba
Jandira
Juquitiba
Mairiporã
Mauá
Moji das Cruzes
Osasco
Pirapora do Bom Jesus
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Salesópolis
Santa Isabel
Santana de Parnaíba
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Paulo
Suzano
Taboão da Serra
Vargem Grande do Sul

RM de Curitiba

Almirante Tamandaré
Araucária

RM de Curitiba (cont.)

Balsa Nova
Bocaiúva do Sul
Campina Grande
Campo Largo
Colombo
Contenda
Curitiba
Mandirituba
Piraquara
Quatro Barras
Rio Branco do Sul
São José dos Pinhais

RM de Porto Alegre

Alvorada
Cachoeirinha
Campo Bom
Canoas
Dois Irmãos
Eldorado
Estância
Esteio
Glorinha
Gravataí
Guaíba
Ivoti
Nova Hartz
Novo Hamburgo
Parobé
Porto Alegre
Portão
São Leopoldo
Sapiranga
Sapucaia
Triunfo
Viamão